

Veículo: A Tarde	Caderno: Opinião
Data: 28/11/2020	Página: A2
Assunto: Servidor vai celebrar a cyber segurança – cita a <b>Sefaz</b> .	

## Servidor vai celebrar a cyber segurança

Celebrado na próxima segunda-feira, o Dia Internacional da Segurança da Informação motivou os servidores estaduais do setor a realizar uma série de ações para conscientizar a categoria sobre a importância do tema.

Durante todo o mês de novembro, a Superintendência de Gestão e Informação da Secretaria da Administração (Saeb), por meio da Coordenação de Segurança da Informação (CSI/DGE/SGI) – encaminhou informativos aos servidores.

Trabalhadores das coordenações de Gestão Organizacional e Tecnologia da Informação e Comunicação do Estado da Bahia encerram a série de atividades, nesta segunda, com uma videoconferência para debater a importância do setor, popularizado com a sigla T.I.

- Um dos objetivos indicados durante a campanha é estimular o entendimento de que a segurança da informação não se trata apenas de soluções tecnológicas e que as pessoas são fundamentais para este processo, explica o coordenador Samuel Pedro.

Promovido pela Secretaria da Administração (Saeb), o encontro virtual terá seu link distribuído entre os servidores, para via-

bilizar o acesso do maior número possível ao evento.

Serão apresentadas iniciativas internas promovidas pela Procuradoria Geral do Estado (PGE), Prodeb e Secretaria da Fazenda (Sefaz-BA) com o objetivo de fortalecer a segurança da informação nestes órgãos.

Instituída em 2011, a Política de Segurança da Informação para órgãos e entidades do Poder Executivo consiste em um conjunto de regras para a implantação de processos, mecanismos e procedimentos a fim de garantir a segurança da informação no ambiente corporativo.


**POTENCIALIZE AS VENDAS ONLINE**

**PLANEJAMENTO** É necessário fazer um planejamento para atender as demandas do público, lembrando que no mundo virtual a loja tem visibilidade tanto dentro do país como fora, por isso é necessário analisar e definir qual é o foco da empresa, cuidar do financeiro, do controle do estoque

**PRAZOS** Entrega com prazos diferenciados chama a atenção ao cliente, fretes grátis a partir de um determinado valor, consolida e fideliza a venda. É importante ter certeza que consegue atender dentro do prazo estipulado

**MARKETING** Em casos de presentes, forneça aos seus clientes a opção de enviar cartões virtuais. Além de um mimo, a iniciativa fortalece a marca e atrai o público

**SEGURANÇA** É importante proteger os dados dos clientes, como número de documentos e de cartões

FONTE: TAIANE JAMBEIRO, ANALISTA DO SEBRAE

**ONLINE** Em ano de pandemia, a opção pode ajudar a evitar as aglomerações típicas do período

## 47% dos brasileiros planejam comprar presentes de Natal pela internet

MARIA ALICE DE SOUZA\*

O Natal é uma das datas mais lucrativas do comércio e embora este ano tenha sido atípico, por conta da pandemia do coronavírus, os consumidores estão animados para o período de festas e já começaram a comprar os presentes para os familiares e amigos. Entretanto, a maneira de realizar as compras passou por mudanças. As compras digitais vêm ganhando cada vez mais força durante este período, o que mudou, é a forma como esse presente pode ser adquirido e entregue, sem a necessidade de contato físico ou de sair de casa.

Uma pesquisa realizada pela Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL) aponta que 47% dos brasileiros pretendem comprar os presentes de Natal pela internet este ano. Mesmo quem tinha receio de comprar online, viu na modalidade uma alternativa de presentear sem deixar a data passar em branco.

A analista do Sebrae Taiane Jambeiro comenta que essa adesão ao virtual é uma tendência que veio para ficar, portanto as empresas precisam se adaptar para

atender essa demanda e sair na frente da concorrência: "É necessário fazer ajustes para continuar mantendo as operações e se destacar".

Taiane expõe que o empreendedor que passou a trabalhar com loja virtual, precisa fazer um planejamento para fidelizar o cliente, independente do momento, é fundamental que as empresas percebam quais são as motivações dos clientes para realizarem suas compras. Além disso as empresas precisam garantir a segurança dos dados dos clientes que optarem pelo e-commerce, o custo-benefício, comodidade e a segurança das compras online é um diferencial para esse segmento e podem oferecer aos clientes serviços de cartões virtuais, gerando a sensação de proximidade e interação quando a pessoa receber o presente.

Para o consultor financeiro Antônio Carvalho, essa forma de comprar o presente de Natal é vantajosa, pois no marketing existe o chamado "custo total", que não é baseado somente nos gastos financeiros e sim no esforço que o consumidor faz para ter acesso ao produto, como deslocamento, com-

### Mesmo quem tinha receio de comprar online, viu na modalidade uma opção para presentear

bustível ou filas. Já o e-commerce oferece o conforto de permanecer em casa. Outro ponto positivo é que nas festas de final de ano há muita aglomeração nas ruas o que dificulta a pesquisa de preço. Pela internet é possível comparar os preços.

Ele ainda relata, que em alguns casos onde o frete é cobrado é necessário analisar as vantagens entre o virtual e o físico, pois o cliente quer qualidade no atendimento, preço acessível e conveniência na compra e envio do produto.

Essa modalidade foi escolhida pela estudante de jornalismo Beatriz Faria, moradora de Salvador. Ela passou a fazer compras pelos canais digitais por causa da

pandemia. O namorado teve que retornar à cidade natal no interior do estado. E a estudante conta que essa foi a opção encontrada para presentear o amado no Dia dos Namorados. Quando comprou pela primeira vez, pagou pelo frete para receber em casa e depois pagou novamente para enviar pelos Correios. Por conta do custo e da comodidade, agora ela vai enviar diretamente para o namorado, ou seja, na hora de preencher o endereço de entrega, ela vai colocar o dele. "Os gastos são mais em conta e como não podemos estar juntos é a forma que encontrei de presentear", fala.

### Na hora da compra

Os consumidores que escolhem pelo comércio eletrônico ao adquirir um produto, podem deixar passar detalhes, como garantia, prazos para envio, trocas, principalmente se tratando de presente, onde geralmente não é entregue a nota fiscal.

Então o que fazer nesses casos? O superintendente do Procon, Filipe Vieira, esclarece que ao realizar uma compra pela internet, onde o consumidor não tem como

provar ou olhar fisicamente o produto, no período de até 7 dias de recebida a mercadoria e a mesma não sendo o esperado, o cliente tem o direito de fazer a troca sem nenhum custo, mas é necessário fazer uma reclamação na loja dentro desse prazo. O direito de arrependimento é válido apenas para compras feitas em canais digitais, como internet e telefone.

Ainda segundo o superintendente, as informações do prazo de entrega devem constar na hora da compra para que o consumidor possa fazer seu planejamento. Outro fator importante a ser observado refere-se a despesas adicionais que podem ocorrer com fretes ou taxas. Nos casos das trocas a empresa deve informar ao comprador como funciona o sistema na hora da compra.

Caso o presenteado não tenha a nota fiscal, é recomendado que seja mantido na íntegra as características do produto, como etiquetas, e, se mesmo assim a empresa se negue a fazer a troca, o consumidor pode exigir do estabelecimento uma segunda via da nota.

\*SOB SUPERVISÃO DA EDITORA CASSANDRA BARTELO

## Empregado tem direito à manutenção do plano de saúde após ser demitido?



### Direito do trabalho Jairo Ramos Sento-Sé

Advogado. Mestrando em Direito Público pela Ufba. Pós-graduando em Direito e Processo do Trabalho pela Faculdade Baiana de Direito. Professor de Direito do Trabalho do Brasil Jurídico [direitodotrabalho@grupotarde.com.br](mailto:direitodotrabalho@grupotarde.com.br)

Minha empregadora (a empresa) que paga o valor total do plano, ou seja, eu (como empregada) não pago

nada para o plano de saúde. Se eu for demitida, eu tenho direito de continuar no plano com a empresa pagando ou se eu quiser continuar pagando o plano, eu tenho direito de continuar? Outra coisa. Eu tive um problema de saúde pessoal (algo que não teve nada a ver com o trabalho) e fiquei 5 meses afastada pelo INSS recebendo auxílio-doença. A empresa poderia retirar meu plano de saúde nesse tempo? No momento que mais precisei do plano, a empresa simplesmente retirou ANÔNIMO

**Resposta:** Após a extinção do vínculo empregatício, o direito à manutenção do plano de saúde, nos mesmos moldes em que oferecido durante o contrato de trabalho, é assegurado ao empregado que contribuir para o plano de saúde, desde que, após a rescisão, assuma integralmente o custeio do plano, conforme art. 30 da Lei n. 9.656/98.

Assim, o Tribunal Superior do Trabalho (TST) tem jurisprudência pacífica no sentido de que a manutenção do plano de saúde não é devida aos ex-empregados

na hipótese em que a empresa pagou integralmente o plano.

Primeira pergunta. Se você for dispensado, você não terá

### O empregado que é afastado pelo INSS não pode ter seu plano de saúde retirado

direito de manter seu plano de saúde, nem com a empresa pagando, nem com você pagando, porque a empresa custeou integralmente o plano. Se você pagasse parte do valor do plano, você teria direito de mantê-lo, desde que assumisse integralmente o custeio do plano.

Segunda pergunta. Não. O empregado que é afastado pelo INSS, recebendo auxílio-doença para tratamento de saúde, não pode ter seu plano de saúde retirado, mesmo que o problema de saúde não guarde relação com o trabalho.

Vale destacar que se o empregador retirar o plano durante o afastamento previdenciário para tratar da saúde, o empregado pode postular indenização por danos morais, principalmente se a privação de acesso ao plano de saúde tiver prejudicado o tratamento e abalado ainda mais sua saúde, pois restará comprovado o efetivo dano ao trabalhador.

Também é possível postular danos materiais, caso o trabalhador tenha amargado prejuízos financeiros, tais como pagamento de hospital, médicos ou remédios.

# AGRONEGÓCIOS

agronegocios@grupoatarde.com.br

## Agro A TARDE

JOSÉ LUIZ TEJON



UMA VISÃO ABRANGENTE  
SOBRE O AGRONEGÓCIO

atarde.com.br/colunista/atardeagro  
tejon@grupoatarde.com.br

## Líderes do agro pedem aplicação da lei

As lideranças lúcidas do agro nacional pedem que a lei brasileira seja aplicada nas questões das terras, queimadas, desmatamento e outros ilícitos, de forma implacável.

O ilegal, conforme apontou João Martins, presidente da Confederação Nacional da Agropecuária (CNA), recentemente para este colunista, não passa de 5% dos produtores.

E nem podemos chamá-los de produtores, não produzem, destroem. E por causa disso 95% são colocados numa imagem de ilegalidade sendo absoluta-

mente legais.

A ministra Tereza Cristina da mesma forma enfatizou a importância da regularização das terras e da aplicação da lei para a imagem positiva do agro brasileiro.

E podemos incluir nessa voz Humberto Miranda, presidente da Faeb, Federação da Agricultura e Pecuária da Bahia, cobrando que as políticas públicas já criadas sejam implementadas.

Humberto defende fortemente a extensão rural, o associativismo e o cooperativismo, principalmente num estado como a Bahia, com cerca de 700 mil pro-

priedades rurais, na sua imensa maioria de pequenos e médios; e menciona o programa "Agronordeste".

As lideranças do agro nacional ouvidas, desde tra-

dings, como agroindústrias, companhias de ciência e tecnologia e da mesma forma, líderes das entidades dos produtores rurais, não deixam mais sofrer por má

imagem e comunicação.

A imagem precisa ser consertada aplicando a lei para os ilegais. E a comunicação envolverá um trabalho de coordenação fazendo reve-

lar ao mundo os exemplos de boas práticas no Brasil, como bem exemplifica o programa da agricultura ABC – Agricultura de Baixa Emissão de Carbono e todas as suas derivações.

Temos com certeza o melhor e maior plano de sustentabilidade do agronegócio do planeta. Hora de cumprir a lei e de comunicar o que os legais fazem dentro da lei.

Aos ilegais o rigor da lei. Aos legais o reconhecimento de suas obras. O agro do Brasil legal será o maior sucesso mundial. Hora da lei.

**A ministra Tereza Cristina enfatizou a importância da regularização das terras**

**"Aos ilegais o rigor da lei. Aos legais o reconhecimento de suas obras"**

JOSÉ LUIZ TEJON, jornalista

**Temos o melhor e maior plano de sustentabilidade do agronegócio do planeta**

### MIRIAM HERMES

Com crescimento de área na Bahia, o Sistema de Plantio Direto (SPD) é um modelo de cultivo que visa conservar os recursos naturais, ao mesmo tempo que se produz alimentos e outros bens vindos da agropecuária.

Para debater as novidades sobre o tema começa amanhã (1º/12) o 17º Encontro Nacional do Plantio Direto na Palha (ENPDP), pela primeira vez em formato digital, com o tema SPD – Base para Agricultura Sustentável.

Promovido pela Federação Brasileira de Plantio Direto e Irrigação (FEBRAPDP) o evento, que termina dia 3 de dezembro, será realizado pela Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) em parceria com Embrapa Agropecuária Oeste entre outros órgãos e entidades voltados para o setor.

Os principais assuntos que estarão em debate são a integração das propriedades químicas, físicas e biológicas do solo no SPD; as estratégias de diversificação econômica e rotação de culturas no SPD; os desafios e oportunidades para o SPD nas novas fronteiras agrícolas e o manejo biológico no SPD.

A Bahia faz parte da FEBRAPDP através da Associação dos Agricultores e Irrigantes (Aiba), representada pelo produtor rural Luiz Antônio Pradella, que é vice-presidente da federação e a representa no estado.

Por ter base na agricultura de sustentabilidade com e sem irrigação, a federação tem cadeira junto à Agência Nacional de Águas (ANA), autarquia que tem forte influência na gestão dos recursos hídricos do Brasil.

"O método (SPD) tem por princípio potencializar a capacidade produtiva, reduzir compactação e erosão do solo, aumentar a matéria orgânica, promover melhor infiltração das águas pluviais e preservar os recursos hídricos, dentre outros benefícios", resumiu Pradella, animado com os resultados obtidos nos cerca de 50 anos que o sistema vem sendo desenvolvido no Brasil.

No estado a área com o sistema mais que dobrou em 11 anos, passando de 636.251 hectares em 2006, quando 26,7% das áreas cultivadas no cerrado baiano seguiam este modelo, para 1.453.416 hectares em 2017, representando 43,1% das áreas cultivadas.

Os dados têm como fonte uma pesquisa de Llanillo Fuentes, Dimas Soares Jr e

**MANEJO** O evento acontece pela primeira vez em formato digital e reúne especialistas de todo o Brasil para debater as novidades sobre o tema

## Encontro Plantio Direto na Palha começa amanhã



Arquivo FEBRAPDP / 27.10.2011

**O SPD visa conservar os recursos naturais**

**A área com o sistema de plantio direto mais que dobrou em 11 anos na Bahia**

**A história do SPD teve início com produtores insatisfeitos com erosões nas lavouras**

Tiago Telles, três expoentes do trabalho com SPD no Brasil e foram divulgados no portal da FEBRAPDP, com base em números do IBGE, indicando que no Brasil 59% das lavouras anuais já têm o sistema completo ou estão em fase de implantação.

A história do SPD teve início na década de 1970, a partir de produtores insatisfeitos com erosões em suas lavouras nos estados do Sul. "Começaram buscar novas técnicas de produção, sem revolvimento do solo, que começava a ser implantado nos EUA", explicou.

Pradella disse ainda que "desde então pesquisas são aprofundadas com uso de espécies de adubação verde na entressafra para cobertura do solo e produção de

raízes", afirmou, destacando que a meta já era a estruturação do solo para formação de matéria orgânica e manutenção da terra coberta com a palhada.

Estes cuidados evitam a erosão pluvial e eólica, facilitando a recarga dos lençóis freáticos, evitando que as águas das chuvas levem com facilidade a terra para os rios, o que provoca erosão e assoreamento dos mananciais. Com a terra compactada pelo excesso de trânsito de máquinas e implementos, a água bate e escorre, causando prejuízos financeiros e ambientais.

**Cerrado e o SPD**

A história do SPD na Bahia teve início no final dos anos 1980, alguns anos depois de

começar a abertura de grandes áreas para cultivo de soja (que ocorreu na década de 1970). O grão foi o primeiro e ainda é a principal commodity da região oeste.

Com solo arenoso o cerrado tem propensão à formação de erosões e assoreamento se durante o preparo do terreno não houver a preocupação com a engenharia ambiental e hídrica, o que é necessário também na construção das estradas.

Entre os pioneiros na implantação do SPD no estado, o engenheiro agrônomo Valmor dos Santos, lembrou que no começo foi muito difícil, porque não haviam parâmetros de comparação e tudo acontecia lentamente. "Tudo era muito novo",

afirmou, acrescentando que ele e alguns engenheiros agrônomos e produtores rurais foram fazendo experiências com diferentes tipos de vegetação para produção de palhada, rotação de culturas e Integração Lavoura e Pecuária (ILP).

Entre 2015 e 2016, segundo Santos, "o assunto começou a ganhar mais força com pesquisas acadêmicas e de lá para cá foi como bola de neve, com mais resultados positivos", destacou.

Ele pontuou que "um dos principais objetivos dos estudos é desenvolver tecnologias de menor impacto, favorecendo um solo mais estável e poroso, com mais matéria orgânica e com menor reflexo de veranicos sobre as plantas", acrescentando que as pesquisas comprovam mais estabilidade e aumento dos organismos vivos nestes lugares.

**Água pluvial**

A infiltração da água das chuvas na terra é importante para manter vivas as plantas durante os dias mais secos, garantindo boa produtividade, através da umidade retida no solo.

Para aumentar a absorção são construídos terraços, com elevação de terra no sentido transversal ao declive do terreno, com a função de reter a velocidade da água. Ao invés de escorrer rumo aos mananciais, a água consegue permanecer no local e infiltrar, favorecendo a umidade do solo e o reabastecimento dos aquíferos.

De acordo com o presidente do Sindicato dos Produtores Rurais de Barreiras, Moisés Schmidt, o crescimento das áreas com SPD na região é reflexo dos resultados que o método propicia.

Ao citar os benefícios do sistema, ele salientou que atualmente, "não conseguimos mais ver o plantio na região oeste sem os cuidados que o sistema recomenda".

O produtor destacou que outro benefício do método é a reciclagem dos fertilizantes, através das raízes mais profundas, apontando que a rotação de culturas também é fator determinante para o perfil favorável do solo.

Para Schmidt, "estão claros os benefícios já obtidos com este trabalho para os resultados da produção", pontuou, acrescentando que nas propriedades da família a rotação e demais ações do SPD são rotineiros em busca da sustentabilidade.

# Bairros terão novas medidas de proteção

THIAGO CONCEIÇÃO

O tempo instável de ontem, que variou entre o céu aberto e a presença de muitas nuvens, evitou a formação de maiores aglomerações em locais como as praças e as praias da capital. Entretanto, ainda foi possível flagrar situações de desrespeito aos cuidados contra a Covid-19, a exemplo do uso de máscaras e correto distanciamento entre as pessoas.

Diante do crescimento de casos de pessoas contaminadas e para evitar uma segunda onda de Covid-19 na capital, a Prefeitura vai anunciar esta semana os primeiros bairros que irão receber as medidas de proteção à vida. As ações envolvem a realização de testes rápidos, distribuição de máscaras e higienização das ruas das localidades.

A Bahia alcançou a marca dos 401.419 casos confirmados de Covid-19, 2.915 nas últimas 24 horas, com 8.247 mortes e 381.917 curados. Em Salvador, a doença avançou para os 97.848 casos confirmados, com 2.732 óbitos e 95.150 recuperados. As informações são do boletim epidemiológico da Secretaria da Saúde do Estado da Bahia (Sesab), divulgado ontem.

Os bairros com mais casos de Covid-19 são Pernambuco, 3.630, Pituba, 2.915,

**“Aqui fica sempre lotado de pessoas, muitas sem máscaras.”**

AILA SOUZA, estudante

**97.848 é o número de casos de Covid-19 confirmados em Salvador**



Alex Oliveira / Ag. A Tarde

Na praia de Itapuã, tempo instável de ontem evitou maiores aglomerações

Brotas, 2.578, Santa Cruz, 2.578 e Itapuã, com 2.110 ocorrências, de acordo com os indicadores da doença da Secretaria Municipal de Saúde (SMS).

No bairro de Pernambués, líder de casos de Covid-19 na capital, A TARDE não identificou aglomerações. No início da tarde de ontem, quase todo o comércio estava fechado e a maioria das pessoas que circulava na região estava com máscara no rosto.

### Movimento

A estudante Aila Souza, que costuma fazer exercícios no calçadão da Praia de Itapuã, não escondeu a surpresa por não encontrar um movimento ainda maior no local. “Mesmo sendo começo de tarde, aqui fica sempre lotado de pessoas, muitas sem máscaras. Encontrar a praia menos movimentada traz até um pouco mais de tranquilidade, em momento que ainda é de uma pandemia”, conta a estudante. Na Barra, apesar da ausên-

cia de maiores aglomerações, foi comum identificar pessoas fazendo exercícios físicos sem o uso das máscaras. O bairro tem 833 casos da doença, segundo a Sesab. O profissional de tecnologia da informação, Roque Jorge, que há 12 anos faz exercícios no bairro, reconhece os perigos da quantidade de pessoas que passam no local.

“Não gosto de encontrar a Barra cheia de pessoas, principalmente pelo momento de pandemia. Por isso, tenho o costume de praticar ati-

vidades físicas pela manhã ou começo da tarde. Hoje que precisei praticar no meio da tarde, mas não tem tantas pessoas aqui, acredito que por causa do tempo”, disse Roque.

### Leitos

A importância de manter o distanciamento e usar as máscaras ainda é a principal forma de prevenção contra uma segunda onda da Covid-19, que pode acarretar no colapso do sistema de saúde público, alertam as se-

cretarias de saúde do estado e da capital.

Segundo os dados da Sesab, na Bahia, dos 831 leitos de UTI Adulto disponíveis para os casos da Covid-19, 540 estão ocupados, uma taxa de 65%. Na capital, das 382 vagas de UTI Adulto ofertadas, 232 estão com ocupação, uma taxa de 61%.

Com relação aos leitos de UTI Pediátrica, das 30 disponíveis para os casos da Covid-19 no estado, 20 estão ocupadas, representando uma taxa de 67%. Em Salvador, das 27 vagas de UTI Pediátrica ofertadas, 18 têm pacientes, gerando uma taxa de 67% de ocupação.

### Ações

Diante das elevadas taxas de ocupação de leitos na capital, o prefeito ACM Neto disse que 30 leitos que haviam sido desativados ou convertidos para atender pacientes com outras enfermidades voltarão a ser exclusivos para Covid-19. Além disso, será enviado à Câmara de Vereadores um projeto de lei para autorizar a Prefeitura a fazer uma reserva de leitos caso a ocupação de UTIs exclusivas chegue a 60%. O anúncio foi feito em coletiva realizada no último dia 27.

“Peço que todos continuem usando máscara, evitando aglomerações e seguindo os protocolos”, acrescentou Neto.

### PANDEMIA

## Monjas enfrentam a crise com a venda de produtos para o Natal

MARIA ALICE DE SOUZA\*

As monjas Beneditinas do Mosteiro do Salvador, localizado em Coutos, região do Subúrbio Ferroviário, estão com dificuldades para se manter por conta da crise provocada pela pandemia do novo coronavírus.

A abadessa emérita, irmã Maura, relata que alguns serviços oferecidos, como o aluguel dos quartos de hóspedes, estão sem funcionar desde o início da pandemia. Antes, o espaço era requisitado por empresas, grupos religiosos e estudantes que aproveitavam a calma para preparar suas teses de mestrado.

Segundo a monja, nos últimos dois meses, o cenário só melhorou com a divulgação, pelo WhatsApp, da produção de geleias e biscoitos do mosteiro. As geleias são feitas de vários sabores de frutas e cada pote de 200 gramas custa R\$ 15.

Enquanto mexe o tacho para fazer a geleia, orações e cânticos são entoados para abençoar o alimento.

“Quando estou mexendo na geleia estou rezando, pedindo a Deus que aquele produto seja nutritivo e que Deus abençoe todas as pessoas que venham consumir”, salientou a irmã Maura. Ela conta que a proximidade do fim de ano aumentou o número de clientes que estão encomendando as guloseimas para presentear amigos e familiares. “É bom para dar de lembranças, uma ótima opção por ser algo diferente, refinado e que agrega valores”, salientou.

### Indumentária

As monjas também confeccionam indumentárias sacras, a exemplo de vestes de padres, entre outros trajes católicos, feitos no Atelier de Arte Sacra do Mosteiro de Salvador. Essa foi a primeira atividade de produção para a sobrevivência das religiosas nos anos 1980.

Felipe Iruatã / Ag. A TARDE



Irmã Maura está à frente da produção de geleias

Mas a Covid-19 afetou a venda das peças e o atelier passou a confeccionar máscaras de proteção para suprir a queda na venda dos outros produtos. “Com a confecção das máscaras nosso atelier não ficou um dia sem funcionar”, explicou irmã Francisca, responsável pelo setor.

Para adquirir os produtos, que devem ser encomendados, basta acessar as redes sociais do Mosteiro do Salvador ou enviar mensagem pelo WhatsApp no número (71) 98334 0295.

\*SOB A SUPERVISÃO DA JORNALISTA HILCÉLIA FALCÃO

### obituário

#### BOSQUE DA PAZ

**Adilza de Souza Cunha** faleceu no Hospital Evangélico da Bahia, 71 anos, natural de Salvador-BA

**Amenaide Dias dos Santos** faleceu no Hospital Teresa de Liseux, 86 anos, natural de Salvador-BA

**Juliteta Santos de Lisboa** faleceu no Hospital Santo Antônio, 77 anos, natural de Salvador-BA

**Márcia Maria Fernandes Cardoso** faleceu no Hospital Santa Izabel, 58 anos, natural de Salvador-BA

**Wellington José Abade de Sá** faleceu no Hospital Espanhol, 57 anos, natural de Capela-SE

**Lucia Correia** faleceu no Hospital Santo Antônio, 67 anos, natural de Santo Amaro-BA

**Humberto de Oliveira Tavares Filho** faleceu em residência, 61 anos, natural de Salvador-BA

#### CAMPO SANTO

**Aloizio Ferreira de Jesus** faleceu no Hospital São Rafael, 85 anos, natural de Itaparica-BA

**Carlos Ataíde Santiago** faleceu no Hospital Santa Izabel, 73 anos, natural de Santo Antônio de Jesus-BA

**Anna Luiza Seixas Manta** faleceu no Hospital Santa Izabel, 79 anos, natural de Nazaré-BA

**Maria Rosa Bispo Neri**

faleceu no Hospital Alayde Costa, 78 anos, natural de Jaguaquara-BA

**Edilton Barbosa de Jesus Júnior** faleceu no Hospital Menandro de Farias, 21 anos, natural de Salvador-BA

**Joel Batista Correia** faleceu no Hospital Santo Antônio, 78 anos, natural de Castro Alves-BA

**Adinail Cândida Orrico** faleceu no Hospital Espanhol, 88 anos, natural de Valença-BA

**Luciano Vitória Ferreira** faleceu no Hospital do Subúrbio, 26 anos, natural de Salvador-BA

#### JARDIM DA SAUDADE

**Maria da Salette Fialho Araújo de Castro** faleceu no Hospital Português, 76 anos, natural de João Pessoa-PB

**Domingo Ventura da Silva Filho** faleceu no Hospital Aristides Maltez, 54 anos, natural de Salvador-BA

**Clara Miranda Oliveira Leite da Silveira** faleceu em residência, 94 anos, natural de Itabuna-BA

**Camila Maron Ferreira** faleceu no Hospital São Rafael, 37 anos, natural de Salvador-BA

**Maria Helena Nascimento Lemos** faleceu no Hospital Teresa de Liseux, 86 anos, natural de Nazaré-BA

**Rosa Paoliello Arcaro** faleceu na Clínica Santo Antônio, 76 anos, natural da Itália

## CLIMA

salvador@grupotarde.com.br

SAVADOR HOJE 24° 29°

SAVADOR AMANHÃ 23° 29°

CPTC INFORMA Hoje, a previsão do tempo para a capital baiana é de sol entre nuvens.

1 R EMANSO 22° 30°	2 JUAZEIRO 20° 31°	3 PAULO AFONSO 21° 31°	4 FORMOSA DO RIO PRETO 15° 29°	5 IRECE 17° 27°	6 JACOBINA 18° 30°	7 FEIRA DE SANTANA 20° 25°	8 LUIS EDUARDO MAGALHÃES 22° 33°	9 BARREIRAS 19° 30°	10 BOM JESUS DA LAPA 18° 30°	11 VITÓRIA DA CONQUISTA 16° 23°	12 ILHÉUS 22° 29°	13 PORTO SEGURO 22° 26°	14 SANTA MARIA DA VITÓRIA 17° 32°
--------------------	--------------------	------------------------	--------------------------------	-----------------	--------------------	----------------------------	----------------------------------	---------------------	------------------------------	---------------------------------	-------------------	-------------------------	-----------------------------------

HOJE	AMANHÃ	QUINTA	TEMPERATURAS
Alta 3h31 2,3m	Alta 04h05 2,3m	Alta 4h42 2,2m	Brasil Min. Máx.
Baixa 9h34 0,4	Baixa 10h09 0,4m	Baixa 10h45 0,5m	Brasília 16° 27°
Alta 15h43 2,2m	Alta 16h18 2,2m	Alta 16h55 2,1m	Curitiba 17° 27°
Baixa 21h45 0,3m	Baixa 22h21 0,3m	Baixa 22h59 0,4m	Natal 24° 30°

Mundo	Mín.	Máx.
Bogotá	9°	20°
Barcelona	7°	17°
Moscou	-1°	2°
Luanda	25°	30°

CHIA ATÉ 06/12 MINGUANTE 07 A 13/12 NOVA 14 A 20/12 CRESCENTE 21 A 29/12 NASCENTE 4h58 POINTE 17h48

SOL SOL E NUVENS SOL E CHUVA NUBLADO CHUVA CHUVA FORT

# OPINIÃO

Os artigos assinados publicados nas páginas A2 e A3 não expressam necessariamente a opinião de A TARDE. Participe desta página: e-mail: opiniao@grupoatarde.com.br Cartas: Redação de A TARDE/Opinião - R. Professor Milton Cayres de Brito, 204, Caminho das Árvores, Salvador-BA, CEP 41822-900

opiniao@grupoatarde.com.br

## Tempo Presente

tempopresente@grupoatarde.com.br

### Mutirão pode liberar até R\$ 180 milhões

Como já é habitual no Poder Judiciário brasileiro, a necessidade de mutirões para suprir as lacunas deixadas na rotina diária, seja por falta de equipe ou outro motivo de ordem moral, é a opção para atender aos jurisdicionados, como está previsto para esta semana.

Desta vez, trata-se do Tribunal Regional do Trabalho da Bahia (TRT-5), ao promover 318 audiências, entre amanhã, e 4 de dezembro, sexta, para solução de pendências de dívidas trabalhistas vencidas, num total de R\$ 180 milhões.

As tentativas de conciliação envolvem 48 municípios, desde o maior do interior do Estado, Feira de Santana, a 108 quilômetros de Salvador, a outros espalhados por todas as regiões, como Santa Inês, no Sertão, Ituberá, no Sul, e Correntina, no Oeste.

A questão não é somente o valor da dívida, mas a capacidade de alguns pequenos municípios que não conseguem manter uma escala de pagamento regular que venha a quitar os precatórios dentro do prazo constitucional, explicou a juíza Karine Oliveira, uma das coordenadoras do mutirão.

Segundo a magistrada, se os credores apresentarem o pedido de sequestro dos seus processos, alguns municípios poderão ter bloqueios de até R\$ 1 milhão, o que inviabilizaria a gestão.

O município de Araci, por exemplo, tem dívidas de R\$ 1,3 milhão, muito acima da capacidade de arrecadação, como também Barra do Rocha, devedor em mais de R\$ 4 milhões.

Para fazer justiça, dentro das possibilidades dos municípios, é preciso realizar um cálculo prudencial a fim de não inviabilizar gestões com bloqueios maiores em relação à possibilidade de pagamento, especialmente agora, no enfrentamento da pandemia.

*“Votem conscientes. Vocês estarão decidindo o seu futuro, o futuro dos seus filhos e do seu País. Não entreguem aos outros o seu destino”*

**LUÍS ROBERTO BARROSO**, presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), em pronunciamento em cadeia nacional na véspera do segundo turno das eleições municipais, quando pediu aos eleitores que compareçam às urnas. Segundo Barroso, o nível de abstenção no primeiro turno foi relativamente baixo. Ele comemorou o fato de o Brasil ter conseguido “harmonizar, com sucesso, democracia e saúde da população”



Xando Pereira / Ag. A TARDE

**RACIONAIS?** | *Difícil manter nossa autointitulada “racionalidade” no contraste com outras espécies se nos relacionamos de forma tão danosa com aqueles que “superamos” em tudo. Se “racionalidade” permite “uso” de seres vivos como brinquedo, o que somos?*

### Dificuldade da Indústria

Aumentou em 10 pontos percentuais o número de indústrias com dificuldades para atender seus clientes entre outubro e novembro, saltando de um percentual de 44 para 54% as empresas nesta situação. O número foi extraído da pesquisa Sondagem Especial, realizada pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), ao analisar as demandas de 27 setores da indústria de transformação, dos quais os problemas de fornecimento atingem 19 deles com mais força.

O principal gargalo é a aquisição de insumos domésticos, atingindo 75% da indústria, número superior aos 68% de outubro, disse o presidente da CNI, Robson Braga de Almeida, ao analisar os dados.

### POUCAS & BOAS

● Um encontro poético acontece hoje no evento Bardos Baianos in Live – Território Bacia do Rio Grande, a partir das 21h. O Bardos Baianos é um projeto que alcança os diversos territórios, com previsão de lançar livros de antologias poéticas, cada qual com 50 autores nativos ou residentes em cada uma das regiões do estado. Participam do evento virtual de hoje o coordenador geral do projeto, Ivan de Almeida, a coordenadora territorial Fernanda Lucena, os articuladores Pedro Vinicius e o presidente da Academia Barreirense de Letras (ABL), Valney Rigonato.

● A organização do segundo Prêmio da Companhia Baiana de Pesquisa Mineral (CBPM) encerra amanhã a votação aberta ao público, onde podem ser apontados a mineradora e a personalidade do ano na mineração no estado, cujo resultado servirá de base para a escolha dos homenageados deste ano, em evento programado para dezembro. A indicação pode ser feita pelo link [bit.ly/premiocbpm2020](https://bit.ly/premiocbpm2020)

MIRIAM HERMES E REDAÇÃO

## Cabeleira ‘negra’ versus careca polida

### Lourenço Mueller

Arquiteto e urbanista  
muellercosta@gmail.com

Gosto se discute, sim: o bom e o mau. Um juiz do Supremo resolveu reverter raspando a cabeça e polindo a careca, o outro ‘ofusca’ os seus pares portando uma negra juba que muito jovem de vinte anos não tem. Ponto.

Maria Luisa Brandão, ‘Luisinha’, representou o reino do bom gosto na Bahia através da franquia CasaCor-Ba, que geriu por quase três décadas, inaugurando um novo olhar para o ambiente interior, no início, e para o exterior, depois, quando incorporou paisagismo. Fechou com chave de ouro sua carreira de franqueada em 2018 com um evento célebre na Chácara Baluarte e produziu um livro contando o ‘making off’ dos bastidores (“Casos da Casa: história de 20 anos da Casa Cor

Bahia”. 2014). Não contou a minha história, uma das primeiras: com a frase ‘Casacor é um traço colorido no interior de cada um’ ganhei o primeiro prêmio (ida e volta para NY) que Luisinha instituiu para midiaticar a marca.

Usando a peste como motivo, os atuais dirigentes da franquia resolveram esse ano promover um exercício de atualização ideológica: ‘descobrir’ formas de desenharem o futuro da moradia pós-pan.

A pretensão de mudança ficou no discurso: “o mercado como um todo espe-

*A moradia do futuro é um conceito, mix de arquitetura, urbanismo e paisagismo*

rava por algo novo”. Na realidade os materiais, os patrocinadores, a intenção de perfeccionismo não são nada novos. Em Brasília, por exemplo espalham ‘containers’ num parque: falam de ‘janelas’. Tudo bem como nomenclatura se associamos ao sistema operacional que nos encancara o mundo, o ‘windows’, mas se a moda pega o próximo vai ser ‘portas’, os seguintes ‘pisos, tetos, latrinas’, etc., desconstruindo as arquiteturas, mas sempre abrindo novos vãos para os patrocinadores.

Não é bem assim com o futuro do habitat humano. Os promotores e participantes foram meio incapazes de entender que a moradia do futuro não é apenas um ‘banho’ de novos materiais, ou os mesmos dispostos de forma um pouco diferente da dos outros anos...

A palavrinha ‘fashion’ agora é ‘smart’, que tudo aqui se angliciza e até os corretores já devem ter incorporado o termo ao seu discurso empobrecedor, como fi-

zaram com ‘loft’, ‘co-living’ e muitos mais, sobretudo os nomes franceses dos condomínios chiques.

A moradia do futuro é um conceito, mix de arquitetura, urbanismo e paisagem, para configurar um habitat distinto do atual em termos de cultura: mobilidade, conforto, segurança, educação, preservação ambiental, saúde, lazer, tecnologias da informação, estética...

Aqui o recém dirigente da franquia expôs um módulo no Farol da Barra; um leitor arquiteto me pediu para criticar a ‘poluição visual’. Não acho grave, primeiro porque, não conseguindo containers, utilizaram-se módulos metálicos até mais elegantes que os originais. Depois, esse tipo de ‘arquitetura efêmera’ tem data marcada para terminar, algo assim como as vaquinhas coloridas que povoaram a cidade pré-pan, ‘chupadas’ de outras experiências internacionais – ‘nada se cria, tudo se copia’ já dizia Chacrinha, por sua vez parodiando Lavoisier.

## ESPAÇO DO LEITOR

opiniao@grupoatarde.com.br

### Hospital Brasil

A pandemia coloca o Brasil numa macro enfermaria com três doenças graves: covid-19, crise econômica, desigualdade social, produzidas e mal geridas pelas elites dominantes (bilionários). Na UTI a Covid-19 e três versões de vacina: Oxford (inglesa), Pfizer (multinacional americana) e chinesa. No meio uma disputa política, comercial, ideológica, envolvendo corporações farmacêuticas ocidentais inimigas da concorrente “vacina comunista chinesa”. Na direção do hospital Brasil, um médico louco, Dr. Bolsonaro, que receita cloroquina, tratamento anticientífico e encomenda 100 milhões de doses da vacina de Oxford (não comunista), mesmo sem os testes e dados científicos liberados, com doses erradas, sem testar pessoas acima de 55 anos. O hospital Brasil, com 210 milhões de pacientes, aguarda, submissa e pacificamente, o falso doutor Bolsonaro receber e organizar a fila da morte. Fora Bolsonaro, volta Lula. ANTONIO NEGRÃO DE SÁ, NEGRAOSA1@UOL.COM.BR

### Viva Maradona!

O mundo esportivo está mais pobre está de luto; chora copiosamente a saída precoce de cena de um atleta de genialidade “cong-

nita” aperfeiçoada nos diversos campos de futebol que a todos encantava. Morreu o irrequeto e fantástico mago Diego Armando Maradona ou simplesmente “Dieguito” de incontestável talento, admirado até mesmo por seus adversários unânimes em exaltar suas qualidades técnicas beirando a perfeição. Detentor de diversificado e magnífico arsenal de jogadas, era para muitos uma espécie de semideus cujo lado divino proporcionou espetáculos maravilhosos, verdadeiras obras de arte dentro das quatro linhas. Na terra do vulcão Vesúvio fez o clube

*O Brasil [está] numa macro enfermaria com três doenças graves: Covid-19, crise econômica e desigualdade, produzidas e mal geridas pelas elites*

Napoli e os napolitanos tremerem fazendo reverência à magia de sua habilidade, conquistando títulos desejados pelo clube porém jamais conseguidos; foi também o grande protagonista quando da conquista da copa do mundo de futebol em 1986 pela Argentina, façanha atribuída principalmente à sua eficiente perna esquerda, talvez a mais brilhante e que mais alegria proporcionou torcedores e mesmo não torcedores dos lugares por onde andou. A lenda viva Maradona de forma tresloucada (não poderia ser diferente) saiu momentaneamente dos holofotes deste plano terreno para se firmar na “aura” história. Viva Maradona! NILSON NUNES, ROQUENIL@HOTMAIL.COM

### Novo normal? Onde?

Nos últimos meses especialistas, estudiosos, jornalistas e até mesmo os “entendedores de tudo” afirmaram que o mundo seria outro no pós-pandemia e que teríamos que conviver com o “Novo Normal”. Mas, na realidade, o que vem a ser isto? Ora, seriam práticas adotadas de maneira diferente do que vivíamos até aqui. Teríamos que conviver com verificação de temperatura; usar álcool em gel ao entrar e sair de um estabelecimento, usar máscara onde que fos-

semos; conviver com home Office e estudar à distância, ou em salas com poucos alunos e o distanciamento social. Enfim, uma nova forma de viver que iria garantir a segurança e a sobrevivência da população. Os meses foram passando, os governos cedendo aqui, ali e o povo ficando cada vez mais à vontade de se soltar, de voltar a tirar a máscara e se encontrar com os amigos, abraçar, caminhar, se divertir em bares, boites e clubes. Ir à praia, voltar a viajar livremente e, por fim, fazer o que bem entende, sem restrições. Já vieram grupos radicais trabalhando contra o uso de máscaras no dia a dia; espalhando fake news e lutando contra o isolamento social. Depressão, angústia, fobias e tantos medos bobos que acabaram liberando quase que geral. Primeiro a Europa, depois o Brasil, outras nações ensaiavam abrir/fechar, enfim, o mundo foi se descuidando. O povo foi às ruas, seja para viver, trabalhar, ganhar a vida, o sustento, seja para simplesmente, andar. Hoje mesmo é possível ver pessoas caminhando livremente sem uso de máscara, sem se preocupar com o vírus mortal que iria dizimar os seres humanos. Como pode? Onde há um novo normal, quando o normal é voltar a ser como antes? GREGÓRIO JOSÉ, GREGORIOJOSIMAO@YAHOO.COM.BR

# ECONOMIA

& NEGÓCIOS

ONLINE Acompanhe a atualização do noticiário econômico no portal

www.atarde.com.br/economia

## COBRANÇA Imposto sobre Operações Financeiras foi retomado após medida provisória que suspendeu a isenção

# Retorno do IOF estanca crescimento da concessão de crédito registrado este ano

### DA REDAÇÃO

O Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) sobre operações de crédito voltou a ser cobrado na última sexta-feira, após edição de medida provisória que cancelou a alíquota zero que valeria até dezembro. Com isso voltam a ser cobradas alíquotas de 3% ao ano (empresas) e 6% ao ano (pessoas físicas) sobre o valor contratado, mais uma alíquota fixa de 0,38% por operação.

A isenção determinada pelo Governo Federal vigorava desde abril. A medida foi adotada como forma de ajudar a mitigar os impactos da pandemia do coronavírus sobre a economia.

A estimativa é que a volta da cobrança do IOF traga aos cofres públicos R\$ 80 milhões, podendo chegar a R\$ 2 bilhões.

### Prorrogação

O imposto foi zerado, como forma de baratear o crédito, e valeria inicialmente até o final de junho. Com o prolongamento da crise ao longo dos meses, foi prorrogado por duas vezes. A segunda extensão da medida ocorreu em outubro e previa a retomada do patamar de abril do IOF após 31 de dezembro. Na última segunda-feira



Com IOF zerado e juros em queda, os últimos meses resultaram numa forte expansão do crédito no país

**Isenção do imposto, para baratear o crédito, foi prorrogada duas vezes**

(23), porém, o governo decidiu encurtar a validade da medida.

O fim antecipado foi determinado para compensar a isenção das contas de luz dos moradores do Amapá, que enfrentaram este mês uma crise no fornecimento de energia elétrica que deixou o estado sem luz por

vários dias. De acordo com a Secretaria Geral da Presidência, os moradores do estado não pagaram contas de luz referentes aos 30 dias anteriores a 25 de novembro, data de assinatura da medida.

O valor arrecadado com o imposto será repassado à Conta de Desenvolvimen-

to Energético (CDE). A medida deve arrecadar em torno de R\$ 2 bilhões em um mês, conforme previsão do secretário do Tesouro Nacional, Bruno Funchal.

### Mais crédito

Com IOF zerado e juros em queda, os últimos meses re-

sultaram numa forte expansão do crédito no país. Segundo a Federação Brasileira de Bancos (Febraban), os bancos brasileiros concederam R\$ 2,6 trilhões em crédito de março a 23 de outubro, incluindo novas operações, renovações e prorrogações de contratos.

De acordo com o Banco Central, o volume total do crédito ofertado pelos bancos cresceu 1,9% em setembro (último dado disponível), para R\$ 3,809 trilhões. Em doze meses, o crescimento do volume total do crédito bancário acelerou de 12,2% para 13,1%.

A isenção fez ainda com que o financiamento de imóveis disparasse para R\$ 13,9 bilhões em outubro de 2020, um aumento de 84% em relação ao mesmo mês de 2019. Desde o início do ano, foram financiados mais de 320 mil imóveis, somando R\$ 92,67 bilhões.

O IOF é um imposto cobrado em taxas cambiais, de crédito e de outras operações como títulos. Na prática, esse imposto é percebido na utilização do cartão de crédito, cheque especial, compra de dólar, envio de dinheiro para o exterior ou compra de um imóvel financiado.

## DESINFECÇÃO DE AMBIENTES



A desinfecção de ambientes combina tecnologia de aplicação de ponta e produtos químicos, extremamente eficazes no combate a bactérias, fungos e vírus, entre eles o novo coronavírus causador da Covid-19. Livre-se de vírus e bactérias e receba seus clientes e amigos em ambientes seguros e apropriados.

Bahia Saúde Ambiental, a sua empresa de descontaminação.

Tel: (71) 3024-5891 Cel: (71) 98220-0800

www.bahiasaudeambiental.com.br



### BOLSA FAMÍLIA

## Beneficiário passa a receber valores em poupanças digitais

### AGÊNCIA BRASIL, BRASÍLIA

A Caixa Econômica Federal inicia, a partir de dezembro, o pagamento aos beneficiários do Programa Bolsa Família por meio da Conta Poupança Social Digital. Mais de 9 milhões de pessoas que ainda não possuem nenhuma conta bancária poderão receber o benefício por meio de crédito na conta digital, sacar com o cartão Bolsa Família e movimentar os valores pelo aplicativo CAIXA Tem.

A modalidade permitirá que o beneficiário tenha conta bancária sem obrigatoriedade de saque integral das parcelas. A abertura das contas será feita de forma automática e escalonada pela Caixa sem a necessidade de apresentação de documentos ou comparecimento às agências.

Além de movimentar o

benefício pelo aplicativo, os beneficiários poderão continuar sacando os recursos por meio do Cartão Bolsa Família ou Cartão Cidadão. Os primeiros a receber os recursos com os serviços da Conta Poupança Social Digital serão os beneficiários de NIS com final 9 e o, seguindo a data de crédito regular do programa.

### Transferência

O Bolsa Família (PBF) é um

**9 milhões de pessoas sem conta bancária poderão receber o benefício por crédito na conta digital, sacar com o cartão Bolsa Família e movimentar os valores pelo aplicativo**

programa de transferência de renda do Governo Federal, sob condicionalidades, instituído no Governo Lula pela Medida Provisória 132, de 20 de outubro de 2003, convertida em lei em 9 de janeiro de 2004, pela Lei Federal n. 10.836.

Foi considerado um dos principais programas de combate à pobreza do mundo, tendo sido nomeado como "um esquema anti-pobreza originado na América Latina que está ganhando adeptos mundo afora" pela britânica The Economist.

Ainda de acordo com a publicação, os governos de todo o mundo estão de olho no programa.

O jornal francês Le Monde reporta: "O programa Bolsa Família amplia, sobretudo, o acesso à educação, a qual representa a melhor arma, no Brasil ou em qualquer lugar do mundo, contra a pobreza".

### INVESTIMENTOS

## Cônsul geral da Bélgica no Brasil quer motivar missão na Bahia

### DA REDAÇÃO

O novo cônsul geral da Bélgica no Brasil, Daniel Dargent e o cônsul honorário, Stéphane Péré, fizeram uma visita de cortesia ao vice-governador João Leão, secretário de Desenvolvimento Econômico (SDE).

### Oportunidades

O objetivo é preparar o período pós pandemia e identificar setores específicos

para motivar uma missão econômica na Bahia.

"Já demos um primeiro passo na parceria com essa visita. Apresentamos as oportunidades de investimentos do estado, falamos das potencialidades da região do São Francisco e destacamos nossa produção de frutas local, como pera, maçã, uva e cacau. O vale do São Francisco é o maior exportador de frutas brasileiro", declara o vice-governador João

Leão.

"Já identificamos alguns setores e vamos aproveitar este momento, em que não se pode viajar, para preparar essa missão. A ideia é reagir rapidamente após a pandemia. Escolhemos a Bahia porque temos alguns casos de sucesso aqui, porém pouco trabalhados até agora. Vemos oportunidades no estado que gostaríamos de explorar para um benefício mútuo", afirma Stéphane Péré.

**FÁBIO BITTENCOURT E LUIZA CARVALHO**

O verão está logo aí e o negócio é incrementar as vendas —, em especial as áreas que costumam crescer na alta estação. Em função da pandemia, a diferença este ano, dizem os especialistas, é que mais do que nunca será preciso cuidar dos detalhes: dos protocolos de segurança sanitária, do consumidor, do funcionário.

Segundo dados da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), mesmo que com menos fôlego, o varejo segue crescendo pelo quinto mês seguido. Destaques para as atividades de livrarias e papelarias (+8,9%), combustíveis e lubrificantes (3,1%), e equipamentos de informática e comunicação.

Mais destaque ainda para quem vende / fabrica bicicletas, que vive momento ímpar com a pandemia. Segundo números da associação brasileira do setor (Aliança Bike), entre maio e junho houve um aumento médio de 50% no número de vendas em relação ao ano passado, e, em julho, os dados apontam a manutenção do segmento, com o crescimento de 118% no país.

Para o gerente regional do Sebrae na Bahia, Rogério Teixeira, o empresário precisa ficar atento ao balcão da loja agora no verão por que “movimento vai ter”.

“A grande mudança em relação a anos anteriores é a questão da segurança sanitária. Todos precisam se adaptar para além dos protocolos oficiais, e garantir ao consumidor que ele está sendo cuidado, que todas as pessoas estão sendo cuidadas, independentemente do tipo de negócio, se queijo coalho, picolé, acarajé. Use máscara, cuide da aparência do seu negócio”, fala ele.

De acordo com o assessor econômico da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo da Bahia (Fecomércio), Guilherme Dietze, “as atividades [comerciais] estão melhorando de forma significativa, essa semana foi divulgado saldo positivo na geração de emprego, e isso mostra que a economia está se recuperando, principalmente o varejo”, diz.

“No turismo, em vários locais, desde Porto Seguro, Trancoso, até mais para o litoral norte, na Praia do Forte, todos [os meios de hospedagem] estão com lotação, na medida do permitido. Muitos estão com 70%, 40%, mas a maioria com lotação máxima. Em Porto Seguro, por exemplo, não há mais carros disponíveis para aluguel no final do ano”.

Ainda de acordo com Dietze, a situação não é de uma “economia 100%, mas, diante de todo o cenário, vamos ver uma alta temporada bastante satisfatória”. “Para depois ver como os mercados vão reagir a essa segunda onda. Mas com as notícias das vacinas, isso acaba minimizando os impactos”.

Essa vai ser a primeira temporada de alta estação do empresário Bruno Jacobina, 31, como sócio da marca de moda praia masculina Mic Fun, duas lojas recém-inauguradas, a primeira (setembro) no Balneário Camboriú, litoral catarinense, outra na Praia do Forte. Segundo ele, o movimento com “um mês de operação é surpreendente, e a expectativa já é maior que a anterior à pandemia”.

Jacobina é sócio ainda em outro negócio, há bem mais tempo (dez anos), que não tem nenhuma relação direta com o verão, mas que cresce até 40% entre dezembro e janeiro. A Nacional Transportes carrega em todo o território nacional veículos dos mais variados tipos e situações (encontrado, novo, sucata, transferido — qualquer

**COVID-19** Na pandemia, os empreendedores precisam reforçar a segurança para atrair clientes

## Em um verão atípico, os negócios dependem de atenção aos protocolos



Rafael Martins / Ag. A TARDE

Thais conta que as vendas por delivery cresceram e os clientes estão voltando a frequentar a Costa Tropicall

### SAIBA COMO FATURAR MAIS

**SEGURANÇA** É um dos principais cuidados a serem tomados por empreendedores nessa retomada das atividades

**CRIATIVIDADE** Há cafeterias que lançam cafés e chás gelados; chocolaterias que lançam sorvetes. A ideia aqui é usar a criatividade para desenvolver novos produtos

**PÚBLICO** Para inovar e ter novos produtos é essencial que você conheça seus clientes. Esteja próximo a eles, pergunte e entenda as suas necessidades

**MERCADO** Esteja atento a todas as novidades que aparecem no seu mercado. Também vale ler mais, ver filmes e até fazer viagens para ver o que está sendo feito por outros



Uendel Galter / Ag. A TARDE

Lemos, da Sorveteria da Ribeira, diz que a expectativa de vendas deste ano depende da evolução da Covid-19

estado). “A grande saída hoje para os negócios, independente do ramo, é se colocar bem tanto no ambiente digital como no físico”, diz.

### Promoção e delivery

A proximidade da alta temporada tem soprado bons ventos também para Thais Lima e sua marca de moda praia Costa Tropicall. As compras por delivery cresceram e os clientes estão voltando a frequentar as lojas, uma em Ondina outra no Caminho das Árvores. “A gente não imaginava que as vendas seriam tão boas”.

Contudo, com o receio de eventuais dificuldades, Thais se prepara de forma diferente para este verão. Ela tem investido na realização de promoções para o delivery, e na produção de novas coleções com modelos e estampas diferentes para atrair os consumidores.

Com as temperaturas elevadas e a cidade cheia de visitantes, Francisco Lemos, da Sorveteria da Ribeira, diz que o faturamento costuma dobrar essa época do ano. “No verão, tudo é melhor”, conta Lemos, que afirma ter de ampliar o quadro de funcionários para atender a alta na demanda.

Neste ano, porém, a palavra que Francisco Lemos utiliza para definir a alta estação é “incerteza”. Para ele, a expectativa de como serão as vendas no verão e a contratação de mais funcionários depende da evolução do número de casos de Covid-19. A esperança é dele é que não haja necessidade de um novo lockdown durante o período. “Se a empresa continuar aberta, a perspectiva é boa. Mas, se voltar o fechamento, a perspectiva é zero”, afirma.

Ainda que a Sorveteria da Ribeira trabalhe com o modelo de entrega em domicílio, o empresário conta que o delivery não é tão “interessante assim” porque, segundo ele, o que “funciona melhor” para o seu negócio no verão é a compra nas lojas, o “corpo a corpo”.



Rafael Martins / Ag. A TARDE

Jacobina, da Mic Fun (moda praia) e da Nacional Transportadora, está otimista

# ECONOMIA & NEGÓCIOS

**INSS Prova de vida só será exigida a partir de 2021**  
www.atarde.com.br/economia

## DESEMPREGO Estado tem taxa de desocupação de 20,7% no terceiro trimestre, mantendo-se a mais elevada do país

# Bahia tem recorde negativo no trabalho

Marcos Santos / USP Imagens

**DAS AGÊNCIAS E REDAÇÃO**

O desemprego no Brasil atingiu taxa recorde de 14,6% no trimestre, afetando 14,1 milhões de pessoas, segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Mensal (PNAD Contínua), divulgada ontem pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Mais 1,3 milhão de pessoas entraram na fila em busca de um trabalho no 3º trimestre frente ao segundo

da pelo terceiro trimestre consecutivo e chegou a seu menor patamar também desde 2012: 4,872 milhões, 39,5% das pessoas de 14 anos ou mais de idade.

**Intertítulo**  
O desemprego vem registrando recordes desde julho no país, na proporção em que os trabalhadores que perderam seus empregos na pandemia começam a buscar um trabalho com o relaxamento das medidas de isolamento social.

“Em abril e maio, as medidas de distanciamento social ainda influenciavam a decisão das pessoas de não procurarem trabalho. Com o relaxamento dessas medidas, começamos a perceber um maior contingente de pessoas em busca de uma ocupação”, explica a analista da pesquisa, Adriana Beringuy.

Segundo o IBGE, o Caged olha isoladamente um mês e mostra recuperação da carteira de trabalho. “A gente mostra um mercado que ainda não se recupera”, disse Beringuy.

De acordo com a pesquisa, a taxa de desemprego manteve o padrão de desigualdade entre os sexos, com 12,8% para os homens e 16,8% para as mulheres. O mesmo ocorreu e relação a cor da pele: entre as pessoas pretas, a taxa foi de 19,1%, enquanto a dos pardos foi de 16,5% e a menor taxa foi a dos brancos com 11,8%.



Mais 1,3 milhão de pessoas entraram na fila em busca de um trabalho no terceiro trimestre frente ao segundo

A Bahia ocupava em setembro o posto de líder negativo com 20,7%. A taxa de desemprego subiu em 10 estados, ficou estável nos demais e Santa Catarina (6,6%), registrou a menor taxa do país

O índice nacional de 14,6% corresponde a um aumento de 1,3 ponto percentual em relação ao 2º trimestre (13,3%), e de 2,8 pontos percentuais frente ao mesmo intervalo do ano passado (11,8%).

Na Bahia, a taxa de desocupação superou a do 2º trimestre (19,9%) e ficou bem maior que a do 3º trimestre de 2019 (16,8%). Manteve-se a mais elevada do país e se tornou a mais alta para o estado desde o início da série histórica da PNAD Contínua Trimestral, em 2012.

Entre julho e setembro, no estado, o número de pessoas trabalhando seguiu em que-

**Taxas de desemprego crescem com o relaxamento do isolamento social**

O desemprego é maior entre os jovens, com destaque para a faixa das pessoas de 18 a 24 anos de idade (31,4%);

Entre as atividades, somente construção e agricultura tiveram crescimento da população ocupada no terceiro trimestre aumento da população ocupada. Na

construção, o aumento foi de 7,5% (399 mil pessoas a mais) e na agricultura a alta foi de 3,8% (mais 304 mil trabalhadores).

**Crêditos**  
O IBGE considera desempregado quem não tem trabalho e procurou alguma ocupação nos 30 dias anteriores

à semana em que os dados foram coletados. Devido ao aumento nos percentuais de entrevistas não realizadas e para garantir a confiabilidade estatística dos dados, não foram incluídas, informações de capitais e regiões metropolitanas e dos rendimentos por categoria de ocupação e atividades.

**SHOPPING**

## Black Friday atrai consumidores

**EUZENI DALTRÓ**

“A melhor sexta-feira da minha história na Black Friday”, afirma o empresário Leonardo Pesil, franqueado da Óticas Diniz, referindo-se ao movimento de ontem em sua loja no Piso L1 do Salvador Norte Shopping e nas lojas em outras cidades.

cativos n a Black Friday. “Todas as minhas lojas estão com 50% de desconto. E a clientela veio. Foi tudo muito positivo”, conta Leonardo. “E a nossa campanha deixa claro para o consumidor a existência do desconto”, ressalta.

Se há quem se comunica com o cliente de forma clara, há também quem falhe nesse quesito, como os responsáveis por 12 dos 30 estabelecimentos vistoriados pela Diretoria de Ações de Proteção e Defesa do Consumidor (Codecon).

“Três lojas foram autuadas por terem produtos com a etiqueta da Black Friday, mas os preços estavam maiores que os praticados nas semanas anteriores”, informa Zilton Krüger, diretor da Codecon. Além disso, uma loja foi autuada por publicidade enganosa e oito foram notificados por publicidades que induziam o consumidor ao erro.

**Tranquilidade**  
Tanto no Salvador Shopping, quanto no Salvador Norte Shopping, o início da liquidação foi tranquilo, com estabelecimentos e clientes respeitando os protocolos sanitários para evitar a contaminação pelo no-

vo coronavírus. Muitos consumidores chegaram uma hora antes da abertura dos centros comerciais. Foi o caso da autônoma Marcela Rodrigues, de 34 anos, grávida de 6 meses. “Cheguei 6h e esperei abrir às 7h. Comprei fraldas e aproveitei as promoções de desodorantes, hidratantes, lenços umedecidos, chocolates e jogos de copos. Não devo comprar mais nada, mas vamos ver até domingo, se está faltando alguma coisa”, contou ela, no Salvador Shopping.

“A Black Friday é uma boa oportunidade de vendas para o varejo, principalmente neste ano atípico”, diz Renato Martins, superintendente do Salvador Norte.

Rafael Martins / Ag A TARDE



Shoppings abrem cedo para receber consumidores

**PREFEITURA MUNICIPAL DE ALAGOINHAS**  
CNPJ Nº 13.646.005/0001-38  
**AVISO DE ABERTURA**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 093/2020**  
A Pregoeira Oficial do Município de Alagoinhas-BA comunica aos interessados em participar da licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO nº 093/2020 – BB nº 847878, que tem por objeto: AQUISIÇÃO DE ADULES EM CONCRETO PRÉ-MOLDADO, INCLUINDO TRANSPORTE E DESCARGA NA CIDADE DE ALAGOINHAS/BAHIA, que a sessão de abertura do referido certame será no dia 10/12/2020 às 09:00 horas (Horário da Bahia). Os interessados poderão obter informações e/ou Edital devidamente atualizado e seus anexos através do site: www.licitacoes-e.com.br/e/ou www.diaoficial.com.br/ba/alagoinhas. Maiores informações tel. (0xx75) 3422-8607. E-mail: licitacoes@alagoinhas.ba.gov.br. Alagoinhas-Ba, 27/11/2020. Lailane Pereira Flores – Pregoeira Oficial.

**SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO DA BAHIA – SESAB**  
**DISPENSA EMERGENCIAL Nº 024/2020**  
**AVISO DE CONVOCAÇÃO**  
Abertura: 01/12/2020 às 14h30min. Objeto: CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL DE ORGANIZAÇÃO SOCIAL GESTÃO, OPERACIONALIZAÇÃO E EXECUÇÃO DAS AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE NO HOSPITAL DA CHAPADA, LOCALIZADO NO MUNICÍPIO DE SEABRA, BAHIA. Família: 02.37. Local: 4ª Avenida, nº. 400, Térreo, Diretoria de Licitações, Secretaria da Saúde, Centro Administrativo da Bahia, Salvador/BA. Os interessados poderão obter informações e/ou Termo de Referência no endereço acima mencionado, de segunda a sexta-feira, das 8h30min às 18h00min horas, no endereço eletrônico: www.comprasnet.ba.gov.br ou pelo e-mail: dic.licitacao@saude.ba.gov.br. Maiores esclarecimentos através dos telefones (71) 3115-4340/9693, Salvador, 27 de novembro de 2020.  
Fábio Vilas-Boas Pinto - Secretário Estadual da Saúde

**SECRETARIA DA EDUCAÇÃO - SEC**  
**AVISO DE LICITAÇÃO – CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 01/2020 – SEC/CONF**  
Tipo Menor Preço – Fator K. Abertura: 30/12/2020 às 10:00h. Objeto: Contratação de empresa especializada para a execução, sob demanda, das obras de 10 (dez) coberturas para quadras poliesportivas existentes e 03 (três) construções de quadra poliesportiva com cobertura, localizadas em diversos municípios deste Estado, sob a gestão da Secretaria da Educação do Estado da Bahia - SEC, situada na 5ª Avenida, nº 550, Plataforma II, Térreo, Sala 05, Centro Administrativo da Bahia - CAB, Salvador, Bahia, Brasil, CEP: 41.745-004. Salvador/Bahia, 27/11/2020. Taiza da Silva Cabé – Presidente da Comissão.

**SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO DA BAHIA – SESAB**  
**CHAMAMENTO PÚBLICO**  
CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL DE ORGANIZAÇÃO SOCIAL GESTÃO, OPERACIONALIZAÇÃO E EXECUÇÃO DAS AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE NO HOSPITAL DA CHAPADA, LOCALIZADO NO MUNICÍPIO DE SEABRA, BAHIA.  
A SECRETARIA DE SAÚDE DO ESTADO DA BAHIA – SESAB, TORNA PÚBLICO QUE REALIZARÁ NO DIA 01/12/2020, ÀS 14h30min, NO PRÉDIO DA SESAB, 4ª AVENIDA, Nº. 400, PLATAFORMA VI, LADO A, TERREO, DIRETORIA DE LICITAÇÕES NO CENTRO ADMINISTRATIVO DA BAHIA, SALVADOR - BA, EM SESSÃO PÚBLICA, O ADILHAMENTO DE PROPOSTAS PARA COMPOR A DISPENSA EMERGENCIAL, FUNDAMENTADA NOS TERMOS DO ARTIGO 59, IV, LEI ESTADUAL Nº. 9.433/05, PARA O OBJETO RETRO-MENCIONADO, POR UM PERÍODO DE 180 (CENTO E OITENTA) DIAS, OU ATÉ QUE SE CONCLUA O PROCESSO LICITATÓRIO, O QUE OCORRER PRIMEIRO.  
AS CONDIÇÕES ESTÃO DESCRITAS NO TERMO DE REFERÊNCIA, O QUAL PODERÁ SER OBTIDO NO PRÉDIO DA SESAB, NA 4ª AVENIDA, Nº. 400, TERREO, DIRETORIA DE LICITAÇÕES, NO ENDEREÇO ELETRÔNICO: www.comprasnet.ba.gov.br OU POR MEIO DE SOLICITAÇÃO VIA E-MAIL: dic.licitacao@saude.ba.gov.br.

**COMPANHIA AGRO PECUÁRIA BARRO VERMELHO - EM LIQUIDAÇÃO**  
CNPJ/MF Nº 15.640.923/0001-85  
NIRE 29.300.068.365  
**EDITAL DE CONVOCAÇÃO / ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA**  
Ficam convocados os senhores acionistas da COMPANHIA AGRO PECUÁRIA BARRO VERMELHO - EM LIQUIDAÇÃO ("Companhia") a se reunirem no dia 10 de dezembro de 2020, às 9h00min, na sede social da Companhia, na Rua Pinto Martins, nº 11, sala 504, Comércio, Salvador, Bahia, a fim de deliberar sobre a prestação final das contas e dos atos praticados pelo Liquidante, com o encerramento da liquidação e a consequente extinção da Companhia. Caso não possa comparecer pessoalmente à Assembleia Geral Extraordinária, o acionista poderá ser representado por procurador, observado as regras da Lei das S.A. e do artigo 35 do Estatuto Social da Companhia. Os instrumentos de mandato, com reconhecimento de firma ou consularizados, no caso de acionistas residentes no Brasil ou no exterior, conforme o caso, deverão ser depositados na sede da Companhia, preferencialmente com até 3 (três) dias de antecedência da realização da Assembleia Geral Extraordinária. O acionista, o seu representante legal ou seu procurador deverá comparecer à Assembleia Geral Extraordinária munido de documentos habéis à identificação e, se aplicável, à comprovação de poderes para a representação. Nos termos do art. 135, § 3º, da Lei das S.A., a Companhia esclarece que os documentos relativos aos assuntos referidos na Ordem do Dia encontram-se à disposição dos acionistas na sede da Companhia, Salvador, 24 de novembro de 2020. RODRIGO RIBEIRO ACCIOLY - Liquidante.

**AVISO DE LICITAÇÃO – CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 01/2020 – SEC/CONF**  
Tipo Menor Preço – Fator K. Abertura: 30/12/2020 às 14:30h. Objeto: Contratação de empresa especializada para a execução, sob demanda, das obras de 10 (dez) coberturas para quadras poliesportivas existentes e 03 (três) construções de quadra poliesportiva com cobertura, localizadas em diversos municípios deste Estado da Bahia, sob a gestão da Secretaria da Educação do Estado da Bahia - SEC, situada na 5ª Avenida, nº 550, Plataforma II, Térreo, Sala 05, Centro Administrativo da Bahia - CAB, Salvador, Bahia, Brasil, CEP: 41.745-004. Salvador/Bahia, 27/11/2020. Taiza da Silva Cabé – Presidente da Comissão.

**GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA**  
**SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO DO ESTADO DA BAHIA – SAEB**  
**COORDENAÇÃO CENTRAL DE LICITAÇÃO – CCL**  
**AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 104/2020 - SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO / COORDENAÇÃO CENTRAL DE LICITAÇÃO.**  
Abertura: 14/12/2020 às 14:00h (horário de Brasília) - Objeto: Registro de Preços de Cartuchos e Toners para Salvador e Região Metropolitana - BB: 847864 - Família: 70.37 e 70.39. Site: www.licitacoes-e.com.br. O edital e seus anexos poderão ser obtidos através dos sites www.comprasnet.ba.gov.br/e/ou www.licitacoes-e.com.br. Os interessados poderão entrar em contato através do e-mail: ccl@saeb.ba.gov.br, telefone: (71) 3115-3130 Fax: (71) 3115-3128 ou presencialmente, de segunda a sexta-feira das 08h30 às 12h00 - 13h30 às 18h00 no endereço: 2ª Avenida, nº 200, Secretaria da Administração/SAEB, Coordenação Central de Licitação, Sala 101, Centro Administrativo da Bahia - Salvador/Bahia - 27/11/2020. Daniela Calmon Dantas Fontes Torres – Pregoeira(a) Oficial.



# Satélite



Os bastidores da política baiana

POR JAIRO COSTA JÚNIOR

[jairo.junior@redebahia.com.br](mailto:jairo.junior@redebahia.com.br)

[@satelite](https://twitter.com/satelite)

**●● Mais duas na conta dele, o grande derrotado. Deixou as funções de governador para tentar se recuperar das derrotas no primeiro turno. Atrapalhou mais que ajudou**

**Paulo Azi**

Deputado federal e presidente estadual do DEM, ao ironizar o governador Rui Costa pelo revés do PT em Feira e Conquista

## Previsão comprovada

O resultado do segundo turno em Feira de Santana e Vitória da Conquista confirmaram a tendência de reviravolta detectada na reta final da disputa por pesquisas de consumo interno feitas a pedido da oposição ao governo do estado, noticiadas na última sexta-feira pela Satélite. Na verdade, os números das urnas foram além do previsto nas sondagens, que indicavam vantagem dentro da margem de erro, para os prefeitos de Feira e Conquista, respectivamente, Colbert Martins e Herzem Gusmão, ambos do MDB. Os levantamentos apontavam Colbert com seis pontos à frente do deputado federal Zé Neto (PT) e Herzem com dois a mais que o deputado estadual Zé Raimundo, também do PT. Contudo, os prefeitos de Feira e Conquista terminaram com oito pontos acima dos rivais.

### PERNA CURTA

Desde sexta, a coluna foi alvo de uma ofensiva nas redes sociais e aplicativos de mensagem, sob a acusação de divulgar fake news. A votação nas duas cidades atesta a veracidade do conteúdo publicado e já basta como resposta.

## Roda-gigante

Com a vitória nas duas cidades mais populosas do interior, o bloco de oposição ao PT vai comandar seis dos dez maiores colégios eleitorais do estado pelos próximos quatro anos. Além de Salvador, Feira e Conquista, a aliança liderada pelo DEM venceu também em Camaçari, Juazeiro e Teixeira de Freitas, por ordem, quarto, sexto e décimo colocados no ranking. Já a ala governista triunfou em Itabuna, Lauro de Freitas, Ilhéus e Jequié, que ocupam o quinto, sétimo, oitavo e nono lugares. Na lista dos 20 maiores eleitorados baianos, o placar ficou em 12 x 8 para os oposicionistas.

## Dono do cinturão

A virada nos únicos municípios da Bahia em que a corrida foi decidida no segundo turno representa também a vitória do prefeito ACM Neto (DEM) no duelo contra o governador Rui Costa (PT) pelo posto de grande cabo eleitoral na sucessão deste ano. Com gestões bem avaliadas, Neto e Rui concentraram boa parte da agenda política para tentar eleger os aliados em Feira e Conquista, com forte presença nas duas campanhas. Para completar, os candidatos do PT superaram os do MDB no primeiro round, mas foram ultrapassados no fim da pista.

## Viés de baixa

O naufrágio na votação de ontem fragilizou ainda mais a posição do PT no xadrez voltado para a batalha pelo governo em 2022. Das prefeituras que integram o top 20 no estado, o partido conseguiu apenas manter o controle de Lauro de Freitas, com a reeleição de Moema Gramacho. As demais estão sob o guarda-chuva do PSD e PP, legendas que, apesar de aliadas hoje, têm planos futuros onde o PT não consta.

## Rei da sofrência

Péssimo para muitos, 2020 foi um desastre para o ex-deputado estadual Targino Machado (DEM). Após ser cassado pelo TSE, teve que engolir a derrota de Zé Neto em Feira, a quem aderiu nas últimas semanas. Como nada é tão ruim que não possa piorar, ele aparece em vídeos desafiando quem quisesse apostar alto contra o petista.

## Desemprego na Bahia chega a 20,7% no 3º trimestre

**PESQUISA** Apesar da reabertura da economia, o mercado de trabalho da Bahia segue sentindo os efeitos da pandemia do novo coronavírus. Segundo o IBGE, a taxa de desocupação no estado chegou a 20,7% no 3º trimestre deste ano - o maior percentual desde o início da série história da Pnad Contínua Trimestral, iniciada em 2012. Também é a maior taxa em todo o país. Em números absolutos, são 1,208 milhão de pais e mães de famílias desempregados em todo o estado.

O quadro é ainda pior quando se leva em conta os trabalhadores que gostariam de trabalhar, mas não procuram emprego ou trabalham menos horas do que gostariam. A taxa composta de subutilização da força de trabalho, espécie de taxa ampliada de de-

semprego, que inclui essas pessoas, ficou em 45,9% na Bahia, ante os 30,3% do país como um todo.

Entre o 2º e o 3º trimestre de 2020, metade dos 10 grupos de atividades investigados mostraram redução no número de trabalhadores, na Bahia. As maiores retrações, em termos absolutos, ocorreram nos segmentos de administração pública, defesa, seguridade social, educação, saúde humana e serviços sociais (menos 95 mil trabalhadores em três meses, ou -8,7%) e informática, comunicação e atividades financeiras, imobiliárias, profissionais e administrativas (menos 54 mil pessoas ocupadas, ou -13,4%).

O levantamento do IBGE mostra ainda que a taxa de informalidade voltou a crescer na Bahia, chegando a pouco mais da metade dos trabalhadores do estado

(51,3%) no 3º trimestre, frente a 48,1% no trimestre anterior. Continuava menor, porém, do que a verificada no início do ano (52,9% no 1º trimestre de 2020).

No estado, entre julho e setembro, 2,499 milhões de trabalhadores estavam na informalidade, ou seja, eram empregados sem carteira assinada (inclusive trabalhadores domésticos), empregadores ou trabalhadores por conta própria sem registro no CNPJ ou trabalhadores auxiliares familiares.

No 3º trimestre de 2020, o rendimento médio mensal real dos trabalhadores na Bahia (descontados os efeitos da inflação) ficou em R\$ 1.743. Houve uma discreta queda (-2,9%) em relação ao verificado no trimestre anterior (R\$ 1.795), mas o valor ainda ficou significativamente acima (+10,5%) do rendimento do 3º trimestre de 2019.

**1,208**  
milhão é o total de desempregados na Bahia. O estado tem 2,499 milhões de trabalhadores na informalidade



MIRIAM LEITÃO


[blogs.oglobo.globo.com/miriam-leitao/](https://blogs.oglobo.globo.com/miriam-leitao/)


O PROBLEMA ADICIONAL DO DESEMPREGO NESTA PANDEMIA É QUE ELE É MAL MEDIDO

## Retrato amplo do desemprego

O desemprego cresceu, o mercado de trabalho ficou muito menor, a desigualdade se aprofundou. Tudo nessa soma de distopias que vivemos vem em camadas. É preciso levantá-las para entender as várias dimensões do nosso mal. Houve criação de vagas e o governo até comemorou, mas isso é uma parte pequena de uma história muito mais ampla. O IBGE divulgou ontem que a taxa de desocupação entre julho e setembro ficou em 14,6%, a maior da série. E que há menos 11,3 milhões de pessoas trabalhando do que há um ano.

Há muitas desigualdades, como sempre. Só que pioraram. Na Bahia, o desemprego é de 20%, em Santa Catarina é de 6,6%. Se você é homem, sua taxa é de 12,8%, se for mulher, é 16,8%. Se é branco, seu índice de desemprego é de 11,8%, par-

do, 16,5%, e se for uma pessoa preta é de 19%. As nossas desigualdades são regionais, de gênero e raciais. Sempre existiram, mas quando a conta de alguma crise chega ela bate mais em quem tem menos e aumenta as distâncias sociais.

O problema adicional do desemprego nesta pandemia é que ele é mal medido. Não por erro do IBGE, mas por dificuldade mesmo de ver o que se passa. As lentes não captam a realidade. A estatística registra quem procurou emprego e quem não procurou. Se não procurou, você está desempregado, mas não aparece na foto. Muita gente tem adiado essa procura porque acha que o momento não é favorável, com o vírus solto por aí. Se melhorar, se a pandemia ceder, se houver segurança, a pessoa vai procura-

rar. E aí entrará na estatística.

De cara, 5,9 milhões de pessoas não procuram, nem pensam em procurar mais porque acham que não encontrarão. São os que estão em desalento. Em um ano, 1,2 milhão de pessoas entraram no universo dos desalentados. Mas quem for de Alagoas convive com o fato de que 21,6% da população em idade de trabalhar está desalentada. No Maranhão, 20%. Em Brasília, apenas 1,3%.

O que o governo comemorou esta semana foi o Caged, que é um pedaço dessa história toda. A criação de empregos formais em outubro teve um saldo positivo de 394.989 vagas. É bastante para contexto tão difícil, mas não a prova de recuperação em V como exultou o Ministério da Economia. Ademais, a metodologia dessa conta mudou. O

governo passou a obrigar os empresários a reportarem também as contratações temporárias. A série foi quebrada, não dá para comparar com o passado.

O futuro no mercado de trabalho é absolutamente incerto, porque pouco se sabe do cenário econômico. Se esse aumento dos casos de infecção e morte por Covid-19 continuar, a recuperação não se manterá. Está sendo difícil garantir neste quarto trimestre o ritmo do terceiro. Sem certeza do que vai acontecer nos próximos meses, os empresários não contratam.

Uma segunda onda nos pegará tão desprevenido quanto a primeira, porque o Ministério da Economia está negando o problema pela segunda vez. Em março, o ministro Paulo Guedes achava que com R\$ 5 bilhões ele acabava com o vírus. Era negação. Agora de novo tem dito que não acontecerá o que pode já estar acontecendo.

Economistas trabalham com cenários e formuladores de políticas públicas preparam-se exatamente para as mudanças de conjuntura. O improvisado custou caro da primeira vez. Gastou-se mais do que o ne-

cessário com o auxílio emergencial e com muito menos foco do que era preciso.

Esta é a aflição imediata. Há uma devastação no mercado de trabalho, o Ministério da Economia comemora dados parciais como se eles fossem o fim da crise. Ela pode se agravar. O negacionismo vai fazer novas vítimas. Na saúde e na economia. Há, além disso, uma desorganização mais ampla e profunda no mercado de trabalho para o qual será preciso mais inteligência, e menos ideologia, para encontrar a saída.

A taxa de desemprego entre jovens de 18 a 24 anos é mais que o dobro da taxa geral: é 31,4%. Excluindo tanta gente jovem, a economia não se renova.

A crise no mercado de trabalho não nasceu ontem, mas se agravou na pandemia. O coronavírus chegou com sua força destruidora num mercado com dificuldade crônica de abrir oportunidades para jovens, incluir pobres e negros, tratar homens e mulheres da mesma forma, reter os talentos maduros e reduzir as injustiças regionais. Não há soluções fáceis, mas certamente elas ficaram mais difíceis no encurralado ano de 2020.

# Tribuna

## Confiança da indústria sobe a 113,1 pontos

### ESTADÃO CONTEÚDO

O Índice de Confiança da Indústria (ICI) chegou a 113,1 pontos em novembro, subindo ante a pontuação de outubro (111,2), conforme informou ontem a Fundação Getúlio Vargas (FGV). O resultado colocou o indicador no maior nível desde outubro de 2010, quando esteve em 113,6 pontos. Dos 19 segmentos pesquisados, 12 registraram aumento da confiança e 15 estão acima do nível de fevereiro, no pré-pandemia.

"O resultado da sondagem de novembro mostra recuperação surpreendente da confiança do setor industrial, principalmente devido às avaliações muito positivas sobre o momento atual. De maneira geral, a demanda foi considerada como forte e o indicador de estoques bateu novo recorde", afirma Renata de Mello Franco, economista do Instituto Brasileiro de Economia (Ibre/FGV).

O Índice de Situação Atual (ISA) aumentou 4,5 pontos e foi a 118,2 pontos, maior valor desde dezembro de 2007 (118,9 pontos), mostrando a me-

lhora da satisfação do empresariado com a situação corrente. Por outro lado, o Índice de Expectativas (IE) recuou 0,7 ponto e chegou a 107,9 pontos.

"Pelo lado das expectativas, houve ajuste, mas a maioria dos segmentos ainda apresenta otimismo. Apesar da queda dos indicadores de produção prevista e emprego previsto, ambos permanecem em nível elevado, sugerindo que tanto a produção como o pessoal ocupado continuariam aumentando nos próximos três meses", explica Renata.

O indicador que afere o nível de estoque das empresas chegou a 126,2 pontos, subindo 12 pontos e atingindo o maior valor da série histórica. Cresceu de 10,6% para 15,7% o total de empresas que consideram insuficientes seus estoques, enquanto as que consideram seus estoques excessivos são 8,0%, ante 9,6% no mês passado. A perspectiva para o ambiente de negócios nos seus meses seguintes subiu, sendo o único composto do IE a variar positivamente: passou de 100,8 pontos para 104, pontos. Preveem melhora no ambiente de negócios 49,0% das empresas.

## Brasil chega a 14,1 mi de desempregados no 3º tri; taxa de desemprego renova recorde

### REUTERS

O Brasil tinha 14,1 milhões de desempregados ao final do terceiro trimestre, com a taxa de desemprego em nova máxima recorde, reflexo do constante aumento da procura por trabalho após a flexibilização das medidas de contenção ao coronavírus.

A pandemia de Covid-19 causou profundos danos no mercado de trabalho, que costuma ser o último a se recuperar de crises, com a taxa de desemprego chegando a 14,6% nos três meses até setembro, de 13,3% no segundo trimestre.

O dado divulgado pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) ontem renovou o recorde da série iniciada em 2012, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

"O cenário de 2020 é muito complicado por conta do impacto da pandemia. Acho pouco provável se esperar que de um trimestre para o outro vai zerar tudo que se perdeu nos dois primeiros trimestres de 2020", afirmou a analista da pesqui-

O BRASIL tinha 14,1 milhões de desempregados ao final do terceiro trimestre, com a taxa de desemprego em nova máxima recorde



sa, Adriana Beringuy.

"A perda de empregados foi tão grande na pandemia que precisamos de muito tempo pela frente", completou.

A taxa, entretanto, ficou ligeiramente abaixo daquela esperada em pesquisa da Reuters junto a especialistas, de 14,9%.

O Brasil tinha um total de 14,092 milhões de desempregados ao final do terceiro trimestre, um aumento de 10,2% em relação ao período entre abril e junho e de 12,6% sobre o mesmo período do ano anterior.

Com o relaxamento das medidas de isolamento, as

pessoas passaram a sair mais para procurar emprego, o que pressiona o mercado.

O número de pessoas ocupadas, por sua vez, recuou 1,1% entre julho e setembro sobre o trimestre anterior e 12,1% na comparação anual, somando um total de 82,464 milhões, menor patamar da série histórica.

Com isso, o nível de ocupação foi de 47,1% no período, também o menor da série, de 47,9% no trimestre anterior. Segundo o IBGE, o nível de ocupação está abaixo de 50% desde o trimestre encerrado em maio, o que indica que menos da

metade da população em idade para trabalhar está ocupada no país.

Os empregados no setor privado sem carteira de trabalho assinada somavam 9,013 milhões nos três meses até setembro, de 8,639 milhões nos três meses imediatamente anteriores.

Os que tinham carteira assinada no período eram 29,366 milhões, de 30,154 milhões antes, segundo os dados do IBGE. Entre as atividades, somente construção e agricultura apresentaram no terceiro trimestre aumento da população ocupada. Na construção, o aumento foi de 7,5%.

# Tribuna

## Setor turístico ainda vive incertezas

O verão será atípico, sem festas e sem Carnaval, e isso pode afetar o segmento

CLEUSA DUARTE  
REPORTER

**U**m verão atípico sem festas, aglomerações e rico em protocolos sanitários, mas apesar disso a Bahia ainda se consolida como um dos principais destinos turísticos do país. A procura por passagens para o Estado tem dado um pequeno alento para o segmento, a presidente da seccional baiana da Associação Brasileira de Agências de Viagens (ABAV-BA), Angela Carvalho diz que no momento as pessoas procuram viagens internacionais fechadas ninguém quer arriscar. A movimentação calculada é de 20% das operações em relação ao mesmo período do ano passado.

"Tivemos um ano excelente para o setor em 2019. Mas a pandemia travou tudo. Com tantas melhorias principalmente na capital com a construção do Centro de Convenções e obras de res-

tauro, as previsões eram excelentes. Mas estamos operando com apenas 20% de nossa capacidade", relata Angela.

A verdade é que já conseguimos perceber a chegada de turistas pela capital baiana, eles chegam principalmente por avião e rodoviária. "A maior procura por viagens vem do sul do país, principalmente de São Paulo. Os turistas querem praias, a orla da capital e cidades como Trancoso, Ilhéus, Porto Seguro, Itacarê, Morro de São Paulo tem tido boa procura e claro Salvador", destaca Angela.

Sobre o turismo Internacional, Angela constata, "na América do Sul temos Colômbia, Argentina e Chile reabertos, sendo que no Chile o turista precisa realizar uma quarentena de 14 dias. Existe ainda a exigência dos testes para coronavírus, ninguém quer arriscar. Na Europa está tendo a segunda onda e os países abrem e fecham. Quem viajar pode pegar restrições no país estrangeiro."

Geraldo Guedes de Santana Filho, Diretor Operaci-



Foto: Romildo de Jesus  
Historic Center  
Elevador Lacerda  
Basilica da Conceição da Praia

**ATRAATIVOS** A procura por passagens teve um incremento, mas ainda está abaixo do esperado. Hotéis e resorts fazem promoções para atrair o cliente

onal da Foccus está em sintonia com a exposição de Angela, "temos vendido e recebido procura de pacotes por pessoas do Sul do país para as cidades com praias na Bahia. Aqui também no Estado as viagens são curtas, às vezes pelo nordeste como Aracaju, Natal, Recife. Mas é tudo muito novo, conviver com protocolos. Em geral as viagens ficam pelo Estado."

Em relação a viagens Internacionais ele destaca, "momento de incertezas nin-

guém quer arriscar. Quem viaja para o Chile com a exigência de quarentena de 14 dias é por questão familiar, negócio. Na Argentina também está liberado, mas lá também as restrições estão bem severas e o turista não quer viajar para ficar no Hotel com restrições."

Sobre Europa, Guedes acha impraticável, "além de estarem com restrições, as fronteiras estão se fechando, as vezes abrem, as vezes fecham. Muito arriscado."

Para Airam Franciê, da

Franciê Viagens, o momento é de vender pacotes promocionais em resorts, "estou oferecendo pacotes com promoções para cidades do nordeste com praias e também na Bahia. A maioria dos turistas e das procuras vêm do sul do País. Mesmo assim, o momento é de dificuldades. A procura ainda é muito pequena, em torno de 20%. Estou no Home Office e me sustento com o salário de beleza, que segue os protocolos exigidos pelos órgãos governamentais."

Veículo: Site Bahia Notícias	Online
Data: 28/11/2020	Caderno: Notícias



Sábado, 28 de Novembro de 2020 - 16:40

## ***Até 2030, gasto com pandemia deve neutralizar economia com reforma da Previdência***



Os gastos com a pandemia do novo coronavírus neste ano e o aumento que esses gastos representam nas despesas com juros da dívida pública nos próximos dez anos já correspondem ao valor estimado para toda a economia com a reforma da Previdência até 2030, segundo números do governo.

Nesta semana, durante audiência pública na comissão do Congresso Nacional que acompanha as medidas de combate ao coronavírus, o secretário especial de Fazenda do Ministério da Economia, Waldery Rodrigues, informou que é estimado em R\$ 615 bilhões o impacto da pandemia nas contas públicas neste ano em razão da perda de arrecadação e dos gastos extraordinários para combater os efeitos da Covid-19, de acordo com o G1.

Além disso, segundo ele, também há o efeito do aumento do pagamento dos juros da dívida pública. Isso deve gerar despesas adicionais com juros de R\$ 261 bilhões nos próximos dez anos, valor calculado pela Secretaria do Tesouro Nacional.

A maior parte (R\$ 143,3 bilhões) dos gastos com juros refere-se ao pagamento do auxílio emergencial, cujo valor total estimado para 2020 é de R\$ 322 bilhões.

Somado o impacto nas contas públicas previsto para este ano (R\$ 615 bilhões) com a previsão de aumento das despesas com juros (R\$ 261,6 bilhões em dez anos), o efeito da pandemia na dívida pública nesse período é de R\$ 876 bilhões.

"O custo intergeracional, ao longo do tempo, calculamos em R\$ 261 bilhões — custo do endividamento trazido pelas medidas da Covid ao longo dos próximos dez anos — ou 0,4% do PIB. A gente tem que se preocupar com o hoje e com o amanhã", declarou Waldery Rodrigues.

O valor se aproxima ao da última estimativa do Ministério da Economia para a economia a ser gerada pela reforma da Previdência Social até a próxima década (R\$ 855 bilhões). Entre outros pontos, a reforma da Previdência definiu idade mínima de aposentadoria para homens (65

anos) e mulheres (62 anos); regras de transição para os trabalhadores da ativa; novas regras de acesso aos benefícios.

Segundo o diretor-executivo da Instituição Fiscal Independente do Senado Federal (IFI), Felipe Salto, sem a reforma da Previdência, a situação das contas públicas brasileiras seria muito pior.

"A gente pode dizer que, sem a reforma da Previdência, aprovada ainda que tardiamente, as projeções para a dívida pública estariam mais altas. Certamente, estaríamos em uma situação pior", declarou Salto.

Segundo ele, a reforma vai começar a gerar "resultados visíveis" em médio prazo. "Todo mundo sabia que não seria um efeito imediato, mas foi importante para as expectativas e para a dívida", disse ao G1.

Com o impacto das ações de combate ao coronavírus nas contas públicas, o governo prevê que a dívida bruta do setor público avance de 75,8% do Produto Interno Bruto (PIB) em 2019 para 94,4% do PIB no fechamento deste ano — bem acima da média dos demais países emergentes, de pouco mais de 60% do PIB. A estimativa do Tesouro Nacional é de que a dívida bruta siga crescendo nos próximos anos, alcançando a marca de 95,7% do PIB em 2023.

A Instituição Fiscal Independente avalia que o endividamento brasileiro deve atingir 100% em 2024, até lá, "dificilmente serão alcançadas as condições de sustentabilidade".

Em razão do forte aumento da dívida, o Tesouro Nacional analisou nesta semana que não há espaço para "medidas que dificultem o processo de consolidação fiscal e fragilizem a regra do teto de gastos", e defendeu avançar, ainda em 2020, com as PECs do pacto federativo, emergencial e dos fundos públicos, além dos marcos regulatórios de cabotagem (navegação entre portos do mesmo país), do gás e das ferrovias.

Para Felipe Salto, da IFI, está faltando liderança da área econômica do governo na condução dos projetos do pacto federativo e da emergência fiscal, que já estão no Legislativo, e também transparência sobre o futuro das contas públicas.

"Não adianta dizer: 'Fazemos a proposta e agora a bola está com Congresso'. Não é assim que acontece. O zelo macrofiscal está como o Executivo. Precisa transparência, mostrar que o orçamento do ano que vem vai ser pior que o projeto [devido a possíveis gastos com a Covid, como vacina e nova extensão do auxílio emergencial]. Se há um risco de rompimento do teto [de gastos], então tem que dar a solução", avaliou.

Segundo ele, também faltam indicações sobre um plano de médio prazo para conter o déficit público e controlar a dívida. "Estão insistindo no discurso do teto, só que não estão tendo como fundamentar. O mercado faz as contas e fica preocupado [diante da possibilidade de o teto ser rompido]. Esse dilema 'ou é o teto ou acabou o mundo' é uma armadilha. Não dá pra ficar preso. E responsabilidade fiscal é dívida pública equilibrada", afirmou.

"Se for pelo lado da receita [possível alta de impostos], é uma medida dura. Se não dá pra fazer tudo pelo lado do gasto, tem de mostrar como a receita vai ser modificada, revisar gasto tributário [benefícios fiscais]", complementou.

Veículo: G1	
Data: 30/11/2020	Caderno: Economia



## Após 8 meses de rombo, contas públicas têm superávit de R\$ 2,95 bilhões em outubro

*Superávit foi alcançado devido a resultado positivo das contas dos estados, municípios e empresas estatais. Dívida pública subiu para 90,7% do PIB no mês passado, informou o BC.*

**Por Alexandre Martello, G1** — Brasília

30/11/2020 09h46 Atualizado há 24 minutos

As contas do setor público consolidado registraram superávit primário de R\$ 2,953 bilhões em outubro, informou o Banco Central nesta segunda-feira (30). Os números englobam as contas do governo federal, estados, municípios e empresas estatais.

O superávit primário é registrado quando as receitas de impostos e contribuições do governo são maiores que as despesas. A conta não inclui, porém, os gastos com o pagamento dos juros da dívida pública.

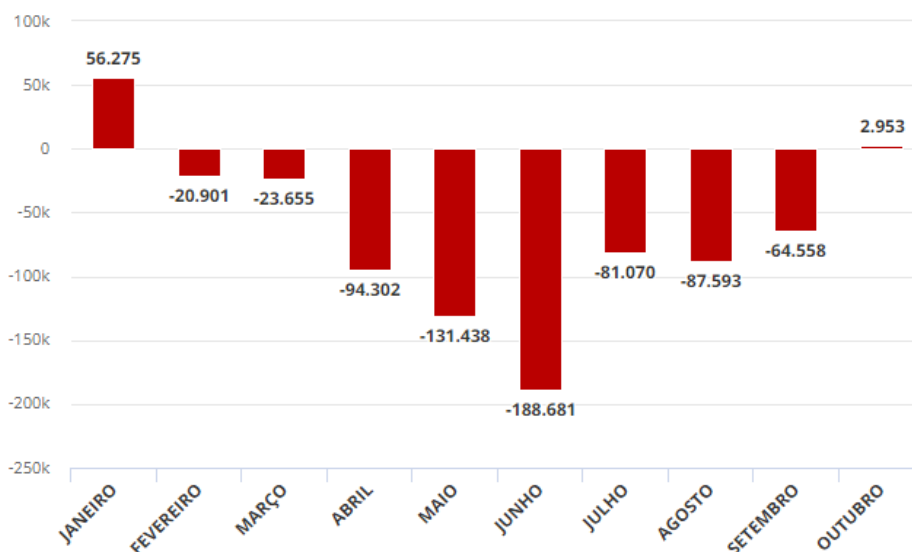
Apesar de positivo, foi o pior resultado para meses de outubro desde 2015 (déficit de R\$ 15,530 bilhões). No mesmo período de 2019, o superávit fiscal foi de R\$ 9,444 bilhões.

Entretanto, informou o BC, foi o primeiro superávit fiscal desde janeiro.



## RESULTADO DAS CONTAS PÚBLICAS EM 2020

Em R\$ bilhões



Fonte: Banco Central

De abril em diante, as contas públicas registraram rombos fiscais elevados por conta do aumento de despesas diante da **pandemia do novo coronavírus** e da queda na arrecadação, fruto do tombo na atividade econômica e da decisão do governo de adiar o prazo de pagamento de impostos para socorrer empresas.

Nos últimos meses, porém, **indicadores apontam para um retomada da economia**, ligada ao pagamento do **auxílio emergencial** e à redução do distanciamento social.

Em outubro, os dados oficiais mostraram uma **alta maior da arrecadação federal, de quase 10% em termos reais**, também devido ao pagamento de impostos atrasados.

### ***Estados e municípios***

De acordo com dados do Banco Central, o resultado positivo das contas públicas em outubro está relacionado com o desempenho dos estados, municípios e das empresas estatais.

- No mês passado, o governo federal registrou um déficit primário de R\$ 3,210 bilhões.
- Esse valor, porém, foi compensado por um saldo positivo de R\$ 5,164 bilhões nos estados e municípios, e de R\$ 998 milhões nas estatais.

O Banco Central tem avaliado, nos últimos meses, que os superávits dos estados e municípios neste ano têm sido impulsionados pelo auxílio do governo federal para enfrentar a pandemia do novo coronavírus, aprovado pelo Congresso Nacional.

### ***Parcial do ano***

No acumulado dos dez primeiros meses deste ano, as contas do setor público consolidado apresentaram déficit primário de R\$ 632,973 bilhões. O resultado foi o pior já registrado para o período na série histórica do BC.

Para este ano, havia uma meta de déficit para o setor público de até R\$ 118,9 bilhões. Entretanto, com o decreto de calamidade pública, proposto pelo governo e aprovado pelo Congresso Nacional por conta da pandemia, não será mais necessário atingir esse valor.

Em todo ano de 2019, as contas do setor público tiveram um déficit primário de R\$ 61,87 bilhões, ou 0,85% do Produto Interno Bruto (PIB). Foi o sexto ano seguido de contas no vermelho, mas também foi o melhor resultado desde 2014, ou seja, em cinco anos.

### ***Gastos com juros***

Quando se incorporam os juros da dívida pública na conta – no conceito conhecido no mercado como resultado nominal, utilizado para comparação internacional – houve déficit de R\$ 30,924 bilhões nas contas do setor público em outubro.

Em 12 meses até outubro deste ano, o resultado ficou negativo (déficit nominal) em R\$ 1,011 trilhão, o equivalente a 13,95% do PIB – valor alto para padrões internacionais e economias emergentes.

Esse número é acompanhado pelas agências de classificação de risco para a definição da nota de crédito dos países, indicador levado em consideração por investidores.

O resultado nominal das contas do setor público sofre impacto do déficit primário elevado, das atuações do BC no câmbio, e dos juros básicos da economia (Selic) fixados pela instituição para conter a inflação. Atualmente, a Selic está em 2% ao ano, na mínima histórica.

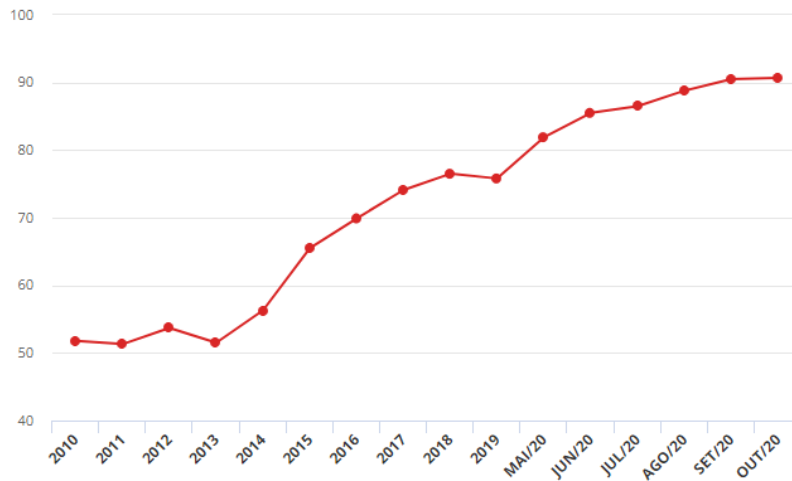
### ***Dívida bruta***

A dívida bruta do setor público brasileiro, indicador que também é acompanhado com atenção pelas agências de classificação de risco, subiu novamente em outubro.

Em dezembro do ano passado, a dívida estava em 75,8% do PIB, somando R\$ 5,5 trilhões. Em setembro deste ano, já tinha avançado para 90,5% do PIB (R\$ 6,53 trilhões) e, em outubro, atingiu o recorde de 90,7% do PIB, o equivalente a R\$ 6,57 trilhões, informou o Banco Central.

## DÍVIDA BRUTA DO BRASIL

% em relação ao PIB



Fonte: BANCO CENTRAL

O Ministério da Economia tem estimado que a dívida bruta do setor público pode encerrar este ano em 94,4% do PIB devido aos gastos para combater a pandemia do novo coronavírus, e pelo tombo esperado na economia.

Veículo: G1	
Data: 30/11/2020	Caderno: Economia



## Mercado financeiro vê queda menor do PIB e sobe estimativa de inflação para 3,54% em 2020

*É a décima sexta semana seguida em que estimativas de inflação são revisadas para cima. Economistas ouvidos pelo Banco Central reduziram a projeção de queda do PIB para 4,50%.*

Por **Alexandro Martello, G1** — Brasília

30/11/2020 08h32 Atualizado há 2 horas

Os analistas do mercado financeiro subiram a estimativa de inflação para 2020 pela décima sexta semana seguida e passaram a projetar um tombo menor do Produto Interno Bruto (PIB) neste ano.

As expectativas fazem parte do boletim de mercado conhecido como relatório "Focus", divulgado nesta segunda-feira (30) pelo **Banco Central** (BC). Os dados foram levantados na semana passada em pesquisa com mais de 100 instituições financeiras.

Para o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), a inflação oficial do país, a expectativa do mercado para este ano passou de 3,45% para 3,54%. No decorrer do ano, com a pandemia do novo coronavírus e a recessão na economia brasileira, o mercado baixou a estimativa de inflação. Nos últimos meses, porém, com a alta do dólar e com a retomada da economia, os preços voltaram a subir.

Em setembro, a inflação oficial do país avançou 0,64%, a maior alta para o mês desde 2003. **Em outubro, subiu para 0,86%, a maior desde 2002.** Apesar da alta, a expectativa de inflação do mercado para este ano segue abaixo da meta central, de 4%, e acima do piso do sistema de metas, que é de 2,5% em 2020.

Pela regra vigente, o IPCA pode oscilar de 2,5% a 5,5% sem que a meta seja formalmente descumprida. Quando a meta não é cumprida, o BC tem de escrever uma carta pública explicando as razões.

A meta de inflação é fixada pelo **Conselho Monetário Nacional** (CMN). Para alcançá-la, o Banco Central eleva ou reduz a taxa básica de juros da economia (Selic).

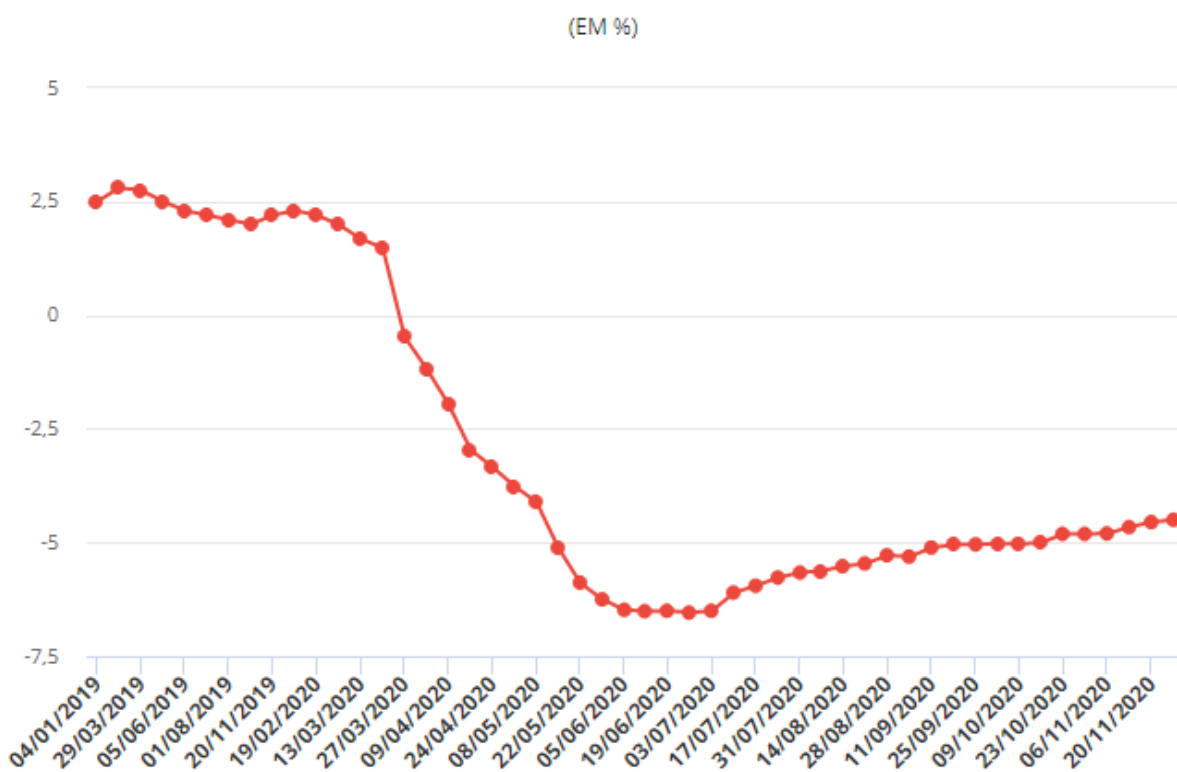
Para 2021, o mercado financeiro subiu de 3,40% para 3,47% sua previsão de inflação. No ano que vem, a meta central de inflação é de 3,75% e será oficialmente cumprida se o índice oscilar de 2,25% a 5,25%.

### **Retração da economia**

Sobre o comportamento da economia brasileira em 2020, os economistas do mercado financeiro baixaram sua estimativa de tombo do Produto Interno Bruto (PIB) de 4,55% para 4,50% na semana passada. Foi a quarta melhora seguida no indicador.

O PIB é a soma de todos os bens e serviços produzidos no país e serve para medir a evolução da economia.

### **PREVISÕES DO MERCADO PARA O PIB DE 2020**



Fonte: BANCO CENTRAL

Na última semana, o mercado subiu de 3,40% para 3,45% a estimativa de expansão do PIB para 2021.

A expectativa para o nível de atividade foi feita em meio à pandemia do novo coronavírus, que tem derrubado a economia mundial e colocado o mundo no caminho

de uma recessão. Nos últimos meses, porém, indicadores têm mostrado uma retomada da economia brasileira.

- Em novembro, o governo brasileiro **baixou de 4,7% para 4,5% sua previsão para a retração do PIB em 2020.**
- O Banco Mundial prevê uma **queda de 5,4% no PIB brasileiro** e o **Fundo Monetário Internacional (FMI) estima um tombo de 5,8% em 2020.**
- Em 2019, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o **PIB cresceu 1,1%**. Foi o desempenho mais fraco em três anos.
- Após recuar 2,5% nos primeiros três meses deste ano (número revisado), o **PIB apresentou um tombo de 9,7% no segundo trimestre deste ano** – contra os três meses anteriores. Foi a maior queda desde que o IBGE iniciou os cálculos do PIB trimestral, em 1996.

### ***Taxa básica de juros***

Após a **manutenção da taxa básica de juros em 2% ao ano no fim de outubro**, o mercado segue prevendo estabilidade na Selic neste patamar até o fim deste ano.

Para o fim de 2021, a expectativa do mercado permaneceu inalterada em 3% ao ano. Isso quer dizer que os analistas seguem estimando alta de juros em 2021.

### ***Outras estimativas***

- **Dólar:** a projeção para a taxa de câmbio no fim de 2020 recuou de R\$ 5,38 para R\$ 5,36. Para o fechamento de 2021, continuou em R\$ 5,20 por dólar.
- **Balança comercial:** para o saldo da balança comercial (resultado do total de exportações menos as importações), a projeção em 2020 subiu de US\$ 57,73 bilhões para US\$ 57,90 bilhões de resultado positivo. Para o ano que vem, a estimativa dos especialistas do mercado avançou de US\$ 55,10 bilhões para US\$ 56,50 bilhões de superávit.
- **Investimento estrangeiro:** a previsão do relatório para a entrada de investimentos estrangeiros diretos no Brasil neste ano ficou estável em US\$ 45 bilhões. Para 2021, a estimativa permaneceu em US\$ 60 bilhões.

Veículo: Bahia Econômica	Coluna:
Data: 30/11/2020	



## CONTAS PÚBLICAS TÊM SUPERÁVIT DE R\$ 2,95 BILHÕES EM OUTUBRO



30 Novembro, 2020

As contas do setor público consolidado registraram superávit primário de R\$ 2,953 bilhões em outubro, informou o Banco Central nesta segunda-feira (30). Os números englobam as contas do governo federal, estados, municípios e empresas estatais.

De acordo com o BC, esse foi o primeiro superávit fiscal desde janeiro deste ano, quando foi registrado um resultado positivo de R\$ 56,275 bilhões. Apesar de positivo, entretanto, foi o pior resultado para meses de outubro desde 2015 (déficit de R\$ 15,530 bilhões). No mesmo período de 2019, o superávit fiscal foi de R\$ 9,444 bilhões.

O resultado positivo das contas públicas em outubro está relacionado com o desempenho dos estados, municípios e das empresas estatais. No mês passado, o governo federal registrou um déficit primário (despesas maiores do que receitas, sem contar com os juros) de R\$ 3,210 bilhões, valor que foi mais do que compensado por um saldo positivo de R\$ 5,164 bilhões nos estados e municípios, e de R\$ 998 milhões nas estatais.

No acumulado dos dez primeiros meses deste ano, as contas do setor público consolidado apresentaram déficit primário de R\$ 632,973 bilhões. O resultado foi o pior já registrado para o período na série histórica do BC.

Segundo o G1, para este ano, havia uma meta de déficit para o setor público de até R\$ 118,9 bilhões. Entretanto, com o decreto de calamidade pública, proposto pelo governo e aprovado pelo Congresso Nacional por conta da pandemia, não será mais necessário atingir esse valor.

Em todo ano de 2019, as contas do setor público tiveram um déficit primário de R\$ 61,87 bilhões, ou 0,85% do Produto Interno Bruto (PIB). Foi o sexto ano seguido de contas no vermelho, mas também foi o melhor resultado desde 2014, ou seja, em cinco anos.

Foto: Marcello Casal Jr/Agência Brasil

Veículo: Bahia Econômica	Coluna:
Data: 30/11/2020	



## MERCADO FINANCEIRO ELEVA INFLAÇÃO E REDUZ QUEDA DO PIB



30 Novembro, 2020

Os analistas do mercado financeiro subiram a estimativa de inflação para 2020 pela décima sexta semana seguida e passaram a projetar um tombo menor do Produto Interno Bruto (PIB) neste ano.

Para o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), a inflação oficial do país, a expectativa do mercado para este ano passou de 3,45% para 3,54%. Apesar da alta, a expectativa de inflação do mercado para este ano segue abaixo da meta central, de 4%, e acima do piso do sistema de metas, que é de 2,5% em 2020.

Para 2021, o mercado financeiro subiu de 3,40% para 3,47% sua previsão de inflação. No ano que vem, a meta central de inflação é de 3,75% e será oficialmente cumprida se o índice oscilar de 2,25% a 5,25%.

**Taxa básica de juros** – Após a manutenção da taxa básica de juros em 2% ao ano no fim de outubro, o mercado segue prevendo estabilidade na Selic neste patamar até o fim deste ano. Para o fim de 2021, a expectativa do mercado subiu de 2,75% para 3% ao ano. Isso quer dizer que os analistas seguem estimando alta de juros em 2021.

**PIB** – Segundo apuração do G1, os economistas baixaram sua estimativa de tombo do Produto Interno Bruto (PIB) de 4,55% para 4,50% na semana passada. Foi a quarta melhora seguida no indicador. Na última semana, o mercado subiu de 3,40% para 3,45% a estimativa de expansão do PIB para 2021.

As expectativas fazem parte do boletim de mercado conhecido como relatório “Focus”, divulgado nesta segunda-feira (30) pelo Banco Central (BC). Os dados foram levantados na semana passada em pesquisa com mais de 100 instituições financeiras.

Foto: Marcello Casal Jr./Agência Brasil



## TENDÊNCIAS / DEBATES

folha.com/tendencias debates@grupofolha.com.br  
 Os artigos publicados com assinatura não traduzem a opinião do jornal. Sua publicação obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo

## O teto, a renda básica e a tributação

Imposto de renda negativo reativaria economia e reduziria desigualdades

Roberto Luís Troster

Doutor em economia e consultor, é ex-economista-chefe da Febraban (Federação Brasileira de Bancos)

A realidade mostra o agravamento de distorções que excluem muitos do bem-estar e a repetição de crises. É o drama de problemas que não se resolvem. O Brasil tem a pior concentração de renda das Américas, um em cada seis brasileiros não tem renda e o governo federal não tem capacidade fiscal para amenizar o quadro. Mais grave ainda é a procrastinação em apresentar soluções.

A pandemia piorou o quadro fiscal, a dívida pública e o déficit aumentaram e as perspectivas de crescimento da economia diminuíram. As projeções da relação dívida pública/PIB apontam que deve superar os 100% no próximo ano. A demanda social por uma renda básica tem que ser atendida.

Para solucionar o dilema, este artigo propõe três mudanças no Imposto de Renda Pessoa Física. A primeira é a criação de mais uma faixa de tributação. Seria da renda de R\$ 0 a R\$ 1.500, com uma alíquota negativa de 30%. Quando implantada, o cidadão sem nenhuma renda receberia R\$ 450, equivalente a 30% de R\$ 1.500. Outros que ganhassem R\$ 900, receberia R\$ 186 de imposto negativo, correspondente a 30% de R\$ 600 (R\$ 1.500 - R\$ 600) e teria uma renda total de R\$ 1.080 (a soma da renda mais o imposto de renda recebido). Todos teriam assegurado um mínimo de R\$ 450, ou R\$ 15 por dia, que é uma renda mínima para excluir cidadãos da miséria, de acordo com o Banco Mundial.

As vantagens são: melhora na justiça social, redução da concentração de renda; manutenção do incentivo a trabalhar — diferentemente do programa Bolsa Família —; tratamento uniforme para todos os cidadãos, sem assistencialismo; diminuição da necessidade de alguns auxílios; facilidade de implantar; simplicidade; ativação da economia; e

viabilidade financeira.

O financiamento seria feito através da segunda modificação no Imposto de Renda Pessoa Física. Atualmente, a alíquota marginal de salários é de 27,5%, superior à de rendimentos da renda fixa, que vai de zero a 22,5%, à de profissionais liberais, que é cerca da metade, e à de dividendos recebidos, que é zero. O princípio de "mesma renda, mesma tributação" seria adotado. Todos são iguais perante a lei e perante o Fisco. As alíquotas de todos os rendimentos seriam iguais às dos salários.

A terceira alteração é a criação de uma faixa adicional para os que têm rendimentos mensais superiores a R\$ 20 mil, com alíquota marginal de 35%. É a média praticada na América do Sul. Os ajustes feitos pelo tra-

[...]

Este artigo propõe três mudanças no Imposto de Renda Pessoa Física. (...) [Uma delas] é a criação de uma faixa adicional para os que têm rendimentos mensais superiores a R\$ 20 mil, com alíquota marginal de 35%. É a média praticada na América do Sul. Os ajustes feitos pelo tratamento igualitário a todos e a nova alíquota devem ser mais que suficientes para financiar o imposto de renda negativo

tamento igualitário a todos e a nova alíquota devem ser mais que suficientes para financiar o imposto de renda negativo. Os demais programas assistenciais seriam reduzidos ou eliminados.

Para implantar o sistema, a Receita Federal criaria um Cadastro Nacional Único de Cidadãos. Atualmente, 82,5% da população brasileira está cadastrada — faltariam 17,5%, para o qual o órgão federal tem capacidade operacional para realizar a tarefa. Há cerca de 5% que são os invisíveis e merecem um tratamento especial para sua inclusão.

O cadastro incluiria a bioidentificação. Poderia ter ainda outros usos, como na Justiça Eleitoral, em um prontuário médico que poderia ser acessado em todo o país e, ainda, para mapeamento de políticas públicas nas diferentes regiões, em tempo real.

Note-se que o imposto de renda negativo não é uma transferência. Atualmente, as deduções do IR e as restituições não são consideradas dessa forma. Não há motivos para mudar a classificação por conta da criação da faixa adicional com alíquota negativa. Pode até abrir uma folga no Orçamento.

Se as propostas deste artigo fossem adotadas, três resultados importantes seriam alcançados. O primeiro e mais importante é o fim da miséria endêmica no país, uma vergonha nacional que se agrava a cada década e que acabaria rapidamente.

O segundo é uma dinâmica fiscal melhor, e o terceiro é acabar com a injustiça de que os mais ricos pagam proporcionalmente menos impostos do que os mais pobres. Há mais que pode ser feito. O que não se pode esperar mais. Os problemas sociais e fiscais se agravam a cada dia que passa, e podem ser solucionados rapidamente.

## PAINEL DO LEITOR

folha.com/paineldoleitor leitor@grupofolha.com.br  
 Cartas para a: Barão de Limeira, 425, São Paulo, CEP 01202-900. A Folha se reserva o direito de publicar trechos das mensagens. Informe seu nome completo e endereço

ENVIE PARA O PAINEL DO LEITOR SUA FOTO EM AMARELO DA CAMPANHA PELA DEMOCRACIA

## Eleições

Precisamos defender a reforma do financiamento público das campanhas, que não dá espaço à maioria dos candidatos. O dinheiro público vai parar na mão de pouquíssimos postulantes

Rubens Ito (São Paulo, SP)

\*

Que a campanha para a Prefeitura de São Paulo sirva de exemplo para futuras campanhas políticas no Brasil. Não dá para aguentar a continuação das barbaridades que nos submetem à extrema direita no afã de tomar à força o poder neste país, outrora tão amigo e admirado. A educação, a educação e o bom senso dos jovens candidatos deveriam contaminar os jovens brasileiros.

José Diegues (São Carlos, SP)

## Sistema eleitoral:

1. Brasil: urnas eletrônicas, sucesso absoluto, sem nenhum caso comprovado de fraudes. Bolsonaro, nossa atitude leviana e sem provas, vive questionando o sistema. 2. Estados Unidos: sistema arcaico, por cédulas, correios e outras formas bem fiscalizadas, mas com possibilidades de fraudes. Conclusão: os dois presidentes fanfarrões, prevendo suas respectivas derrotas para a reeleição, optam por desmoralizar as urnas, e não suas incompetências. Em 2022, Bolsonaro terá um mandato de dois anos. Henrique Ventura dos Reis (Rio de Janeiro, RJ)

## Ombudsman

A ombudsman novamente defende o empregador e despreza o leitor. Minimizar a tendenciosa conduta de Thais Oyama é expulso espírito de corpo. Só o fato de as jornalistas usarem mais de um quarto do tempo das sabatinas em perguntas mostra o despreparo jornalístico para dar o pretenso espaço aos candidatos. A Folha tem seu candidato à reeleição para a Prefeitura de São Paulo, apenas não admite isso e convence até quem deveria trazer o contraditório de que o espaço político no jornal é equilibrado.

Adilson Roberto Gonçalves (Campinas, SP)

## TSE

O TSE está fazendo campanha para contrarmos celular? Eu não tenho e não quero ter celular, não sou obrigado por lei a tê-lo. Porém sou obrigado por lei a votar, e agora? Está numa pequena cidade do interior de São Paulo, fugindo do coronavírus, e fui ao cartório para justificar minha ausência no segundo turno. Mas ele estava fechado. Como um eleitor que não quer ter celular irá justificar sua ausência? Francisco José Bedê e Castro (São Paulo, SP)

## Uma escolha fácil

O artigo de Antonio Prata deste domingo ("Uma escolha fácil", Cotidiano, 29/11) diz tudo que qualquer observador mais civilizado gostaria de dizer: a democracia tem salvação! A ironia do título atinge diretamente o leitor e jamais esquecido editorial do Estadão de 2018, aquele que numa balança desregulada dava o mesmo peso à civilização e à barbárie. Sim, o poço do esgoto moral tinha fundo e descobrimos que muitos brasileiros querem sair dele. Nós que aqui estamos, por nós esperamos.

Sandro Biundo (Brasília, DF)

\*

Parabéns a Antonio Prata pelo primoroso artigo "Uma escolha fácil". Apesar de não residir em São Paulo, procurei assistir aos debates e entrevistas dos candidatos Bruno Covas e Guilherme Boulos. Encantei-me com o preparo e com a postura democrática dos dois candidatos. Fico com a sensação de que, ganhe quem ganhar, a democracia acabou prevalecendo na maior cidade do país, o que nos dá esperança de alcançarmos um futuro menos obscurantista para o nosso país.

José Elias Aíex Neto (Foz de Iguaçu, PR)

Antonio Prata diz bem: os paulistanos venceram as eleições. Souberam fugir do fundo do poço, escolheram os dois melhores candidatos. Os candidatos da nescesidade ficaram de fora. Que quem vencer neste domingo saiba fazer o melhor. Mesmo não tendo as convicções políticas de um ou do outro, sabemos que farão uma boa administração, têm credibilidade como pessoas de bem.

Mariza Bacci Zago (Atibaia, SP)

\*

Só mesmo um otimismo histórico como o manifestado por Antonio Prata para presumir que, independentemente do resultado eleitoral em São Paulo, haverá algum ganho para a democracia. O quinto dos infernos em que nos metemos começou com Bolsonaro? Antes vivíamos no céu e purgatório? Nem Trump nem Bolsonaro são usurpadores; foram eleitos pelas regras da democracia que agora festeja. E, se for pela propaganda oficial que uma TV mostra, que diferença fará se o povo preferir a TV que mostra a bunda?

José Zimmermann Filho (São Paulo, SP)

## O vice

Oportuno o tema sobre os vices ("Precisamos falar sobre vices", Cristina Serra, Opinião, 28/11) para uma reforma política. Os vices são dispensáveis no formato atual, equiparam-se ao opcional. São impostos ao eleitor, sem nenhuma representatividade. Melhor seria o retorno à forma anterior, em que o presidente da República era substituído pelo presidente da Câmara. Seria republicano e eliminaria outra fonte de conchavos e de inutilidade.

Lafayette Pondé Filho (São Paulo, SP)

## Covid

Quem teve parente ou amigo morto pela Covid-19, ou teve órgãos vitais comprometidos, deve entrar na Justiça contra Bolsonaro. Pedir uma indenização, por exemplo, de R\$ 5 milhões — embora uma vida valha incomparavelmente muito mais do que isso. O Brasil deverá atingir perto de 85 mil mortos pela pandemia no Natal. Bolsonaro não é culpado direto pelo vírus, mas foi o grande responsável pela sua propagação no país.

Carlos Antonio Barros Mourão (Belo Horizonte, MG)

## Bravura

O pequeno monumento em recordação ao ato de bravura do marechal Bittencourt, em frente ao Museu Histórico Nacional, foi destruído. A história da República não é respeitada, mesmo quando materializada em frente à porta de um museu histórico. Pobre país que despreza o passado e não mantém os alicerces para construir o seu futuro.

Luiz Felipe Puge de Miranda (Rio de Janeiro, RJ)

## Fl elétrica

Um dos grandes objetivos da Fórmula 1 é a busca do aperfeiçoamento que visa segurança — mais ainda desde o acidente com Ayrton Senna. No incêndio no GP de Bahrain, para evitar a bola de fogo que aconteceu com Grosjean, ficou clara a necessidade da mudança radical: é preciso banir a gasolina. Que a partir de 2021 todos os carros da Fórmula 1 sejam elétricos.

Humberto Schwartz Soares (Vilhavelha, ES)

## ERRAMOS

erramos@grupofolha.com.br

**PAINEL** (29.NOV.2020, PÁG. A4) Diferentemente do que foi publicado na nota "Ocupação", Gilberto Kassab não se licenciou do cargo de secretário da Casa Civil do governo do estado de São Paulo logo nos primeiros dias, mas, sim, antes de assumir aquele posto.

## Ser herói da própria saúde requer coragem para vencer tabus

Cultura patriarcal impede prevenção e impõe retrocessos no cuidado masculino

Geraldo Faria

Presidente da Sociedade Brasileira de Urologia (São Paulo) e membro da Associação Americana de Urologia e da Associação Europeia de Urologia

Este mês de novembro foi marcado por iniciativas em todo o Brasil para a conscientização da prevenção das doenças que afetam a saúde masculina. A vergonha e o constrangimento ainda são fatores que impedem o homem de procurar ajuda.

Historicamente, a menina e o menino são acompanhados pela pediatra e, a partir do início da puberdade, apenas a adolescente do sexo feminino vai às consultas de rotina com a ginecologista. O mesmo não ocorre com o menino, que fica sem um especialista para acompanhá-lo até a idade adulta.

Dados da Sociedade Brasileira de Urologia (SBU) mostram que apenas 1% dos adolescentes do sexo masculino já foi ao urologista. Não raro, os homens são mais suscetíveis a terem doenças coronarianas, cânceres, diabetes, colesterol elevado, hipertensão arterial e obesidade, de entre outros, além de viverem, em média, sete anos a menos do que as mulheres.

A cultura patriarcal que vivemos impõe ao garoto — que não foi estimulado a pensar em prevenção — a apenas recorrer ao médico e a hospitais em casos de emergência. Ainda impere a falácia de que "sendo homem, não pode chorar", de que é imune e resistente a quaisquer doenças e que, futuramente, como o provedor da família, "não pode fi-

car doente". Ao longo do tempo, esses estereótipos foram somados a outros mitos e medos sobre o tórax: o exame fundamental para detectar possíveis anormalidades na próstata — corroborando negativamente para um retrocesso e comprometimento que parte do homem, com o entendimento que não é observado entre as mulheres.

É bem verdade que nas últimas décadas tivemos avanços nas políticas

públicas de atenção à saúde masculina, porém os resultados práticos ainda são pouco visíveis. Infelizmente, a saúde do homem não foi suficientemente abordada quanto à sua relevância e peculiaridades.

Segundo o Instituto Nacional do Câncer (Inca), a estimativa de novos casos de câncer de próstata para 2020 é de aproximadamente 65 mil. Infelizmente, cerca de 20% dos pacientes portadores da neoplasia são diagnosticados em estágio avançado, quando não há mais chances de cura. É o segundo tumor maligno mais comum entre os homens, perdendo somente para o câncer de pele não melanoma.

A boa notícia é que a descoberta precoce aumenta a chance de cura em 90%, e a má é que, como surto de coronavírus, os homens recuaram na prevenção e não deram continuidade aos tratamentos. Levantamento realizado pela SBU mostra que 55% deles, acima de 40 anos, deixaram de ir às consultas médicas em função da pandemia. E, nesta doença, a prevenção é fundamental.

Homens com histórico familiar da doença em pai ou irmão, afrodescendentes e obesos tem uma predisposição maior ao problema e devem iniciar a prevenção aos 45 anos. A partir de 50 anos, e mesmo sem apresentar sintomas, devem procurar um profissional especializado.

[...]

Infelizmente, a saúde do homem não foi suficientemente abordada quanto à sua relevância e peculiaridades. (...) A boa notícia é que a descoberta precoce do câncer de próstata aumenta a chance de cura em 90%; e a má é que, com o surto de coronavírus, os homens recuaram na prevenção e não deram continuidade aos tratamentos

# Bancos ignoram linha de crédito com garantia em maquininhas

Os R\$ 9,1 bilhões restantes serão extinguidos em 31 de dezembro caso não sejam emprestados

Isabela Bolzani

SÃO PAULO Apouco mais de um mês de os recursos serem extintos, menos de 2% dos R\$ 10 bilhões disponíveis para crédito facilitado para micro e pequenas empresas, além de microempreendedores individuais, foram de fato concedidos pelos bancos.

O montante consta do Peac (Programa Emergencial de Acesso ao Crédito) Maquininhas, um programa lançado pelo governo federal como medida para mitigar os efeitos da crise causada pela pandemia sob os micro e pequenos empresários.

A concessão de crédito com condições vantajosas —carência de seis meses, prazos de até 36 meses para pagar o empréstimo e juros de 6% ao ano— é feita por meio das maquininhas de pagamento, mas depende dos bancos para ser liberado.

Dentre os grandes bancos, porém, apenas Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e Safra aderiram à linha até agora, segundo o BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), administrador dos recursos. O Itaú Unibanco não consta da lista dos aderentes do BNDES, mas divulgou que já havia emprestado cerca de R\$ 180 milhões pela linha até a última quarta-feira (25) para clientes da Rede, seu braço de aquisição.

BMG, Inter, BS2 e a sociedade de crédito direto BMP Money Plus também aderiram à modalidade.

Ainda segundo o BNDES, cerca de 30 mil pequenos negócios foram beneficiados pelo programa. Eles emprestaram R\$ 897,4 milhões até quarta-feira (25).

Guilherme Afif Domingos, assessor especial do Ministério da Economia, afirma que há demanda pelo dinheiro, mas que houve uma fraca adesão e esforços insuficientes do lado dos grandes bancos em impulsionar essa linha.

"Temos um mercado com uma carência de crédito monumental e muita burocracia bancária. Esse crédito precisa chegar na ponta antes que vire abóbora", disse Afif.

A Febraban (Federação Brasileira dos Bancos) atribui a baixa adesão ao programa à necessidade que as instituições tiveram de se adaptar ao Pix—sistema de pagamentos instantâneos que está em vigor desde 16 de novembro—, ao open banking (compartilhamento de dados entre instituições financeiras, adiado para fevereiro de 2021) e aos demais programas emergenciais do governo.

"O setor bancário atuou intensamente nos últimos meses na preparação dos ambi-

entes de tecnologia. Todos esses programas e adaptações ao momento que estamos vivendo tiveram impacto no cronograma de implementação do Peac Maquininhas", afirmou a federação e em nota.

Os R\$ 9,1 bilhões ainda disponíveis pelo Peac Maquininhas

só poderão ser liberados até 31 de dezembro, uma vez que o programa se insere no conjunto de medidas emergenciais promovidas pelo governo ao longo deste ano para combater os impactos do novo coronavírus—sendo, assim, parte do Orçamento de Guerra.

O Orçamento de Guerra foi estabelecido no primeiro semestre com objetivo de separar os gastos extraordinários do governo com o combate à pandemia do Orçamento da União.

A PEC (proposta de emenda à constituição) pelo qual a medida foi promulgada afrou-

xa exigências de controle no uso dos recursos públicos, de maneira a dar mais espaço para a criação e expansão de ações econômicas por parte do governo para diminuir os impactos do novo vírus.

As burocracias e exigências para análise de crédito por

parte das instituições, segundo Domingos, também limitariam o acesso ao crédito para os MEIs e micro e pequenos empreendedores. No Peac Maquininhas, a garantia dada pelo tomador do empréstimo é 8% das vendas futuras.

Continua na pág. 4





**Empreendedor Social do Ano**  
2020  
EM RESPOSTA À COVID-19



**SOLUÇÕES RÁPIDAS E DE IMPACTO MERECEM RECONHECIMENTO E VISIBILIDADE**

**DATA:**  
7 de dezembro de 2020

**HORÁRIO:**  
das 17h às 19h

**Participe do evento virtual que vai homenagear e reconhecer as Top 30 iniciativas sociais de destaque no enfrentamento da pandemia no Brasil.**

Assista ao webinar **"Boas Práticas em Resposta à Covid-19"** e a cerimônia virtual de premiação do Empreendedor Social do Ano, uma edição especial e histórica do maior prêmio de empreendedorismo social da América Latina, uma parceria da **Folha** e da **Fundação Schwab**.

**ASSISTA AO VIVO E SAIBA MAIS EM:**  
[folha.com.br/empreedordorsocial](https://folha.com.br/empreedordorsocial)

Realização: **FOLHA100**

Patrocínio: **ambv** **SESI SENAI** **COCA-COLA BRASIL** **VEDACIT**

Parceria Institucional: **abcr** **ARTEMISIA** **CIVI CO** **ICE** **HUB** **IM**

Parceria Estratégica: **BRITISH COUNCIL** **ESPM** **FDC** **AS VOLTAS** **Pacto Global Rede Brasil** **prosas** **UOL**

Divulgação: **Brasil Juntos** **DINA-MO** **SEMPRE** **ME + Service** **NEST** **neurônio** **SITAWI** **VOX**

**Quem mais emprestou pelo Peac Maquininhas**

**Banco do Brasil**  
R\$ 442 milhões, para 13.114 contratos

**Banco Safra**  
R\$ 236,4 milhões, para 8.825 contratos

**Money Plus**  
R\$ 214,5 milhões, para 7944 contratos

**Caixa Econômica Federal**  
R\$ 4,5 milhões, para 126 contratos

**Banco Inter**  
R\$ 62,9 mil, para 2 contratos

Fonte: BNDES

mercado

# Natal deve ser insuficiente para alavancar o comércio

Além das incertezas em relação à economia e à crise do coronavírus, consumidores terão menos dinheiro em mãos

Larissa Garcia

BRASÍLIA O Natal deste ano pode ter desempenho insuficiente para alavancar a retomada do comércio ao longo de 2021. Apesar de ser a principal data para o setor, incerte-

**Com menos recursos do 13º salário, vendas de Natal podem ser prejudicadas**

5,4 milhões

de trabalhadores atingidos

**R\$ 40 bilhões**

É a estimativa de recursos a menos do 13º na economia em dezembro



APRESENTA

EstúdioFOLHA  
projetos patrocinados

## Tecnologia ajuda empresas a conhecer melhor o cliente

Soluções da Mastercard fornecem um cenário mais realista sobre o perfil do consumidor

mercado



O ministro da Economia, Paulo Guedes, durante evento no Palácio do Planalto. Pedro Ladeira - 26.nov.20/Folhapress

# Bancos e empresários divergem sobre desempenho de Guedes

Ministro é criticado no mercado financeiro e defendido por setores da indústria

Bernardo Caram, Bruna Narcizo e Júlia Moura

**BRASÍLIA** O ministro da Economia, Paulo Guedes, sempre foi considerado por boa parte do mercado como o fiel da balança do governo de Jair Bolsonaro. Agora, as coisas parecem não ser mais assim. A reportagem ouviu empresários de diversos segmentos e as opiniões divergem, dependendo do setor. Industriais, por exemplo, estão divididos com relação ao desempenho do ministro. Um grande empresário do ramo, que pediu anonimato, disse que a demora em entregar as reformas prometidas tem tirado a credibilidade do ministro. Essa mesma pessoa afirmou que já participou de diversas reuniões com Guedes, que não escuta as propostas feitas pelo empresário. Segundo ele, o ministro abre as reuniões dizendo que vai falar rapidamente, mas fala por mais de uma hora e não ouve ninguém. Ele também afirma que tem sentido a rejeição a Guedes

de economia que eles estão implantando, estão desistindo de ser refs dos sistemas escrovarota dos bancos. Meia dúzia deles publica lucros absurdos e quebra as empresas por qualquer motivo. Outro industrial citou a agenda no mercado financeiro, crítica aos juros baixos, por exemplo, como um dos motivos para a insatisfação. No mercado financeiro, aliás, a insatisfação é praticamente generalizada. Os investidores criticam a falta de jogo de cintura do ministro e a necessidade de uma melhor relação com o Congresso. "De efetivo, mesmo, não vimos muita coisa. Vimos a reforma da Previdência passar, mas com muita dificuldade e algumas alterações que não levaram a tudo que foi prometido", afirma Marcelo Senra, sócio fundador da Unirio Investimentos. A eventual dissonância de Bolsonaro também é um fator crítico para o setor financeiro, especialmente quanto

ao auxílio emergencial. "Enquanto Guedes estiver no poder, teremos a certeza de nenhuma grande mudança de posição dentro da política econômica, mas, a cada dia que passa, ele tem menos força para o ajuste fiscal e na negociação das reformas. Não é porque o Guedes é uma figura relativamente fraca que o próprio fará a diferença. Quem enfraqueceu Guedes foi o Executivo", diz Yuri Cavalcante, sócio da Aplus Investimentos. A saída de Guedes do cargo é considerada pelo setor desde que Sergio Moro deixou o Ministério da Justiça, em abril. "O mercado está fazendo uma adaptação para a eventual mudança no ministro da Economia, que precisa ter jogo de cintura e negociar com o Congresso. Já houve época em que Guedes era insubstituível", diz Gustavo Cruz, estrategista da RB Investimentos. Outro ponto visto como negativo para o mercado é o fato de Guedes defender a possibilidade de vender uma parcela das reservas internacio-

nais do Brasil em dólar para pagamento da dívida pública. Segundo o ministro, ter uma reserva de US\$ 400 bilhões ou US\$ 500 bilhões é necessário quando o real está sobrevalorizado, o que não estaria ocorrendo atualmente. Hoje, as reservas do Brasil estão próximas a US\$ 350 bilhões. O ministério da economia também foi alvo de críticas quando o governo sugeriu financiar o Renda Cidadã com recursos de precatórios (dividas do governo cobradas pela Justiça) e do Fundeb (fundos para a educação), fora do teto de gastos, sob o qual está o Bolsa Família. Entre os nomes citados pelo mercado como possíveis substitutos do ministro estão Mansueto Almeida, ex-secretário do Tesouro Nacional, e Campos Neto, do Banco Central, vistos como liberais com boas relações com o Congresso. Se fosse o presidente do BC, incomodaria menos. Ele tem tido sucesso em defender reformas", diz Cruz, da RB. Na quarta (26), Campos Neto afirmou que o Brasil precisa ganhar credibilidade a partir de reformas e de um plano que mostre que o país está preocupado com a dívida pública. Horas depois, quando foi perguntado sobre as afirmações do chefe da autoridade monetária, Guedes rebateu. "O presidente Campos Neto sabe qual é o plano. Se ele tiver um plano melhor, pergunte a ele qual o plano dele, qual o plano que vai recuperar a credibilidade". Já em Brasília, o clima segue tranquilo. Aliados afirmam que Guedes está longe de deixar o posto. A percepção é que ele só sairá do governo se não sair da presidência de Bolsonaro. No fim, ele normalmente recebe apoio do presidente. Nesta quinta (27), por exemplo, Bolsonaro afirmou em discurso que Guedes é "insubstituível". Uma pessoa próxima ao ministro diz que agentes do mercado começaram a cobrar que Guedes volte a assumir o papel de negociador político do governo, o que não é seu papel. Segundo essa fonte, o Palácio do Planalto tem sua área de articulação construído um

grupo de aliados no Congresso, estratégia que Guedes não pretende furar para negociar medidas por conta própria. Embora o ministro ressalte que projetos importantes foram votados em meio ao período eleitoral, como a autonomia do BC e a lei de falências, técnicos dizem que a pauta só está andando no Senado. Apesar de ainda esperarem "surpresas positivas" neste ano, eles têm a avaliação de que a pauta dos deputados só deve ser destravada após a eleição da mesa diretora da Câmara, em fevereiro. Sobre críticas de agentes de instituições financeiras, auxiliares de Guedes dizem que eventual saída do ministro do governo geraria um forte baque no mercado, especialmente porque a ala política não tem um comprometimento firme com a agenda fiscal e liberal.

## Refs da Covid levará a alta de impostos se ficar para 2021

Julio Wiziack e Fábio Pupo

**BRASÍLIA** Deputados tentam apressar a votação de um projeto de lei que cria o chamado Refis da Covid, parcelamento dos tributos postergados devido à paraderia da atividade econômica na pandemia. A Receita Federal informa que, até o momento, empresas e pessoas físicas deixaram de recolher R\$ 48 bilhões em tributos em outubro, e os técnicos do Ministério da Economia são contrários ao programa, que, segundo avaliam, irá aprofundar ainda mais o endividamento do país. Os parlamentares vêem a possibilidade de um programa desse tipo durante a vigência do Orçamento de guerra, mecanismo legal que livra o governo do cumprimento de metas fiscais até o fim deste ano, quando expira o prazo do estado de calamidade pública. Se o Refis ficar para 2021, sem que esse mecanismo seja renovado pelo Congresso, será preciso apresentar novas receitas para cobrir o buraco deixado pelo perdão de multas e juros sobre o valor devido pelos contribuintes. Para os técnicos da equipe econômica, a única saída, nesse caso, seria criar novos impostos. Eles estimam que, pelo menos, R\$ 35 bilhões em pendências seriam renegociados caso o novo programa seja aprovado pelo Congresso. Adiferença (dos R\$ 48 bilhões) se deve a possíveis pagamentos de débitos diferidos na pandemia até o fim deste ano.

# Após pressão do setor, open banking é adiado em dois meses

Larissa Garcia

**BRASÍLIA** Após pedido do setor, a primeira fase do open banking foi adiada para 1º de fevereiro de 2021. A etapa em seguida virá em junho na próxima segunda-feira (30). A decisão foi aprovada pelo CMN (Conselho Monetário Nacional) nesta quinta (26), mas o Banco Central só divulgará a decisão nesta sexta (27). Com a mudança, quase todo o cronograma foi prorrogado, exceto a segunda fase. A conclusão da implementação do novo sistema, que estava prevista para outubro,

passou para dezembro. Conforme revelado pela Folha, o pedido foi feito pelo conselho deliberativo do open banking. Esse organismo reúne entidades que representam bancos, cooperativas, fintechs e outras empresas financeiras e tem seis cadeiras, cada uma com um voto. O principal argumento seria que o mercado ainda não estaria com os dados e infraestruturas completamente adaptadas para comportar a primeira fase de maneira apropriada no prazo. O open banking é uma plataforma pela qual o usuário

compartilha dados de seu acesso a produtos financeiros de diversas instituições financeiras, nas quais pode buscar condições mais vantajosas. Na primeira fase, ocorrerá apenas o compartilhamento de dados das instituições sobre seus canais de atendimento e produtos e serviços mais comuns. É o caso de dados relacionados às contas de depósito à vista, poupança, contas de pagamento pré-pagas e operações de crédito. "Com os esforços necessários para o combate à pandemia da Covid-19, o BC e CMN entenderam que foram impacta-

dos os processos de trabalho nas instituições participantes do open banking, e que também foi levada em consideração a necessidade de adaptação de sistemas das instituições em razão de outras ações regulatórias, a exemplo do Pix e de registro de recebíveis de cartão", afirmou a autoridade monetária em nota. "Trata-se de um ecossistema em que todas as instituições poderão usufruir dos serviços. A infraestrutura é centralizada, e vemos como natural que, em meio à pandemia e a outras implementações tecnológicas impos-

tas pelo regulador, as instituições não consigam cumprir o prazo", disse o consultor do departamento de regulação, Marlindson Queiroz. O CMN também autorizou que corretoras de investimentos prestem serviços de pagamentos a partir de janeiro. Elas precisarão optar entre permanecer com contas de registro, chamadas de contas gráficas, e as que só registram as operações dos clientes, e migrar para contas de pagamento, pelas quais poderão oferecer mais serviços, inclusive o Pix, sistema de pagamentos instantâneos.

## + Crédito às empresas caiu 4,8% em outubro, diz Banco Central

Os bancos emprestaram menos para as empresas em outubro, na comparação com setembro. No período, houve queda de 4,8% na concessão de novos créditos, segundo dados divulgados pelo BC nesta sexta (27). A redução foi puxada pelas linhas de capital de giro, que registrou contração de 13,4% no mês. Esse segmento de crédito é o mais importante para empresas e representa o maior volume entre as concessões para as companhias. Nos últimos meses, o crédito às empresas cresceu, puxado por linhas emergenciais apoiadas pelo governo para ajudar empresas a enfrentar a crise financeira e econômica gerada pela pandemia. Em contrapartida, a concessão de crédito para as famílias aumentou 3,2% em outubro. Os brasileiros buscaram recursos principalmente por meio do consignado.

**IMPERDÍVEL! LEIA OS DEBATES EXTRAJUDICIAIS ONLINE** 02 e 03 DE DEZEMBRO DE 2020 ÀS 13H30 **Informações: (11) 2366-9273**

**Person A. Ceglio - JUCESP 822, Leiúrio Oficial,** por intermédio da plataforma **Lance Mais Leilões**, torna público, os lotes de venda e arrematação dos veículos, conforme tabela a seguir: **Chave:**

WPA1A2926LAD	XCAPPDGCATZ92K2	8BCNDFR7K62G	1C8H1E3H8HT0	86D19Z7R640366G4
WVW1K7829ZG7	WBAZ105CZ638T2	WCFB190W4B4E8	WCFB190W4B4E8	87YNAZ18030308Z
WVW1C644242G	WVW1C644242G	WVW1C644242G	87YNAZ18030308Z	3XK63CZD123348I
3KAZ0017D50274E	3KAZ0017D50274E	3KAZ0017D50274E	3KAZ0017D50274E	86D19Z7R640366G4
SAVE1670996A1	3KAZ0017D50274E	3KAZ0017D50274E	3KAZ0017D50274E	86D19Z7R640366G4
	3KAZ0017D50274E	3KAZ0017D50274E	3KAZ0017D50274E	86D19Z7R640366G4

**VENDITA DOS LOTES** - Os interessados em obter informações sobre o presente edital devem acessar o endereço eletrônico: [www.lance.com.br](http://www.lance.com.br). Para obter a chave de acesso ao sistema de leilões, o interessado deve acessar o endereço eletrônico: [www.lance.com.br](http://www.lance.com.br). Para obter a chave de acesso ao sistema de leilões, o interessado deve acessar o endereço eletrônico: [www.lance.com.br](http://www.lance.com.br). Para obter a chave de acesso ao sistema de leilões, o interessado deve acessar o endereço eletrônico: [www.lance.com.br](http://www.lance.com.br).

**SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO DA BAHIA - SESAB** **Estado da Bahia**

**DISPENSAS EMERGENCIAIS Nº 0242020 - AVISO DE CONVOCAÇÃO**

**Abertura:** 01/12/2020 às 14:00h. **Objeto:** CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL DE ORGANIZAÇÃO, MANUTENÇÃO E EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES DE SERVIÇOS DE SAÚDE NO HOSPITAL DA CHAPADA, LOCALIZADO NO MUNICÍPIO DE SENABÁ, BAHIA. **Família:** 02.37. **Local:** 4º Avenida, nº. 400, Terço, Distrito de Litorânea, Secretaria da Saúde, Centro Administrativo da Bahia, Salvador, BA. Os interessados poderão obter informações pelo Termo de Referência no endereço acima mencionado, de segunda a sexta-feira, das 9h00min às 18h00min horas, no endereço eletrônico: [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br) ou pelo e-mail: [licitacao@sesab.ba.gov.br](mailto:licitacao@sesab.ba.gov.br). **Maiores esclarecimentos** através dos telefones (71) 3115-4300/3983. Salvador, 27 de novembro de 2020.

**Fábio Vitor-Bores Filho - Secretário Estadual da Saúde**

**SESAB**

## mercado

## Tributação de renda e patrimônio

Mais importante que imposto sobre herança é o aumento do IR de pessoa física

Rodrigo Zeidan

Professor da New York University Shanghai (China) e da Fundação Dom Cabral. É doutor em economia pela UFPA

Antes, o ministro da Economia só prometia mandar reformas na semana que vem, sem nunca cumprir a promessa. Mas agora quer barrar qualquer reforma que apareça para melhorar o país.

A Câmara dos Deputados está acelerando a tramitação da PEC 45 para que seja votada ainda neste ano, contra os desejos do governo. O cerne da proposta é simplificar a estrutura tributária do país, substituindo cinco tributos, como o ICMS, pelo Imposto sobre Bens e Serviços.

Além da simplificação tributária, a Câmara dos Deputados deve incluir medidas como acabar com a dedução de juros sobre o capital próprio, permitir a tributação sobre dividendos (e não somente sobre o lucro operacional, como é hoje) e aumentar a progressividade dos impostos. O objetivo seria atrair os votos da esquerda, para que o governo não possa impedir a votação da reforma. Provavelmente, teremos aumento de alíquotas máximas do Imposto de Renda de pessoa física, ho-

je em 27,5%, e do Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação (ITCMD), atualmente em 8% e que hoje é de competência dos estados (em municípios, a alíquota efetiva é zero). A proposta sobre simplificação tributária é excelente, e tornar os impostos brasileiros mais progressivos é de suma importância, mas o diabo mora nos detalhes.

Aumentar o imposto sobre herança, por exemplo, não é fácil de fazer. Por exemplo, em 2002, em uma votação unânime, a Suécia acabou com sua

versão do ITCMD, que chegou a ter alíquota de 65% nos anos 1970 (as maiores alíquotas desse tipo de imposto vigoraram em 1950 no Japão e na Coreia do Sul; 90%). Lá, extinguiu-se o imposto porque as brechas limitavam sua base, e os custos administrativos eram altos.

Durante a vigência da alíquota de 65%, as receitas com o tributo foram, em média, de meio a 1% do PIB. A maior brecha para a isenção na transmissão da propriedade de empresas.

O governo entendia que não deveria taxar a herança de

bens produtivos, para não desestimular o crescimento e a perenidade das empresas familiares.

É com o objetivo de estimular o investimento produtivo que a maior parte dos países ricos tem diminuído ou acabado com impostos sobre herança e sobre lucros e dividendos.

Dez países europeus eliminaram impostos sobre heranças nos últimos 20 anos. Em nenhum país da OCDE as receitas com esse imposto passam de 1% do PIB.

A Bélgica é o país que mais arrecada ao taxar herança: 0,7% do PIB. No Japão, cuja alíquota marginal é de 55%, o recolhimento efetivo não ultrapassa 0,4% do PIB, por ano.

Na América Latina, as alíquotas no Equador e no Chile são de 35% e 25%, respectivamente. Mas o total arrecadado não passa de 0,1% da renda nacional.

Ainda bem que a Câmara deve incluir o assunto na reforma que pode ser votada ainda neste ano. Mas não podemos nos enganar. Impostos sobre herança vão ter pouquíssimo impacto agregado sobre arrecadação e distribuição de renda.

Muito mais importante é o aumento do Imposto de Renda de pessoa física. Mas esse encontra muita resistência. Afinal, no Brasil, raramente sempre os outros. Assim, impostos sobre herança ou patrimônio têm apelo, mas sobre renda, mesmo que restritos a ganhos de capital, não.

Distribuição de renda é uma das maiores doenças brasileiras, e a extrema desigualdade no poder não vai fazer nada sobre isso, mas não há atalhos. Quem dera pudéssemos tornar o país mais justo com uma canetada. Ainda assim, a PEC 45 pode ser um grande passo nessa direção.

DOM, Samuel Pessoa | SEG, Marcia Dessen, Ronaldo Lemos | TER, Nizan Guanaes, Cecilia Machado | QUA, Helio Beltrão | QUI, Cida Bento, Solange Srouf | SEX, Nelson Barbosa | SÁB, Marcos Mendes, Rodrigo Zeidan



Movimento em loja de eletrodomésticos na marginal Tietê, em SP. Danilo Verpa/Folhapress

## Black Friday da Covid tem vendas abaixo do previsto e lojas vazias

Antecipação das promoções pode ter reduzido negócios na data, diz consultoria; reclamações aumentam 33%

Fernanda Brigatti, Beatriz Montesanti e Sheyla Santos

SÃO PAULO e BRASÍLIA. A Black Friday da pandemia foi sem filas nas portas das lojas e com muita pesquisa de preço online. A antecipação das promoções pela maioria das grandes redes e a inclusão de mais consumidores no comércio digital também podem ter tido efeito sobre o movimento nas lojas físicas.

Até as 18h, 5,9 milhões de pedidos haviam sido fechados no comércio digital, segundo a consultoria Neotrust/Compre&Confie. O volume é inferior aos 12 milhões projetados. O faturamento esperado era de R\$ 6,6 bilhões, mas ficou em R\$ 3,9 bilhões.

André Dias, fundador da Neotrust, atribui o resultado do abaixo do esperado à diluição das compras nos dias anteriores à data principal. De segunda a quarta, o comércio digital faturou R\$ 1,8 bilhão em 4,1 milhões de pedidos. O resultado representa um aumento de 109% ante o mesmo período de 2019.

As ações de antecipação de compras normalmente não davam certo, as pessoas deixaram para o dia final, mas nesta última semana houve

uma aceleração nas compras. A Ebit/Nielsen também verificou movimento menor de compras online na madrugada de quinta para sexta, na comparação com anos anteriores, o que pode indicar que os clientes fizeram suas escolhas antecipadamente.

Para Júlia Avila, líder da consultoria, o cenário está ligado a novos comportamentos dos consumidores, que vêm acompanhando os preços. "As pessoas ficaram em casa trabalhando e não precisaram passar a noite em claro para acompanhar alguma oferta."

No varejo físico, o movimento aumentou na parte da tarde, mas não houve aglomeração ou fila.

Wevley Martins, gerente do Magazine Luiza da marginal Tietê, o baixo movimento era consequência da estratégia da rede, que veio apresentando promoções durante o mês. "Fizemos a maior Black Friday de todos os tempos, chegamos a dar até 86% de desconto."

A loja restringiu o acesso a 170 pessoas por vez, número consideravelmente menor do que os 1.256 que comportava no período pré-pandemia — e nem redução drástica resultou em fila na porta.

Mesmo quem foi até o comércio físico seguiu acessando o e-commerce para comparar preços. Antes de fechar a compra de um notebook, a dona de casa Maria Teresa Romualdo e o marido, o vendedor Mauro César Furlan, reforçaram as pesquisas para ter a certeza da melhor compra.

Estavam frente a frente aos produtos escolhidos, mas passaram um tempo no celular, conferindo os preços. Por fim, levaram o que a loja tinha disponível. "Vimos porque ele gosta de pegar na mão antes de comprar", diz Maria Teresa.

Para a aposentada Floriza Pherina D'Agostini, a Black Friday foi uma oportunidade de sair de casa em meio ao confinamento imposto pela pandemia. "É bom pra passar um pouco, né?" Voltou para casa com panelas novas.

Em busca de um sofá, a farmacêutica Cibele Venâncio diz que o produto que queria levar para casa estava mais barato no site do Magazine Luiza. Ela conseguiu testar o produto, objetivo que a levou à loja, e relatou ter se sentido mais confortável para entrar no comércio quando viu que não havia aglomeração.

"Se tivesse mais cheia, eu

não teria entrado", diz.

O Magazine Luiza diz que não diferencia as ofertas disponíveis nas lojas físicas e no e-commerce. "Nossos produtos com preço especial de Black Friday estão sinalizados com selo da promoção, nas lojas no superaplicativo Magalu", afirmou, em nota.

Nas Casas Bahia da praça Ramos, região central de São Paulo, havia pouco espaço de locomoção entre caixas e clientes — mas nada que se comparasse a imagens de anos anteriores de pessoas aglomeradas brigando por produtos.

Em 2020, a queixa mais comum dos consumidores, segundo o site Reclame Aqui, é a mesma registrada em anos anteriores: a maquiagem de promoções. Isso acontece quando as lojas elevam os preços de produtos alguns dias antes, de modo que o desconto aplicado deiva o valor igual ao anterior à elevação.

O que mudou, diz Felipe Paniago, diretor de marketing do Reclame Aqui, é o tipo de produto que vem sendo alvo de reclamações. Até o ano passado, equipamentos eletrônicos, como celulares e notebooks, eram a maioria das queixas.

Já em 2020, entre os líderes de reclamações estão tênis, peças de vestuário, itens de decoração e eletroportáteis.

Segundo Paniago, a faixa de descontos foi paucificada em anos anteriores, entre 15% e 20%. O desconto máximo difícilmente passou de 30%.

Até o meio-dia desta sexta, o Reclame Aqui registrou 6,320 reclamações, aumento de 33% na comparação com o ano passado. Entre as 12h e as 18h, foram 7,980 queixas, 107% a mais do que em 2019.

No Procon-SP, o balanço mais recente foi o das 13h, quando 338 queixas tinham sido registradas — alta de 62%.

As empresas com mais reclamações eram B2W (dona de Americanas, Submarino, Shoptime e Soubarato), Via Varejo (Casas Bahia, Ponto Frio e Extra.com), Kabum, Mercado Livre, Magazine Luiza e Pão de Açúcar.

Em nota, a B2W diz que fortaleceu a operação para a Black Friday e que está atuando para solucionar rapidamente as questões. A empresa diz que o percentual de reclamações é baixo em relação ao total de pedidos recebidos.

O Mercado Livre diz que está analisando as queixas dos consumidores. A Via Varejo afirma que a maioria das reclamações registradas pelo Procon são "casos pontuais".

A Magazine Luiza diz que tem respondido às reclamações dos clientes.

O Pão de Açúcar afirma que todas as reclamações serão respondidas e que o volume registrado indica "questões pontuais". Procurada, a Kabum não respondeu.

## Bolsa sobe 17,7% e caminha para melhor mês desde 2002

Júlia Moura

SÃO PAULO. A eficácia de vacinas contra a Covid-19 e a transição do governo Donald Trump para Joe Biden levaram o mercado de ações a mais uma semana de fortes altas e recordes.

Nos EUA, os três principais índices chegaram às pontuações máximas e podem ter o melhor novembro da história.

Na esteira do otimismo externo, a Bolsa brasileira subiu 4,27% na semana e acumula uma alta de 17,7% em novembro, a maior valorização mensal desde outubro de 2022. Nesta sexta-feira (27), o Ibovespa subiu 0,31%, a 110.575 pontos. No ano, porém, ainda há desvalorização de 4,4%.

Após o Dow Jones bater recorde na terça (24), nesta sexta foi a vez da Nasdaq, que subiu 0,92%, a 12.205,8 pontos, e do S&P 500, com alta de 0,24%, a 3.638 pontos.

Nesta sexta, varejistas abriram suas portas para os compradores da Black Friday, com práticas de distanciamento social e outras medidas pos-

tas em prática para mitigar os riscos de infecção.

"A Black Friday perdeu um pouco do brilho, o tráfego caiu devido à pandemia, mas a boa notícia é que as vendas de comércio eletrônico atingiram um novo recorde. Isso é encorajador", disse Cardillo.

No mais recente progresso no caminho ao desenvolvimento de uma vacina contra a Covid-19, o Reino Unido deu sinal verde à farmacêutica AstraZeneca depois que os especialistas levantaram questões sobre os dados do teste da vacina.

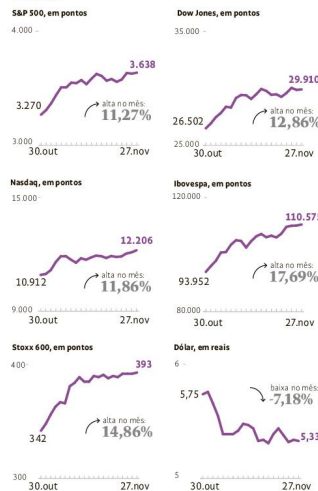
Além disso, o começo da transição de governo americano trouxe alívio ao mercado, que vê como positiva a chance de que a ex-presidente do Fed (banco central dos EUA) Janet Yellen comande o Tesouro americano.

Ainda otimista levou o Ibovespa à sua quarta semana consecutiva de valorização, caminhando para o melhor desempenho para um mês de novembro desde 1999.

Com a entrada de investidores estrangeiros no país, o dólar caiu 1,13% na semana e acumula queda de 7,2% no mês. Nesta sexta, recuou 0,18%, para R\$ 5,3270. O turismo está a R\$ 5,477.

Com Reuters

## Ações americanas caminham para melhor novembro de todos



<b>Veículo: Estadão</b>	
<b>Data: 28 a 30.11.2020</b>	<b>Caderno: Economia</b>



# Unidades de Conservação: patrimônio em risco

**Carlos Eduardo Young e Maira Luiza Spanholi\***

30 de novembro de 2020 | 07h30

Carlos Eduardo Young e Maira Luiza Spanholi. FOTOS: ARQUIVO PESSOAL

Manter a biodiversidade e os ecossistemas é um dos grandes desafios da atualidade, tendo em vista a pressão provocada por ações antrópicas, como o crescimento urbano desordenado, o desmatamento ilegal, as mudanças climáticas e diversos outros fatores. O bem-estar da sociedade depende de maneira significativa do fluxo de bens e serviços que resultam da dinâmica dos ecossistemas, os chamados serviços ambientais.

As Unidades de Conservação (UCs) são os principais instrumentos de política pública para a conservação da biodiversidade e serviços ecossistêmicos associados. Entre esses serviços estão os de suporte, necessários para produzir todos os outros serviços ambientais, como a formação dos solos e os ciclos de nutrientes, a polinização e a dispersão de sementes; os serviços de provisão, que se referem a bens ou

produtos extraídos, tais como água, alimento e madeira; os serviços de regulação, que são os benefícios promovidos pela regulação dos processos, como a purificação do ar, regulação do clima e desintoxicação e controle de pragas e doenças; e os serviços culturais, que se relacionam aos benefícios não materiais, como a recreação, a educação, o valor espiritual e o valor religioso.

O estudo “Quanto vale o verde: a importância econômica das unidades de conservação brasileiras” apresenta estimativas da importância das atividades de extrativismo, uso público, transferência de recursos através do ICMS Ecológico, reserva de carbono, proteção de recursos hídricos e erosão evitada. O valor de cada um desses serviços foi estimado na casa de bilhões de reais anuais. Por exemplo, a presença de cerca de 17 milhões de visitantes em 2016 nas UCs, com impacto total sobre a economia estimado entre R\$ 2,5 bilhões e R\$ 6,1 bilhões anuais, e gerando entre 77 mil e 133 mil ocupações de trabalho.

A atual pandemia mostra como é importante manter o equilíbrio ecológico das áreas silvestres, e que uma das consequências desastrosas do distúrbio dessas áreas é a potencial irradiação de zoonoses de grande impacto nas sociedades humanas. Por causa do uso inadequado de recursos silvestres, o coronavírus migrou de espécies silvestres para o ser humano e a Covid-19 transformou-se no maior desastre econômico e social deste século. Isso incluiu a visitação em UCs, paralisando quase totalmente o setor de ecoturismo e turismo de natureza.

Durante a pandemia, diversas ameaças às UCs têm se agravado. É evidente o descaso com que estão sendo tratadas pelo setor público, especialmente o federal. Uma série de medidas administrativas no

ICMBio, órgão gestor das UCs federais, reduziu o poder de ação de técnicos qualificados. Há campanhas contra parcerias com organizações da sociedade civil da área ambiental. Parcerias esta que envolvem apoio operacional, conscientização das comunidades do entorno e pesquisa científica, facilitando o intercâmbio de informações com instituições de todo o mundo.

O desmatamento é estimulado por diversos projetos legislativos, no Congresso Nacional e Assembleias Estaduais, buscando reduzir as áreas das UCs e restringir o poder de fiscalização e controle dos órgãos ambientais.

Portanto, além de todas as perdas humanas e econômicas que a Covid-19 está nos trazendo, estamos reduzindo ainda mais o patrimônio natural riquíssimo e único protegido pelas UCs. Entre os inúmeros efeitos negativos que isso traz para a economia e o bem-estar humano, deve-se alertar para o risco adicional de expor a sociedade a novas pandemias, por desequilibrar habitats com desmatamento e outras interferências que aproximam perigosamente seres humanos aos micro-organismos ainda desconhecidos que habitam nesses locais.

**\*Carlos Eduardo Young é membro da Rede de Especialistas em Conservação da Natureza (RECN) e professor titular e coordenador do Grupo de Economia do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (GEMA) da Universidade Federal do Rio de Janeiro**

**\*Maira Luiza Spanholi é mestre em Ciências Ambientais pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), doutoranda pela Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT) e pesquisadora do GEMA/UFRJ**





Veículo: O Globo	Online
Data: 28/11/2020	Coluna: Economia



## Opinião do GLOBO

# Governo quer anistia prévia para gastança

*Pedido da AGU para TCU liberar recursos a obras eleitoreiras é afronta diante do descalabro fiscal*

O governo e o Congresso receberam um alerta do Tribunal de Contas da União (TCU) sobre a projeção de “insuficiência de caixa de R\$ 46,1 bilhões” neste ano. A estimativa foi feita a partir dos resultados apurados nas contas públicas até agosto. Por causa da pandemia, acumulou-se um déficit de R\$ 681 bilhões até outubro, dez vezes o do mesmo período de 2019 e recorde desde 1997. Prevê-se que o rombo total some R\$ 780 bilhões este ano. O TCU advertiu para o risco de o resultado “afetar a gestão fiscal responsável”.

Paradoxalmente, enquanto o alerta chegava ao governo e ao Congresso, a Advocacia-Geral da União (AGU) pediu ao TCU uma espécie de anistia prévia para o governo descumprir o princípio da anualidade orçamentária. Pretende liberar o uso de recursos do Orçamento deste ano — inflado pela excepcionalidade da pandemia — para financiar gastos com obras até 2022, ano de eleições gerais. Seria uma medida tão escandalosamente estapafúrdia,

que viola não apenas o princípio da responsabilidade fiscal, mas as regras básicas de gestão do dinheiro público — num momento em que o governo nem sequer aprovou a Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2021.

Desde a edição da Lei de Finanças Públicas, há 56 anos, a administração está obrigada a reservar recursos somente para despesas realizadas no mesmo exercício fiscal. Há margem de manobra na rubrica de restos a pagar, que frequentemente chama a atenção dos organismos de vigilância fiscal, pois é onde o governo tenta pôr as despesas de hoje na conta do amanhã. Tal rubrica começou o ano com previsão no orçamento de R\$ 180 bilhões, ou 53% do recorde no ano de 2013, quando Dilma Rousseff antecipou gastos com obras para pavimentar sua reeleição — e abriu o caminho aos delitos fiscais que resultaram em seu impeachment.

Nada disso é remotamente parecido com a anistia preventiva reivindicada pela AGU. É a segunda vez em quatro meses que organismos do governo ten-

tam legitimar um drible na legislação fiscal e avançar na trilha da multiplicação de despesas, com cronograma de obras públicas ajustado ao calendário eleitoral. Em julho, preparou-se uma “consulta” ao TCU sobre o uso de créditos extraordinários — fora do teto de gastos —, para bancar esse mesmo conjunto de obras, antes apelidado de Pró-Brasil. Não deu certo.

A pressão da AGU defende interesses dos partidos do Centrão, esteio parlamentar do governo, sobre projetos do Ministério do Desenvolvimento Regional, com valor estimado em R\$ 4 bilhões. Um dos porta-vozes da ideia é o líder governista Ricardo Barros (PP-PR), para quem a agonia fiscal se resume a um “apagão de canetas”. A lógica é o governo liberar recursos, via emendas parlamentares, para destravar o andamento das reformas no Congresso.

Jair Bolsonaro precisa rever a relação com a sua base parlamentar. O risco, como adverte o TCU, é ele violar a Lei de Responsabilidade Fiscal na busca por um punhado de votos. O Brasil sabe bem como acaba essa história.

MÍRIAM  
LEITÃO[globo.com.br/economia/miriamleitao](https://globo.com.br/economia/miriamleitao)  
[miriamleitao@globo.com.br](mailto:miriamleitao@globo.com.br)  
Com Aline Gribel (de São Paulo)

## Retrato amplo do desemprego

O desemprego cresceu, o mercado de trabalho ficou muito menor, a desigualdade se aprofundou. Tudo nessa soma de distopias que vivemos vem em camadas. É preciso levantá-las para entender as várias dimensões do nosso mal. Houve criação de vagas e o governo até comemorou, mas isso é uma parte pequena de uma história muito mais ampla. O IBGE divulgou ontem que a taxa de desocupação entre julho e setembro ficou em 14,6%, a maior da série. E que há menos 11,3 milhões de pessoas trabalhando do que há um ano.

Há muitas desigualdades, como sempre. Só que pioraram. Na Bahia, o desemprego é de 20%, em Santa Catarina é de 6,6%. Se você é

homem, sua taxa é de 12,8%, se for mulher, é 16,8%. Se é branco, seu índice de desemprego é de 11,8%, pardo, 16,5%, e se for uma pessoa preta é de 19%. As nossas desigualdades são regionais, de gênero e raciais. Sempre existiram, mas quando a conta de alguma crise chega ela bate mais em quem tem menos e aumenta as distâncias sociais.

O problema adicional do desemprego nesta pandemia é que ele é mal medido. Não por erro do IBGE, mas por dificuldade mesmo de ver o que se passa. As lentes não captam a realidade. A estatística registra quem procurou emprego e quem não procurou. Se não procurou, você está desempregado, mas não aparece na foto. Muita gente tem adiado essa procura porque acha que o momento não é favorável, com o vírus solto por aí. Se melhorar, se a pandemia ceder, se houver segurança, a pessoa vai procurar. E aí entrará na estatística.

De cara, 5,9 milhões de pessoas não procuram, nem pensam em procurar mais porque acham que não encontrarão. São os que estão em desalento. Em um ano, 1,2 milhão de pessoas entraram no universo dos desalentados. Mas quem for de Alagoas convive com o fato de que 21,6% da população em idade de trabalhar está desalentada. No Maranhão, 20%. Em Brasília, apenas 1,3%.

O que o governo comemorou esta semana

foi o Caged, que é um pedaço dessa história toda. A criação de empregos formais em outubro teve um saldo positivo de 394.989 vagas. É bastante para contexto tão difícil, mas não a prova de recuperação em V como exultou o Ministério da Economia. Ademais, a metodologia dessa conta mudou. O governo passou a obrigar os empresários a reportarem também as contratações temporárias. A série foi quebrada, não dá para comparar com o passado.

*Há uma devastação no emprego, e o negacionismo do governo o faz comemorar dados parciais como se fossem fim da crise*

peração não se manterá. Está sendo difícil garantir neste quarto trimestre o ritmo do terceiro. Sem certeza do que vai acontecer nos próximos meses, os empresários não contratam.

Uma segunda onda nos pegará tão desprevenido quanto a primeira, porque o Ministério da Economia está negando o problema pela segunda vez. Em março, o ministro Paulo Guedes achava que com R\$ 5 bilhões ele acabava com o vírus. Era negação. Agora de novo tem dito que não acontecerá o que pode já estar acontecendo.

Economistas trabalham com cenários e formuladores de políticas públicas preparam-se exatamente para as mudanças de conjuntura. O improviso custou caro da primeira vez. Gastou-se mais do que o necessário com o auxílio emergencial e com muito menos foco do que era preciso.

Esta é a aflição imediata. Há uma devastação no mercado de trabalho, o Ministério da Economia comemora dados parciais como se eles fossem o fim da crise. Ela pode se agravar. O negacionismo vai fazer novas vítimas. Na saúde e na economia. Há, além disso, uma desorganização mais ampla e profunda no mercado de trabalho para o qual será preciso mais inteligência, e menos ideologia, para encontrar a saída.

A taxa de desemprego entre jovens de 18 a 24 anos é mais que o dobro da taxa geral: é 31,4%. Excluindo tanta gente jovem, a economia não se renova.

A crise no mercado de trabalho não nasceu ontem, mas se agravou na pandemia. O coronavírus chegou com sua força destruidora num mercado com dificuldade crônica de abrir oportunidades para jovens, incluir pobres e negros, tratar homens e mulheres da mesma forma, reter os talentos maduros e reduzir as injustiças regionais. Não há soluções fáceis, mas certamente elas ficaram mais difíceis no encurralado ano de 2020.



# SEM REFORÇO NO CAIXA

## Fim de repasses extras aos municípios aumenta desafio fiscal de prefeitos em 2021

CAROLINA NALIN E  
MARCELLO CORRÊA  
[economia@oglobo.com.br](mailto:economia@oglobo.com.br)  
RIO DE JANEIRO

O fim do auxílio federal aos municípios para enfrentar as consequências da pan-

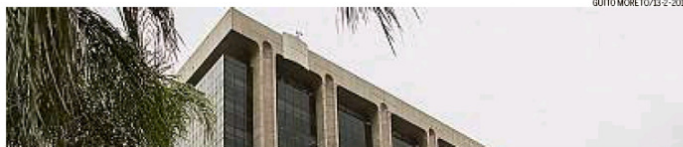
demia deve ser um desafio a mais para prefeitos eleitos e reeleitos manterem em alta as receitas das prefeituras a partir de 2021. Levantamento da Fundação Getúlio Vargas (FGV) feito a pedido do GLOBO mostra que as capitais receberam este ano mais do que precisavam para tapar o buraco na arrecadação provocada pela interrupção de atividades econômicas, e muitos prefeitos experimentaram aumento do caixa em plena crise. Mas, sem a ajuda extra no ano que vem, o equilíbrio das contas municipais ficará mais vulnerável à recuperação da atividade econômica, ainda incerta diante do recrudescimento da pandemia e do risco de novos fechamentos forçados.

Os recursos transferidos por estados e pela União às prefeituras de todas as capitais (exceto Brasília) somaram R\$ 60,1 bilhões entre janeiro e agosto, alta de 14% ante igual período do ano passado, já des-

alerta que ainda há incerteza sobre a continuidade dessa tendência. A preocupação maior é com a capacidade de recuperação do setor de serviços, já que o ISS — que incide sobre o segmento — é o prin-

cipal tributo dos municípios. — Diferentemente da produção industrial e do varejo, que estão com recuperação mais próxima do V (retomada rápida depois de brusca queda), os serviços ainda estão longe do pré-crise, com queda acumulada de 7% em 12 meses. Mesmo assim, a atividade nesse setor tem se recuperado a cada mês. Mas, para traçar cenários, caímos na questão da segunda onda da Covid-19 — diz o economista.

O GLOBO procurou todas as prefeituras das capitais do país. Nove responderam. Diante da incerteza, a maioria diz que pode demandar nova rodada de ajuda federal para compensar perdas com impostos e reforçar os investimentos em saúde, em caso de alta nas infecções por coronavírus. Mas o governo federal, que tem o desafio de ajustar as contas da União ao teto de gastos em 2021, não cogita isso.



QUITO MORETO/13-2-2019



Alívio. A prefeitura do Rio conseguiu aumentar sua receita líquida com repasses extras que não virão em 2021

### ALÉM DA CONTA

Ajuda federal para compensar perdas dos municípios com pandemia e reforçar ações sanitárias foi maior que queda na arrecadação de impostos em 2020. Com isso, o caixa de prefeituras de capitais engordou

Em Florianópolis (SC), as receitas com impostos recuaram 8% no acumulado do ano até agosto, para R\$ 1,3 bilhão, mas as transferências subiram 16%, para R\$ 586 milhões. Segundo a prefeitura, os repasses foram importantes para manter gastos relacionados à saúde e ao ensino. A gestão do prefeito Gean Loureiro (DEM), reeleito no primeiro turno, informou esperar recuperação de 4,12% nas receitas tributárias no ano que vem. Entre as medidas para garantir a retomada, a prefeitura faz planos para evitar novas medidas de isolamento social e diz confiar na chegada de uma vacina logo.

### ALTA DE 11% NO RIO

Maior economia do país, São

Paulo relatou ter recebido, em transferências da União, R\$ 2,25 bilhões. No entanto, a secretaria de Fazenda do governo de Bruno Covas (PSDB) — que disputa a reeleição — disse que só será possível avaliar o cenário de 2021 após o resultado das urnas neste domingo. O Rio, onde o prefeito Marcelo Crivela (Republicanos) também tenta se reeleger neste domingo, não respondeu aos repórteres. Com alta de 11% nas transferências, a prefeitura compensou a queda de 3% na arrecadação e ainda viu os recursos no caixa avançarem 1% no período analisado.

O Tesouro Nacional informou que não prevê novos auxílios em 2021. “Não estamos trabalhando com esse cenário, hajavista que as transferências já realizadas mais que compensaram a perda de arrecadação decorrente da pandemia e que as transferências ordinárias, especialmente as vinculadas ao ICMS, têm apresentado

contada a inflação. Ao mesmo tempo, o dinheiro arrecadado com tributos recuou 2%, para R\$ 52,6 bilhões. O resultado foi uma alta de 6% no total das receitas dessas cidades.

#### INCERTEZA NOS SERVIÇOS

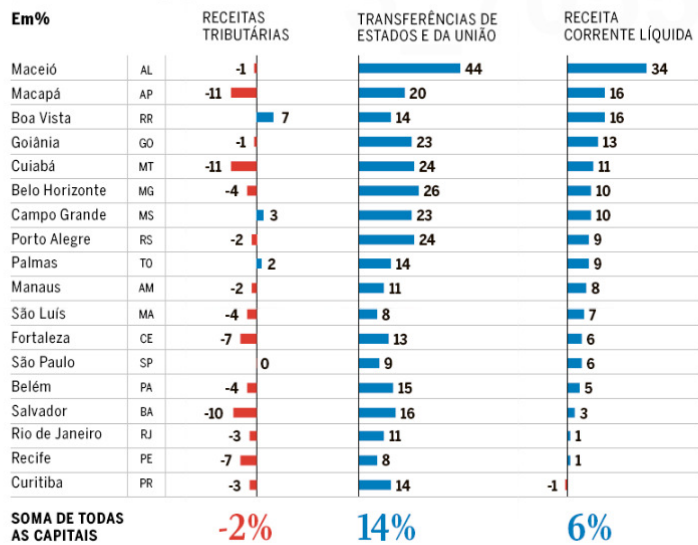
O volume de transferências inclui a parcela da arrecadação de impostos estaduais como ICMS e IPVA repassada para as prefeituras, mas a alta registrada neste ano foi influenciada principalmente por programas federais, segundo o pesquisador do Instituto Brasileiro de Economia (Ibre) da FGV Matheus Rosa, autor do estudo. O Tesouro Nacional repassou R\$ 23 bilhões às cidades neste ano para mitigar efeitos da crise, somando-se a programas como o de recomposição de perdas do Fundo de Participação dos Municípios (FPM).

Segundo Rosa, apesar do saldo negativo no acumulado no ano, a arrecadação de impostos nas capitais vem reagindo desde junho. Mas ele

A capital onde o efeito dos repasses é mais evidente é Maceió (AL), que registrou alta de 44% nas transferências este ano, para R\$ 1,5 bilhão. A receita tributária recuou 1% no período, para R\$ 393 milhões. Assim, a capital alagoana tem, no acumulado do ano, alta de 34% na receita corrente líquida, somando R\$ 1,9 bilhão.

O município está na lista de 18 capitais onde ocorre segundo turno das eleições neste domingo. A prefeitura de Maceió — cujo atual ocupante, Rui Palmeira (sem partido) não concorre à reeleição — informou que a expectativa é que as receitas tributárias retornem “gradativamente aos níveis anteriores” à crise, mas ressaltou as incertezas. “Esperamos que o suporte do governo federal continue para que os municípios possam ter condições de continuar gerindo as cidades e prestando serviço à população”, diz nota da Secretaria Municipal de Finanças de Maceió.

#### VARIÇÃO REAL NO ACUMULADO DO ANO ATÉ AGOSTO (DESCONTADA A INFLAÇÃO)



Fonte: Ibre/FGV

Editoria de Arte

bom desempenho nos últimos meses”, disse o órgão em nota.

O Tesouro diz que a situação fiscal das capitais é melhor que a dos estados e da União, e sugere cautela. “A recomendação é buscar responsabilidade fiscal, tomando bastante cuidado com renúncias de receitas, criação de despesas obrigatórias de caráter continuado e controle da despesa com pessoal e dos restos a pagar”.

Para o economista José Roberto Afonso, do Instituto Brasileiro de Direito Público (IDP), a retração de apenas 2% das receitas tributárias nas capitais é um sinal positivo de recuperação da economia. Mas ele diz que é importante garantir mecanismos de ajuda às cidades se for necessário:

— Esse socorro não é uma questão federativa, mas de sobrevivência nacional, afinal, quem mais executa gastos com educação, saúde e segurança são governos locais. Tais serviços não podem parar e ainda têm que crescer na crise.

O GLOBO

MÍRIAM  
LEITÃO

oglobo.com.br/economia/miriamleitao  
miriamleitao@oglobo.com.br  
Com Alvaro Gribel (de São Paulo)



## Visão de Mansueto sobre o risco fiscal

Muitos riscos rondam a economia do Brasil, segundo o ex-secretário do Tesouro Mansueto Almeida. Ele acha desejável haver ideias diferentes para resolver o problema das contas públicas, mas defende que haja clareza no diagnóstico. Alerta que não temos margem para errar. O déficit fiscal este ano vai ser de 17% do PIB, incluindo os juros. Quase 70% da dívida está atrelada a juros de curto prazo. Por enquanto, “respiramos”, diz ele, porque a Selic está baixa. Mas a inflação está subindo e os juros futuros refletem a falta de confiança. “Se a gente não der os sinais certos, quando os juros subirem teremos um baita problema”. Ele defende um grande de-

bate nacional sobre as renúncias tributárias, mas é contra novos impostos:

— Já temos carga tributária elevada, o espaço não é o mesmo dos anos 90. O governo federal perdeu dois pontos do PIB de arrecadação em relação ao que era entre 2011 e 2013. É a perda das crises. Não se sabe quanto disso pode ser recuperado. Em um país com carga tão alta, vamos ter que rever renúncias tributárias. Mas para isso tem que começar o debate hoje, como foi na Previdência. Um dos grandes benefícios da Previdência foi que passamos três anos discutindo e isso permitiu a sua aprovação.

Ele avisa que não é fácil eliminar subsídios, por isso será preciso se preparar para esse debate. Cada subsídio, cada renúncia fiscal, tem seus defensores. Subestimar as dificuldades nesse tema é o caminho do fracasso.

Mansueto defende o teto de gastos, como sempre, mas faz uma avaliação preocupante. O orçamento de 2021 está no Congresso e no vermelho. Depois de cinco anos de teto de gastos, o Brasil estará no ano que vem com um rombo maior do que estava antes e o plano original era zerar o desequilíbrio em cinco anos, chegando em 2026, quando o teto fará 10 anos, com superávit de 2,5% do PIB.

— Para ter o que foi programado, nós teríamos que fazer em cinco anos um ajuste que estava previsto para 10 anos. Se a gente “apenas” cumprir o teto, que já é difícil, va-

mos chegar em 2026 ainda com déficit. Mais seis anos com déficit é uma situação de muito risco — diz ele.

Que risco? O da quebra da confiança de que o governo pode pagar a dívida pública. Em 2002, com a turbulência prévia da eleição de Lula, a dívida líquida chegou a 60% do PIB. Depois da posse, o dólar caiu, o governo cumpriu superávits e em 2013 ela era de 30% do PIB. Esse ajuste se perdeu. A dívida líquida bateu em 55% no ano passado. Pelas projeções do Ministério da Economia este ano vai para 65% e em 2028 estará em 87%. A bruta vai para 98%.

**O Brasil está em perigosa situação fiscal. O ex-secretário do Tesouro Mansueto Almeida alerta que o país não tem mais espaço para cometer erros**

— O Brasil até 2013 tinha resolvido seu problema fiscal. Implodiu isso em poucos anos. Teve dois anos de recessão e agora a pandemia. Se a gente não mudar esse cenário, mesmo cumprindo o teto de gastos, esse país não vai ter espaço fiscal para nenhuma contingência, recessão ou crise. Em 2015 o ministro Joaquim Levy propôs o debate sobre a revisão dos benefícios tributários. Cinco anos depois, o debate não andou. No governo Temer o gasto com o Simples foi até ampliado, quando se elevou o faturamento das empresas que

podiam se enquadrar.

Esse debate é árido. Há benefícios que claramente precisam acabar. Até eles ficam. Veja o caso do fim da isenção fiscal para fundos exclusivos, aqueles formados por pessoas muito ricas. Em vez de serem cotistas, eles foram fundos só para si. Por incrível que pareça esse investidor não paga imposto. Temer propôs acabar com essa isenção, o que geraria R\$ 6 bilhões de receita, mas foi derrotado no Congresso.

Para piorar o ambiente de déficit e dívida crescentes, a inflação subiu.

— Há seis meses, a expectativa de inflação para este ano era de 2%. Hoje está em 3,8%. A do ano que vem também subiu. Isso pode levar a um aumento dos juros que vai impactar a dívida toda concentrada no curto prazo. A curva dos juros (futuros) expõe o tamanho da incerteza sobre como o Brasil vai resolver o problema. E não é daqui a quatro, cinco anos. As pessoas querem clareza para os próximos seis meses.

Mansueto lembra que na democracia as soluções são encontradas no debate. Diz que é natural, e desejável, que cada corrente de pensamento defenda a sua ideia sobre como resolver esse nó fiscal. Mas faz um alerta.

— É legal ter propostas diferentes, mas não pode haver disparidade sobre o diagnóstico. Não temos margem para erro daqui pra frente.

Veículo: O Globo	Online
Data: 30/11/2020	Coluna: Geralda Docca



## Reformas para estimular economia no pós-Covid

Em livro organizado por Fabio Giambiagi, economistas alertam que desafio é não ceder a pressões por aumento de gastos

GERALDA DOCCA  
geralda@bsb.oglobo.com.br  
BRASILIA

A economia brasileira pode crescer 3,3% por ano, em média, nos próximos dez anos, ou 1,4%. Vai depender da capacidade do governo e do Congresso Nacional de aprovar as reformas estruturais, sobretudo no início da atual década. A projeção consta no livro "O Brasil do Futuro", a 7ª coletânea organizada pelo economista Fabio Giambiagi, que será lançado hoje.

O livro reúne 20 artigos escritos por diversos economistas, que listam as reformas mais urgentes para a retomada do equilíbrio das contas públicas, no período pós-pandemia. O desafio, alertam, é não ceder à pressão pelo aumento do gasto público para impulsionar a atividade econômica e atenuar os problemas sociais, causados pela recessão.

### COSTURA POLÍTICA

"Para mim a tônica do volume é esta: não há grandes esperanças. Estamos dependendo de

nós mesmos para fazer as reformas que precisamos — podemos confiar em nós?", indaga o economista Samuel Pessoa, no prefácio.

Segundo Giambiagi, as reformas defendidas no livro vão desde mudanças no campo regulatório à agenda fiscal, passando pela tributária. E esses ajustes requerem uma costura no campo da política.

—Se eu tivesse que escolher um título alternativo, eu diria que poderia ser "A hora da política" — disse Giambiagi.

De acordo com ele, a questão fiscal se impõe aos demais



Giambiagi: 'Hora da política'

problemas e, se não for devidamente enfrentada, poderá ter consequências no dia a dia, como pressão sobre o dólar, pre-

ços e juros. Na visão de Giambiagi, a economia está se recuperando em V, como argumenta o ministro da Economia, Paulo Guedes, e sendo assim, o fim do auxílio emergencial em janeiro deve ser visto com naturalidade.

—Não dá para dizer ao mesmo tempo que a economia se recupera e que a situação é dramática como de fato era em abril — destacou Giambiagi.

Ele lembrou que em 2015 o déficit público girava em torno de 10% do Produto Interno Bruto (PIB) e que foram feitos sacrifícios para reduzir o rom-

bo nas contas públicas para 6% do PIB em 2019. Mas, com a pandemia, o país terá uma dívida de quase 20% do PIB e um déficit previsto para 2021 superior ao registrado no ano passado, "com uma margem de manobra política menor".

Ele critica o que chama de grandes ambições de Guedes. Entre elas, as propostas de uma ampla abertura da economia, um processo massivo de privatização, capitalização da previdência e a ideia de "passar a faca" no Sistema S:

—Temos que trocar as grandes ambições refundacionais do ministro Paulo Guedes de 2019 por objetivos mais modestos, ligados à importância de chegarmos com uma economia razoavelmente organizada a dezembro de 2022.

## Guedes 'aparece' para ativar agenda econômica

O encerramento do processo eleitoral nos municípios é a senha para o Congresso acelerar a votação da agenda econômica. Há dúvidas quanto ao alcance desse esforço legislativo na reta final de ano. Mas a votação, na semana passada, do projeto de lei que muda o marco das falências reduziu o desconforto nos bastidores com o imobilismo da agenda legislativa. O ministro da Economia, Paulo Guedes, até havia intensificado suas aparições em público para dividir a responsabilidade pela paralisação com o Congresso Nacional.

Levantamento feito pelo **Valor** mostra que, entre os dias 12 e 23 deste mês, o ministro apareceu em sete lives, com críticas cada vez mais contundentes ao Congresso Nacional. No dia 23, por exemplo, ele discursou em três eventos sempre reforçando a defesa da equipe econômica e empurrando a culpa pela demora na aprovação de temas de interesse do governo aos deputados e senadores.

No mês de outubro, foram, ao todo, seis eventos públicos. Não foram consideradas entrevistas concedidas por Guedes na portaria do Ministério da Economia, participação em solenidades no Palácio do Planalto e em comissões no Congresso Nacional.

Um interlocutor do ministro da Economia disse que a intensificação da agenda pública tem por objetivo evitar que a conta da paralisação do governo caia em seu colo. Outra fonte complementa que essa não foi uma estratégia combinada ou ensaiada. A intenção do Guedes era reforçar que está fazendo sua parte de elaborar medidas, mas que depende do Congresso Nacional para implementá-las.

Em todas as lives que realizou em novembro, Guedes afirmou que uma aliança de centro-esquerda impediu a venda de empresas estatais. E frisou que as propostas do governo para o ajuste fiscal e para a retomada dos investimentos já foram enviadas ao Legislativo. Rebateu a ideia que o governo não tem um plano, mas deixou claro que não proporá um projeto centralmente dirigido de desenvolvimento econômico.

No auge da tensão, houve estranhamento até com o presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto. Questionado sobre uma declaração deste último, que seria necessário um plano para recuperar a credibilidade da política fiscal, o ministro reagiu no estilo bateu, levou. "Pergunta a ele qual o plano dele para recuperar a credibilidade." No dia seguinte, ambos afirmaram defender a mesma coisa.

A trombada ocorreu bem na noite de quarta-feira, quando foi aprovada a nova lei de falências. Foi uma votação importante, não só porque as alterações serão necessárias para dar mais agilidade à retomada das empresas no pós-pandemia, mas também porque marcou o destravamento da pauta econômica no Congresso Nacional.

As votações nas próximas semanas determinarão o que ocorrerá nas contas públicas nos próximos cinco ou dez anos, afirmou na semana passada o secretário do Tesouro Nacional, Bruno Funchal. Algum avanço na agenda fiscal ajudaria a amenizar dúvidas quanto à capacidade do governo de retomar a trilha do ajuste. Uma expectativa mais otimista quanto ao comportamento da dívida pública ajudaria a reduzir os prêmios de risco.

Do contrário, o cenário se mostra difícil. O elevado endividamento, provocado pelo forte aumento dos gastos devido à pandemia, e as dúvidas quanto à prorrogação do auxílio emergencial estão e continuarão pressionando os juros de longo prazo, caso nada seja feito. Simulações realizadas pelo Tesouro mostram que o choque combinado de alta de um ponto percentual na taxa Selic e quedas de um ponto percentual no resultado primário e no Produto Interno Bruto (PIB) poderia elevar a dívida como proporção do PIB em até oito pontos até 2023.

O secretário listou o que seria bom aprovar neste ano: do lado fiscal, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que inclui os "gatilhos" que permitem ao governo conter gastos obrigatórios e o Projeto de Lei Complementar (PLP) 137, que autoriza utilizar R\$ 177 bilhões de dinheiro de fundos setoriais para quitar despesas em 2020. As PECs que reestruturam as contas públicas foram encaminhadas ao Congresso Nacional em dezembro de 2019 e ainda dependem de consenso para avançarem.

Na agenda de produtividade, o secretário citou os novos marcos legais do gás natural, da cabotagem e das ferrovias, além de duas matérias já aprovadas: saneamento e falências. Deu como certa a aprovação da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2021. Sem ela, não será possível ao governo pagar despesas a partir do dia 1º de janeiro.

Nos bastidores do Ministério da Economia, a avaliação é que só a agenda de produtividade tem chances de ser votada em 2020, pois são temas técnicos e pouco polêmicos. Já as medidas fiscais contrariam grupos de pressão poderosos no Congresso, como os funcionários públicos e as bancadas regionais.

O senador Marcio Bittar (MDB-AC), relator da PEC do Pacto Federativo, que pode aglutinar outras propostas da área fiscal, tem participado de reuniões no Palácio do Planalto e no Ministério da Economia. São iniciativas importantes, mas a dúvida é se terão "acabativa" em 2020, disse uma fonte. O que há, avaliou, é um trabalho para a criação de consensos que permitirão votar essas matérias em 2021, após a definição das mesas diretoras da Câmara e do Senado.

Essa disputa, mais do que a das prefeituras, é que tem paralisado as votações no Congresso. Mas ambas as eleições terão impacto na composição de forças no Legislativo. Só então será possível ter um quadro mais claro sobre as chances do governo de avançar com as propostas polêmicas que abrem caminho para o ajuste estrutural das contas públicas. É uma discussão que se arrasta desde a promulgação da Constituição de 1988.



## Com expansão fiscal, PIB deve crescer perto de 9% no 3º tri

A forte expansão fiscal realizada pelo governo ajudou o Produto Interno Bruto (PIB) do terceiro trimestre a recuperar-se de boa parte da forte queda registrada no período de abril a junho, quando a economia foi nocauteada pela pandemia de covid-19. Aumento de crédito e a transferência de bilhões de reais às famílias impulsionaram a atividade, que cresceu 8,8% entre julho e setembro, segundo a mediana das estimativas levantadas pelo Valor Data junto a consultorias e instituições financeiras.

É uma alta expressiva, mas ainda insuficiente para compensar a queda de 9,7% no segundo trimestre, na série com ajuste sazonal. O intervalo das estimativas vai de 7,4% a 9,5%. No primeiro semestre do ano, a queda total do PIB foi de 11,9%.

Na comparação com o mesmo período do ano passado, o resultado ainda será negativo, mas as perdas devem ser menores. A mediana das projeções é de queda de 3,4%, após recuo de 11,4% no período anterior. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulga os dados das Contas Nacionais Trimestrais na próxima quinta-feira, dia 3.

Segundo cálculo da Instituição Fiscal Independente (IFI), órgão ligado ao Senado, os gastos do governo no combate aos efeitos da pandemia devem chegar a R\$ 496,8 bilhões ou 7% do PIB neste ano. "Foi uma expansão fiscal muito significativa. Nem o governo esperava uma demanda de 65 milhões de pessoas [pelo auxílio emergencial]. O aumento da massa de renda impulsionou a economia, mesmo com a queda forte do emprego", afirma Rodrigo Nishida, economista da LCA Consultoria. A LCA estima aumento de 8,3% no PIB do terceiro trimestre sobre o segundo.

Nishida chama atenção para a revisão da série do PIB feita tradicionalmente pelo IBGE no terceiro trimestre, que num período atípico como o atual pode ser um fator decisivo no resultado.

Sob a perspectiva da demanda, as transferências permitiram que o consumo das famílias aumentasse 9,8%, segundo a mediana das estimativas. Cálculo do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre-FGV) mostra que a massa ampliada de renda das famílias cresceu 3,2%, mas sem as transferências teria caído 6% na pandemia.

A LCA estima um crescimento ainda mais significativo, de 14,3%. Já o investimento avançou 18,7% no terceiro trimestre, segundo a mediana, em grande parte por causa da base deteriorada de comparação, já que no segundo trimestre caiu 15,4%. Mas, à frente, as incertezas fiscais devem manter pressionada essa linha do PIB, que está cerca de 30% abaixo de seu melhor momento, em 2013. O consumo do governo deve ter crescido 4,1%.

O UBS atribui a maior parte da retomada da economia brasileira à expansão fiscal, que calcula em 8,3% do PIB. A instituição tem uma das projeções mais otimistas e estima alta de 9,5% no PIB do terceiro trimestre sobre o segundo e queda de 3,1% na comparação com o mesmo período do ano passado.

A indústria, que agrega transformação, segmento mineral, construção, serviços de utilidade pública (água, luz, gás) e construção civil, deve ter crescido 13,9% no terceiro trimestre, após ter caído 12,3% no segundo, na série com ajuste sazonal, segundo estimativa da XP Investimentos. "Pelo lado da oferta é o setor que vai puxar o crescimento do PIB no período, junto com o comércio", afirma o economista Vitor Vidal, que destaca o desempenho do segmento de transformação, que se recuperou acima dos níveis pré-pandemia.

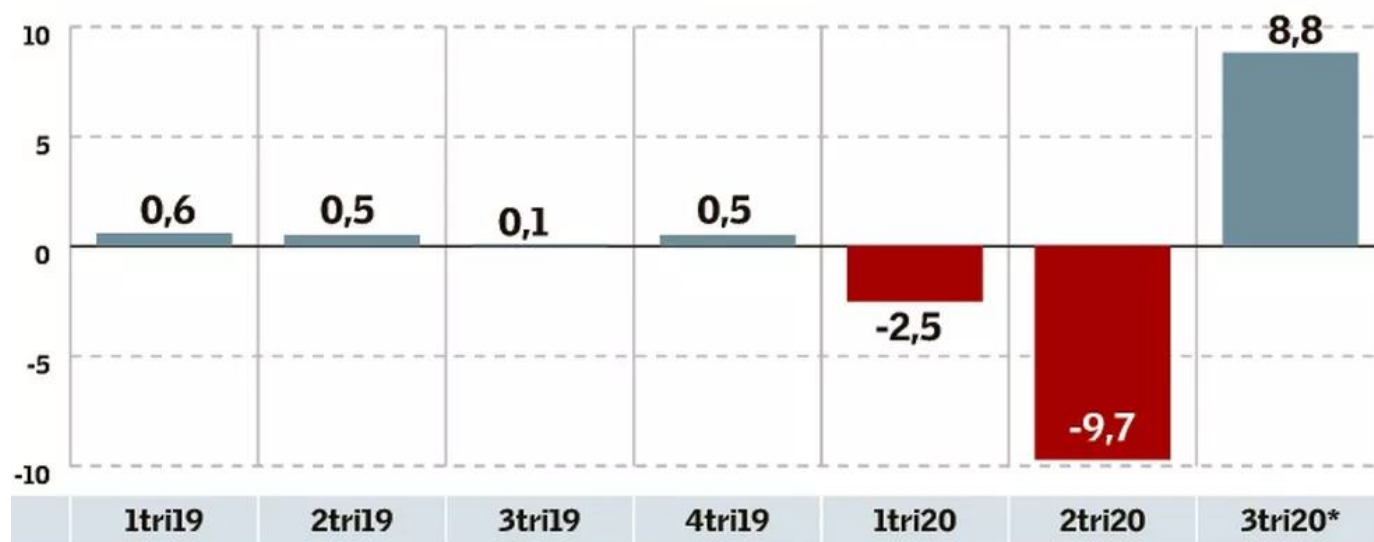
No PIB de serviços, o comércio deve puxar a alta do setor, estimada em 7,8% pela XP Investimentos. "A indústria de transformação e o comércio foram justamente os segmentos que se beneficiaram da pandemia, puxados pelo auxílio emergencial, pelo crédito e pela própria impossibilidade de se consumir serviços no período", lembra Vidal.

Ainda nos serviços, a categoria "outros", que inclui os serviços prestados às famílias e os fornecidos pela administração pública, como saúde e educação, deve ter crescido sobre o segundo trimestre, mas registrado um desempenho ainda muito fraco na comparação com 2019 por causa das medidas de isolamento social, que foram relaxadas, mas não totalmente.

"É um segmento que depende de aglomeração, de contato entre as pessoas, e por isso vai ficar longe de compensar as perdas", diz Nishida, da LCA. Na comparação com o mesmo período do ano passado, depois de recuar 23,6% no segundo trimestre, essa categoria "outros" -- que responde por metade do PIB dos serviços -- deve ainda cair outros 17%, estima a LCA.

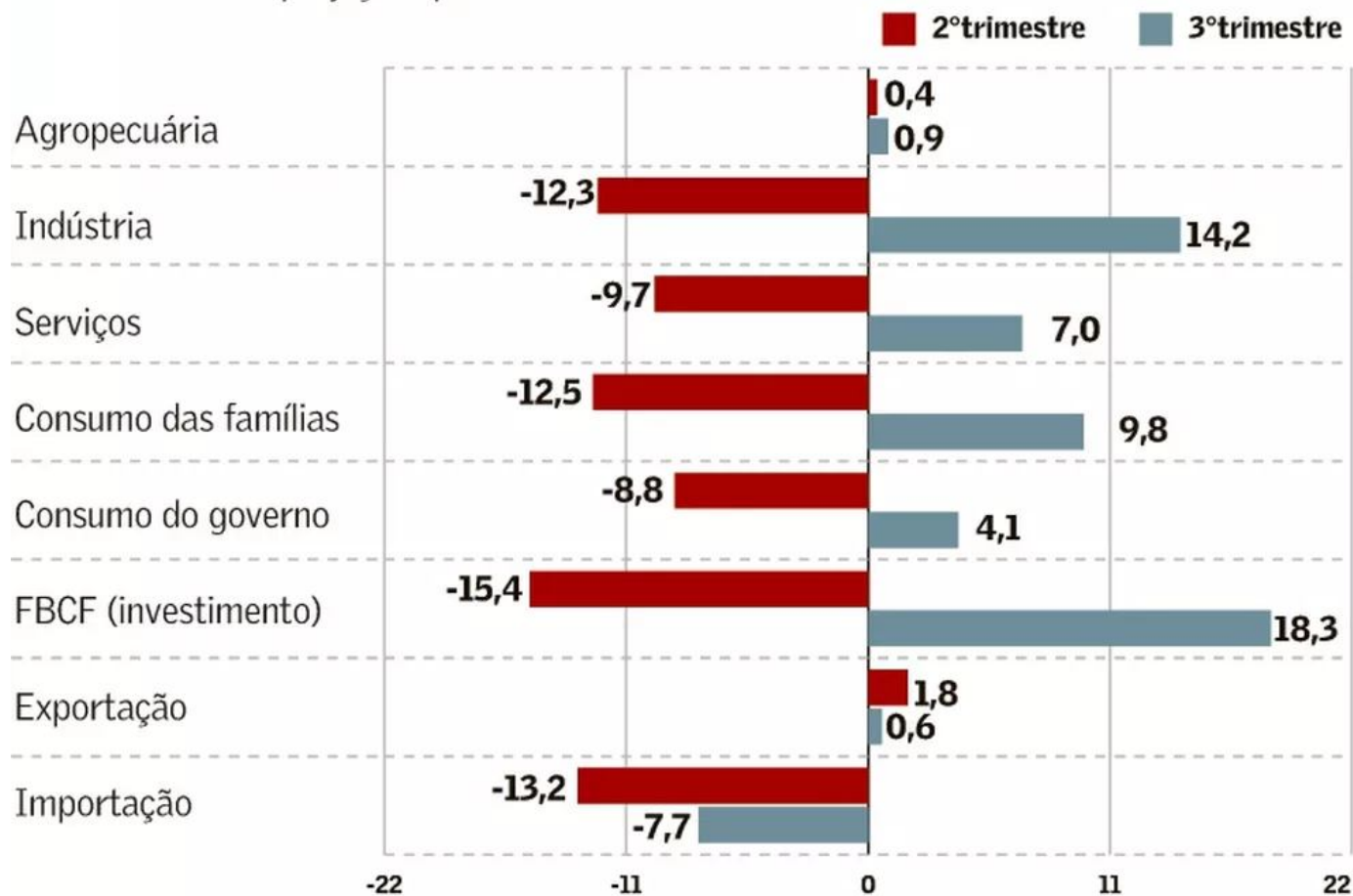
# Alta forte

Atividade volta a crescer no 3º trimestre - em %



## Oferta e demanda

PIB do 2º tri e projeções para o 3º tri - em %



Fontes: Consultorias e instituições financeiras e IBGE. Obs: \* Mediana das projeções do mercado; dados com ajuste sazonal

## Repique de inflação afeta atividade, aponta consultoria

O repique inflacionário atual tem impactos também na atividade econômica, segundo avaliação da consultoria AC Lacerda e Associados. A leitura é que, em um contexto de deterioração do mercado de trabalho e queda da renda, as famílias sofrem aumento expressivo no seu custo de vida, sobretudo de alimentação e moradia.

Além disso, as empresas, principalmente industriais, estão tendo elevação de custos, o que piora resultados operacionais e financeiros. "O consumo das famílias e o desempenho da produção industrial estão sendo afetados fortemente, o que diminui o ritmo potencial de retomada da economia", aponta um dos relatórios da AC Lacerda, que tratou do tema da inflação em dois documentos divulgados neste mês.

"Em um contexto de deterioração do mercado de trabalho e queda da renda, as famílias estão sofrendo um aumento expressivo no seu custo de vida, sobretudo de alimentação. Ou seja, o aumento dos preços de alimentos ocorre justamente em um momento de agravamento da crise econômica e suas consequências, deteriorando ainda mais as condições de vida da população, sobretudo a da parcela mais vulnerável", acrescenta a consultoria

Para o sócio da AC Lacerda e presidente do Conselho Federal de Economia, Antônio Corrêa de Lacerda, esse movimento dos preços joga contra a recuperação, pois significa capacidade de consumo menor das famílias, tanto da classe média como dos mais pobres.

Ele defende a continuidade do auxílio emergencial no início do ano que vem como forma de preservar algum poder de compra para as classes de menor aquisitivo. "É uma equação complicada, não é fácil, mas a pior solução seria se prender à ortodoxia, ceder às pressões do mercado e não prorrogar o auxílio, o que tornaria o quadro muito difícil", afirmou.

Para o economista, a despeito de o repique inflacionário estar prejudicando a renda e já afetando o nível de atividade, também não seria o caso de o Banco Central sinalizar alta de juros.

"A pior solução seria subir juros. A pressão inflacionária vem de alimentos. Vemos muito mais de falta de coordenação, como a falta de estoques reguladores, do que problema estrutural", disse. "Mas a pior decisão seria subir juros, porque tem hiato grande do produto, ociosidade nas fábricas, desemprego, e subir os juros não anularia a pressão de preços."

A consultoria sugere "uma análise de mercado e do comportamento dos preços, sobretudo de itens que integram a cesta básica, especialmente do óleo de soja", para que se busque combater a concentração de mercado, que facilitaria aumentos indevidos de preços. "É imprescindível evitar que as condições do mercado desses bens favoreçam, via aumento da oligopolização e concentração, a ampliação do poder de formação de preços por parte dos ofertantes e a possibilidade de exercício coordenado (de forma tácita) de poder de mercado em uma estrutura de oligopólio", diz o relatório, assinado também por André Paiva Ramos.

Segundo o texto, a inflação tem impacto desigual sobre os diversos setores, afetando principalmente a parcela da população de menor poder aquisitivo. "Grande parte dessa população de baixa renda direciona parcela expressiva do seu rendimento para consumo de itens básicos de subsistência", afirma o texto. "Desta forma, uma análise da estrutura e das condições mercado de produtos que integram a cesta básica deve considerar as características dos demandantes, especialmente pelo fato de contemplar grande parcela da população brasileira que é vulnerável a aumentos nos preços e tem dificuldades de acesso a esses produtos."

## MG prevê aumento de 40% da pobreza com fim de auxílio

### Governo do Estado vai deixar de pagar íntegra do 13º salário de servidores pelo terceiro ano seguido

O governo de Minas Gerais prevê um aumento do nível de pobreza em 2021 por causa do fim do auxílio emergencial pago pelo governo federal. “O fim do auxílio emergencial aos cidadãos está nos indicando um aumento que pode chegar a 40% do número de pessoas abaixo da linha de pobreza no Estado”, disse na sexta-feira ao **Valor** o secretário-geral do governo de Minas, Mateus Simões.

“Hoje são 2 milhões de pessoas aproximadamente [abaixo da linha da pobreza] e um cenário que temos é que esse número possa se aproximar de 2,8 milhões de pessoas”, afirmou. Minas tem 21,2 milhões de habitantes.

O secretário lembra que não é que o fim do auxílio emergencial levará essa massa para a pobreza. Diz que foi a perda de emprego de renda provocada pela pandemia - aumento que até agora não foi totalmente percebido graças ao auxílio emergencial.

Em Minas, além dos recursos do auxílio federal, o Estado complementou a renda das famílias que vivem em extrema pobreza com um pagamento de três parcelas de R\$ 35 por pessoa. Esse valor foi pago com recursos da União, e o Estado não tem como mantê-lo com seu próprio caixa.

“Nós estamos muito preocupados com o próximo ano. O cenário de aumento da população pobre pode nos levar a uma perda de arrecadação, porque leva a um empobrecimento geral e gera necessidade de aportes adicionais em assistência social. Esse quadro tira receita de um lado e demanda despesa de outro”, disse Simões.

Ele diz as previsões de Minas não levam em conta a eventual implementação do Renda Brasil, programa de transferência de renda em discussão no governo federal.

A previsão é que a crise seja mais aguda no primeiro quadrimestre de 2021 em Minas, com um atenuante: no início do ano a arrecadação de IPVA traz um pouco de alívio às contas do Estado.

A previsão orçamentária enviada por Zema à Assembleia Legislativa para 2021 prevê déficit de R\$ 11 bilhões. O Estado tem déficit orçamentário desde 2015.

Além do impacto social esperado, há também impacto para os servidores. Como ocorre há três anos, o governo não pagará o 13º em dia. O plano é pagar R\$ 2 mil a todos os servidores, sem previsão de quando o restante será quitado.

O governo vê como única alternativa para o pagamento do 13º a privatização da Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais (Codemig). A venda requer autorização da Assembleia Legislativa e o assunto ainda não foi posto em votação.

Outra injeção de capital poderá vir da Vale. O governo, o Ministério Público e a Defensoria Pública cobram da mineradora indenização por danos à economia do Estado e danos morais coletivos pela tragédia de 2019 em Brumadinho. “A Vale ofereceu R\$ 21 bilhões e nós estamos pedindo R\$ 54 bilhões”, disse Simões. Uma segunda audiência de conciliação está marcada para o dia 9. O dinheiro da Vale não poderá ser usado para o 13º, apenas em infraestrutura.

## **BNDES destinará R\$ 92 bi a pequenas e médias empresas até novembro, diz Montezano**

### **Empréstimos serão realizados dentro do FGI PEAC, programa emergencial de acesso a crédito**

O presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Gustavo Montezano, disse nesta sexta-feira que serão destinados, até o fim de novembro, R\$ 92 bilhões para pequenas e médias empresas dentro do programa emergencial de acesso a crédito, o FGI PEAC.

"Esse fundo, até o fim de novembro, vai ter originado R\$ 92 bilhões para pequenas e médias empresas", disse ao participar do congresso do mercado de capitais, promovido pela Anbima e pela B3.

Segundo Montezano, o banco de fomento privilegiou as empresas menores em detrimento das grandes, o que gerou até mesmo críticas. "Tomamos uma decisão culturalmente nova no Brasil. Fomos criticados e questionados, mas foi uma decisão espetacular", afirmou.



Gustavo Montezano, do BNDES: a nova regulação da área de saneamento deu um belo empurrão para as concessões do setor — Foto: Leo Pinheiro/Valor

O BNDES tem o desafio de se integrar mais com o mercado e cofinanciar operações, disse o executivo: "Nossa ideia é convidar e abrir as portas para cofinanciar".

Ele disse que o principal gargalo no Brasil é o apetite por risco de projetos. O BNDES atuou ao longo dos anos com fianças e avais corporativos e o mercado de "project finance" não se desenvolveu.

O potencial de privatizações e concessões no país é maior do que o imaginado, disse Montezano. Somente no setor de infraestrutura, ele citou um portfólio de investimentos de quase R\$ 200 bilhões, mencionando por exemplo, os trabalhos para privatização da Cedae, empresa de água e esgoto do Rio de Janeiro.

"O pipeline de privatizações está rodando. O processo de privatizações é lento e burocrático, tem que ser. Estamos falando de bens públicos", afirmou.